

GUETO

ISSN 2319-0752

REVISTA ACADÊMICA

16ª EDIÇÃO
NOVEMBRO 2021

- **A rede de articulações na implementação municipal do programa nacional de alimentação escolar: uma revisão integrativa de literatura**
- **O potencial da pesquisa bibliométrica na revisão de literatura sobre acessibilidade para estudantes com deficiência visual**
- **A formação de si (bildung) da/o estudante universitária/o**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA -
CFP/UFRB

Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

R454r

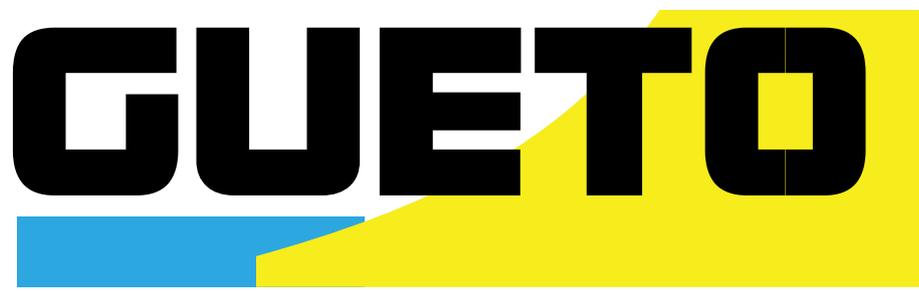
Revista Acadêmica GUETO / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores – Vol. 1, n.1 (2014) - . Amargosa, Bahia: UFRB - CFP, 2014 - . v.; il.

Semestral

Disponível em <http://www2.ufrb.edu.br/revistaacademicagueto/>
e-ISSN – 2319-0752

1. Educação - Periódicos. 2. Inclusão social - Periódicos. 3. Cultura corporal – Periódicos. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Centro de Formação de Professores III.Título.

CDD – 370



GUETO

REVISTA ACADÊMICA

A Revista Acadêmica GUETO tem periodicidade semestral e é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa GUETO do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | UFRB, e é investida do compromisso de publicar artigos, ensaios, debates, entrevistas, resenhas, imagens e vídeos inéditos, em qualquer idioma, sobre temas que contribuam para o desenvolvimento do debate educacional, bem como para a divulgação do conhecimento produzido na área, considerando as perspectivas da Inclusão e Cultura Corporal.

The Academic Journal GUETO has six months, and is an initiative of the Ghetto Research Group of the Teacher Training Center of the Federal University of Bahia Recôncavo | UFRB, and is invested with the obligation to articles, essays, debates, interviews, reviews, pictures and unpublished videos, in any language, on topics that contribute to the development of the educational debate as well as for the dissemination of knowledge produced in the area, considering the prospects of inclusion and Body Culture.

v.7 n.15 mai./jul. 2018 ISSN: 2319-0752

www.ufrb.edu.br/revistaacademicagueto/

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | UFRB

Reitor: Prof. Dr. Silvio Luiz de Oliveira Soglia

Centro de formação de Professores | CFP

Diretor: Prof. Dr. Clarivaldo Santos de Sousa

Grupo de Pesquisa GUETO

Coordenador: Jean Adriano Barros da Silva

Editor Chefe

Jean Adriano Barros da Silva
(CFP/UFRB)

Gestor Executivo

Carolina Gusmão Magalhães
(CCS/UFRB)
revistagueto@gmail.com

**Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização**

Carolina Gusmão Magalhães
(CCSP/UFRB)

Gestão da Comunicação

Kelly Adriano B. da Silva
(UNEB)

Diagramação e Design

Carolina Gusmão Magalhães
(CCS/UFRB)

Foto de Capa

Kelly Adriano B. da Silva
(UNEB)

Conselho editorial e consultivo

Anália de Jesus Moreira, Dr^a.
(CFP-UFRB)

Emanoel Luís Roque Soares, Dr.
(CFP-UFRB)

Iolanda Oliveira de Carvalho, Dr^a.
(CFP-UFRB)

Susana Couto Pimentel, Dr^a.
(CFP-UFRB)

Silvia Maria Leite de Almeida, Dr^a.
(UNEB)

Fernando Reis Espirito Santo, Dr.
(FACED-UFBA)

Rita de Cassia Dias P. Alves, Dr^a.
(CECULT-UFRB)

Carolina Gusmão Magalhães, Ma.
(CCS-UFRB)

Comitê Editorial

Jean Adriano Barros da Silva,
Dr. (CFP-UFRB)

Anália de Jesus Moreira,
Dr^a. (CFP-UFRB)

Emanoel Luís Roque Soares,
Dr. (UFRB)

Iolanda Oliveira de Carvalho,
Dr^a. (CFP-UFRB)

Susana Couto Pimentel,
Dr^a. (CFP-UFRB)

Silvia Maria Leite de Almeida,
Dr^a. (UNEB)

Fernando Reis Espirito Santo,
Dr. (FACED-UFBA)

Rita de Cassia Dias P. Alves,
Dr^a. (UFRB)

Maria Fernanda dos Santos Martins,
Dr^a. (UMINHO)

Custódia Martins,
Dr^a. (UMINHO)

Endereço

Av. Nestor de Melo Pita, n. 535 – Centro, Amargosa, Bahia, Brasil

E-mail: jeanadriano@ufrb.edu.br | revistagueto@gmail.com

Website: [//www2.ufrb.edu.br/revistaacademicagueto/](http://www2.ufrb.edu.br/revistaacademicagueto/)

Fone: + 55 75 3634-3042

Sumário

7 **Editorial**

8 **Artigos**

9 **A REDE DE ARTICULAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Aislane Lima Rodrigues
Diana Anunciação Santos

26 **CAPOEIRA E LUTA: RELAÇÕES E POSSIBILIDADES ENQUANTO CONTEÚDO ESPECÍFICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Jean Adriano Barros da Silva
Wilson de Lima Brito Filho

46 **O POTENCIAL DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Cinthia Carvalho Almeida
Ariston de Lima Cardoso
Susana Couto Pimentel

57 **LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DE FENÔMENOS MORFOSSINTÁTICOS NA BAHIA**

Isis Juliana Figueiredo de Barros
Caroline dos Santos Muniz
Railane dos Santos Silva
Simonik Martins
Vanderson dos Santos

75 **EM MEIO AOS CENÁRIOS DE DIFICULDADES: EXEMPLOS QUE INSPIRAM A SALA DE AULA VULNERÁVEL**

Kelly Barros (UFRB)
Otto Henrique Ferreira (UEL)

87 **ACESSO E USO DE SERVIÇOS DE SAÚDE POR MULHERES NEGRAS IDOSAS**

Larissa Pereira Leal
Dóris Firmino Rabelo

100 **A FORMAÇÃO DE SI (BILDUNG) DA/O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA/O**

Rita de Cássia Nascimento Leite

Editorial

Na certeza de que caminho se faz caminhando, estamos segundo no "novo normal", readaptando a vida as nuances da Covid 19. Neste sentido, a produção acadêmica também nos remete a reconstrução de paradigmas distintos, nos revelando a interfaces de uma ciência mais implicada com as pessoas e suas subjetividades.

Boa leitura!

Jean Adriano
Editor Chefe

Artigos

A rede de articulações na implementação municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma revisão integrativa de literatura¹

Aislane Lima Rodrigues²
Diana Anunciação Santos³

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva desenvolver ações de educação alimentar e nutricional, atender às necessidades nutricionais de escolares e possibilitar ao agricultor familiar acesso aos mercados institucionais. Este artigo objetiva apresentar uma análise dos trabalhos produzidos no país que discutam os arranjos institucionais e a execução do PNAE nas instâncias municipais. Por meio de uma revisão integrativa de literatura, foram selecionados 11 artigos científicos na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), publicados entre 2010 a 2018, os quais demonstraram que a análise dos arranjos institucionais é importante para se compreender as redes de articulações da implementação e execução do Programa a nível municipal. Conclui-se que as gestões municipais do PNAE nem sempre atendem às diretrizes legalmente instituídas e a rede de articulações mobiliza categorias políticas, sociais e culturais na costura do processo comunicativo entre os distintos atores: gestão municipal, movimentos sociais, profissionais técnicos e sociedade civil.

Palavras-chave: Arranjos Institucionais. Alimentação Escolar. Atores sociais.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) aims to develop food and nutrition education actions, offer meals that meet the nutritional needs of schoolchildren and enable family farmers to access institutional markets. The objective of this work is to present an analysis of the works produced in the country to discuss the institutional arrangements and the execution of the PNAE in the municipal instances. Through an integrative literature review, 11 scientific articles were selected from the database of the Scientific Electronic Library Online (SciELO), published between 2010 and 2018. It is concluded that the municipal administrations of PNAE do not

¹ Este artigo é derivado das atividades executadas pelo plano de trabalho *A rede de articulações dos arranjos institucionais na implementação do PNAE em três municípios do Recôncavo da Bahia*, derivado do projeto de Pesquisa/Extensão *Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: análise dos arranjos institucionais do Programa com as Organizações Econômicas de Agricultura Familiar do Recôncavo da Bahia*, coordenado pela Profa. Dra. Micheli Dantas Soares, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contemplado com uma bolsa IC-voluntário PIBIC/UFRB 2019-2020, Edital n. 03/2019.

² Graduanda em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) como parte do 1º ciclo em Nutrição na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: aislanelimarodrigues@hotmail.com.

³ Socióloga. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde da UFRB. E-mail: diana.anunciacao@ufrb.edu.br

always meet the legally established guidelines and the networks of articulations for the implementation and execution of the Program at the municipal level, given that to guarantee the proper functioning, in compliance with the established guidelines, political, social and cultural categories must be mobilized in sewing the communicative process between the different actors, be they management, social movements, professionals or civil society.

Keywords: Institutional Arrangements. School Feeding. Social actors.

Introdução

A situação de vulnerabilidade vivenciada por alguns grupos sociais, evidencia as desigualdades e os processos de exclusão a que a população brasileira está exposta. A insegurança alimentar e nutricional é um desses elementos que demarcam, por exemplo, como as relações socioeconômicas são gestadas historicamente no país, impedindo o estabelecimento da garantia de direitos sociais (HENRIQUE, 2016).

Por isso, a alimentação escolar é defendida como um direito dos escolares e considerada uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), passando, a partir de 1988, a ser um direito assegurado pela Constituição Federal. Esse processo gestou a criação de políticas públicas voltadas para a garantia da SAN, vinculadas ao Ministério da Saúde.

Como uma dessas políticas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), representa o aperfeiçoamento do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), criado em 1954. Este superou os objetivos do PNME tendo como fundamento a garantia de uma alimentação saudável e não apenas o fornecimento de merenda. (BELIK; CHAIM, 2009).

O Programa está integrado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). As diretrizes de execução deste foram estabelecidas a partir da Lei Federal nº 11.947 e da Resolução n. 38/FNDE, ambas promulgadas em julho de 2009.

Portanto, o PNAE tem por intuito desenvolver ações de educação alimentar e nutricional (EAN), ofertar refeições que atendam às necessidades nutricionais de escolares durante o período letivo e possibilitar ao agricultor/a familiar o acesso aos mercados institucionais, pautada na compra antecipada de sua produção e na garantia de preços dos seus produtos compatíveis com o mercado (BRASIL, 2009).

Trata-se também de uma importante política pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, favorecendo o desenvolvimento dos pequenos agricultores e possibilitando renda às famílias (TRICHES, 2015). Nesse sentido, “[...] representa uma oportunidade singular

de realizar a inclusão social [...]” e do/a agricultor/a poder “[...]exercer sua cidadania através da possibilidade de comercializar o fruto do seu trabalho” (ANJOS; BECKER, 2014, p. 2).

Uma das diretrizes da Lei Federal nº 11.947/2009, em seu Artigo 14, estipula que no mínimo trinta por cento (30%) do total destes recursos sejam destinados à compra de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, preferencialmente produzidos por técnicas orgânicas ou agroecológicas, oriundos de comunidades tradicionais dos remanescentes de quilombo e indígenas e dos assentamentos rurais de reforma agrária.

As verbas provenientes do governo federal são repassadas pelo FNDE aos estados e municípios, com base no número de alunos matriculados na educação básica. De acordo com as normas do FNDE, o recurso destinado ao PNAE tem caráter suplementar (Resolução/CD/FNDE nº 38/2008, Art. 1º), portanto, municípios e estados devem destinar contrapartida financeira contempladas em seus respectivos orçamentos próprios. Isto permite qualificar a oferta de alimentos aos escolares, contratar recursos humanos ou ainda adequar a infraestrutura necessária.

A definição de orçamento municipal para o programa envolve diversos aspectos, desde a compreensão dos objetivos do programa, passando pela demarcação de prioridades do gestor e pela negociação estabelecida entre os atores durante a definição do orçamento anual municipal.

Para tanto, a execução do PNAE exige a participação de diversos atores envolvidos na efetivação do processo. Dentre estes destacam-se os/as agricultores/as familiares e os/as representantes de suas organizações econômicas (OEAFs), os/as representantes dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), nutricionistas, secretários/as municipais de educação e de agricultura, diretores/as das escolas, manipuladoras/es de alimentos (merendeiras) etc. Sendo assim, sua execução depende do processo de comunicação entre os atores envolvidos e de como estes se articulam institucionalmente.

A nível municipal são estabelecidos arranjos institucionais diversos entre os atores sociais “[...] os quais modelam padrões de comportamentos coerentes, ou não, à promoção de práticas intersetoriais e, conseqüentemente, à consecução de resultados sociais esperados” (HENRIQUE, 2016, p. 23). Estes arranjos se dão em espaços sociais onde ocorrem as interações sociais e a tomada de decisões pelos atores envolvidos, o que nos leva a refletir sobre o conceito de ‘campus’ de Pierre Bourdieu, adaptado às especificidades deste programa por Arboleya (2013). Fazendo uma aproximação conceitual, este seria um espaço conflituoso, pois é nele que

se sucedem as lutas para determinar de quem é o poder e a autoridade, configurando-se um sistema de relações objetivas, as quais definiriam o espaço através das relações sociais pré-estabelecidas. Dessa forma, permite-nos pensar sobre as posições intersetoriais de interdependência e cooperação, as quais constituiriam uma rede de articulação, e que deveriam envolver os setores institucionais da saúde, educação e agricultura, bem como as Organizações Econômicas dos Agricultores Familiares (OEAFs). Mas, geralmente, é o que não se tem evidenciado.

Nesse sentido, este artigo se propõe a apresentar uma análise dos trabalhos científicos produzidos no país que discutem os arranjos institucionais e a execução do PNAE nas instâncias municipais, tendo por finalidade contribuir com os estudos referentes às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) e sua gestão.

Metodologia

Para dar conta dos objetivos deste trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva desenvolvida por meio de uma revisão integrativa de literatura. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Estabelece que a principal vantagem deste tipo de pesquisa está no fato de permitir ao investigador(a) a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. O objetivo é colocar o(a) pesquisador(a) em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito da temática analisada. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

A revisão integrativa toma como base a tomada de decisão e a melhoria das ações, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Ademais, proporciona acessos aos dados relevantes sobre um determinado fenômeno, observado em diferentes lugares e momentos, mantendo-o atualizado e facilitando as mudanças nas práticas como consequência da pesquisa. (MENDES, et. al., 2008).

Nesse sentido, realizou-se uma seleção de artigos na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no período de janeiro a março de 2020. Em primeira análise utilizamos os seguintes descritores: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Arranjos Institucionais; Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN). No segundo momento, aplicou-se a combinação destes: SAN e PNAE, Arranjos Institucionais e Alimentação Escolar, Arranjos Institucionais e PNAE; Arranjos Institucionais e SAN; e Arranjos Institucionais e Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN).

Para a seleção dos artigos aplicou-se os seguintes critérios de inclusão: estar em formato de artigo, disponível na íntegra, publicado em língua portuguesa, que abordasse a temática escolhida e publicado no período de 2010 a 2018 contemplando, neste caso, o ano posterior ao da constituição da Lei n. 11.947/2009. E como critérios de exclusão definiu-se: estar em outro formato que não seja artigo (a exemplo de relatos de experiências, relatórios de pesquisa etc.), artigos duplicados e que não respondessem ao objetivo proposto, fora do recorte temporal estipulado, que estivessem com acesso limitado, necessitando de aporte financeiro para a concessão de acessibilidade ao mesmo e publicado em língua estrangeira.

A seleção iniciou-se a partir da leitura do título, subtítulo e das palavras-chave, excluindo-se aqueles que abordassem outras políticas que não o PNAE, ou que embora tratassem do PNAE não tivessem relação com os arranjos institucionais ou movimentos políticos para execução do programa em nível municipal. Em seguida, fez-se a leitura dos resumos, confirmando a sua convergência com a temática tratada, bem como o formato e ano de publicação.

Após este momento, foi realizada uma breve leitura na íntegra dos artigos selecionados, da qual resultou na exclusão de alguns trabalhos por duplicação e por divergência à temática abordada. E, posteriormente, executada uma leitura minuciosa do material selecionado.

Num total, foram encontrados, quando da primeira inserção dos descritores na base de dados, aproximadamente, 300 artigos. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, realizados nas etapas descritas acima, foram selecionados, efetivamente, 11 artigos, os quais foram analisados na íntegra, durante o período de junho de 2020.

No processo de análise foram elegidas questões chave discutidas nos artigos e ao final definidas as categorias de análise, sendo elas: articulação entre os atores; descontinuidade das ações; estratégias de execução; estratégias de aprimoramento; função/papel social dos atores; facilidades e dificuldades na execução.

Resultados

O acervo final desta revisão foi constituído por 11 artigos científicos, os quais foram elegidos a partir dos critérios de inclusão e exclusão previamente identificados e aplicados na busca realizada na plataforma SciELO, conforme supramencionado. O quadro 1 abaixo, apresenta, com base em tais critérios, as informações mais relevantes de cada artigo analisadas no processo de busca, tais quais: autor/a/es/as, título do artigo, ano de publicação e o periódico científico em que foi publicado.

Quadro 1 – Descrição dos artigos localizados na base de dados do SciELO, publicados no período de 2010 a 2018.

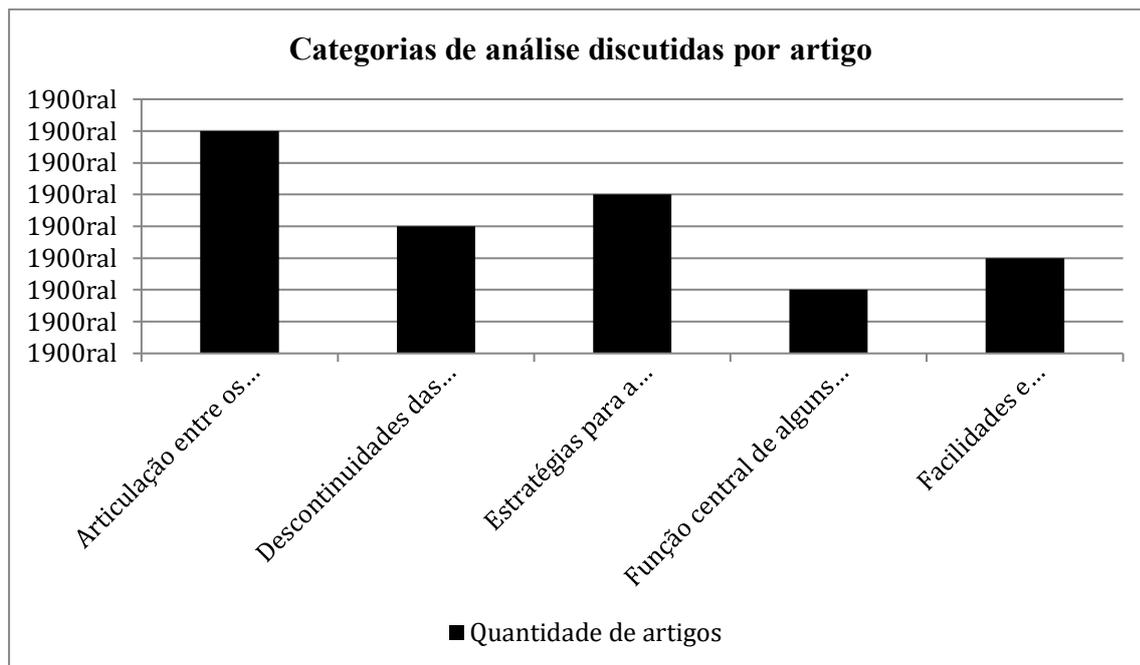
	Autores	Título do Artigo	Ano de publicação	Periódico de publicação
1.	DIAS, P.C. et. al.	Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas.	2018	Cadernos de Saúde Pública
2.	BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R. A.	Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional.	2012	Revista de Nutrição Edição Especial - World Nutrition Rio 2012
3.	GABRIEL, C. G. et. al.	Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil.	2014	Cadernos de Saúde Pública
4.	MOSSMANN, M. P.; TEO, C. R. P. A.	Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação.	2017	Revista Interações
5.	GABRIEL, C. G.; GOULART, G.; CALVO, M.C.M.	Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil.	2015	Revista de Nutrição
6.	SODRÉ, M. T.;	A coexistência do pensamento cartesiano e sistêmico: as limitações territoriais	2016	Revista Sociedade & Natureza

	SALAMONI, G.	enfrentadas pelo PAA e PNAE em Pelotas/RS.		
7.	GABRIEL, C. G. et. al.	Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	2014	Cadernos de Saúde Pública
8.	MELO, M. N. T.; SÁ, R. M. P. F.; FILHO, D. A. M.	Sustentabilidade de um programa de alimentação escolar bem-sucedido: estudo de caso no Nordeste do Brasil.	2016	Ciência & Saúde Coletiva
9.	SCHWARTZ MAN, F. et. al.	Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar.	2017	Cadernos de Saúde Pública
10.	SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P.C. G.	Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.	2015	Revista de Economia e Sociologia Rural
11.	SANTOS, S. R.; COSTA, M. B. S.; BANDEIRA, G. T. P.	As formas de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	2016	Revista de Salud Pública

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entre os artigos selecionados verificou-se que alguns discutiam mais de uma categoria de análise definida (conforme gráfico 1 abaixo), evidenciando-se como as questões são intrinsecamente complementares entre si, ordenando o processo de implementação em nível municipal.

Gráfico 1 - Resultado das análises dos artigos selecionados na base de dados SciELO, por categorias de análise e quantitativo de artigos que discorrem sobre a questão, no período de 2010 a 2018.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Destaca-se a discussão sobre as formas de articulação estabelecidas entre os distintos atores, apresentada em sete dos onze trabalhos. Há também análises sobre como as descontinuidades das ações impedem o desenvolvimento do PNAE a nível municipal, devido aos fortes acirramentos e embates políticos, abordados em quatro artigos. Outro ponto importante destacado no material são as estratégias utilizadas para a implementação e o aprimoramento do Programa, como os processos avaliativos, discutidos em cinco textos. Também foram analisados a função central de alguns atores e suas percepções sobre o seu papel no processo, a exemplo dos/as agricultores/as familiares, descritos mais detidamente em dois artigos selecionados. E, por fim, a discussão sobre as facilidades e as dificuldades vivenciadas pelas entidades executoras do PNAE, abordados em três textos.

Discussão

A partir do quantitativo de material analisado, 11 trabalhos, percebe-se como as prioridades no campo da pesquisa, no que diz respeito às políticas de segurança alimentar e nutricional, sobretudo no que tange à execução do PNAE, está fundamentada na descrição dos processos de implementação a nível local, em detrimento das análises que privilegiam a sua relação com os arranjos institucionais estabelecidos entre os atores que compõem tal Programa. Ressalta-se que esta trata-se de uma temática extremamente importante e necessária para se

compreender as redes de articulações da implementação e execução do Programa a nível municipal, haja vista que para garantir o bom funcionamento do mesmo, atendendo a todas as diretrizes instituídas legalmente, depende da interlocução fundamental entre três principais setores institucionais: educação, saúde e agricultura, além dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil.

Dias et. al. (2018) apontam a necessidade de articulação entre distintos atores para a efetivação da implementação das políticas de alimentação escolar a nível local. De acordo com a pesquisa realizada por elas, trata-se de um processo que contém grandes desafios, devido à falta de consenso entre os setores institucionais, sobretudo quando se trata da educação e da agricultura. Não há uma efetivação da intersetorialidade, a exemplo da separação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Percebe-se, com isso, que a adequada execução do PNAE, a nível municipal, deve garantir um diálogo aproximado minimamente entre as Secretarias de Educação (Entidade Executora - EEx do PNAE no município) e a Secretaria de Agricultura (a qual lida diretamente com os agricultores familiares).

É preciso pensar esta articulação na medida em que uma das diretrizes do Programa ressalta a importância da aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, garantindo que 30% da alimentação disponibilizada nas escolas seja composta por estes gêneros. Por isso, a EEx precisa conhecer a agricultura local, ou seja, o que é plantado e a sazonalidade da produção, daí a importância do mapeamento agrícola, o qual deve ser realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, bem como ter aproximação com os pequenos produtores e suas organizações econômicas, também mediado e facilitado por esta Secretaria. Outro ponto importante a se destacar é intensificar a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), necessária para que os agricultores tenham condições adequadas de manejo para a produção de gêneros alimentícios e suas formas de beneficiamento de determinados produtos, documentação, a exemplo da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁴ e de estarem capacitados para participarem do processo de chamada pública ao PNAE.

Burlandy, Bocca e Mattos (2012) nos mostram que o PNAE enquanto política de alimentação e nutrição, em relação ao Brasil, reflete uma dinâmica, cuja interação política é

⁴ A DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. É a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap> . Acesso em: 24 ago. 2021

distinta entre as organizações civis, universidades e governos. Não se verificou uma construção compartilhada, mas separações e posicionamentos que demonstram o jogo político dos interesses. Gabriel et. al. (2014), no estudo de avaliação de gestão municipal do PNAE nos maiores municípios do Estado de Santa Catarina, no quesito atuação intersetorial, observaram a falta de articulação dos gestores da educação também com o setor saúde, para além do setor agrícola. Isto implica em dificuldades de promover o progresso de um programa que atua com objetivos específicos de fomentar a segurança alimentar e nutricional de escolares.

No caso de Mossmann e Teo (2017), o artigo sobre as percepções dos atores em relação a legislação e implementação do PNAE, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em municípios catarinenses, na qual notou-se como fato essencial, que os/as agricultores/as não se perceberam como atores neste processo. Esta percepção limita a produção de avanços na implementação da lei. A grande maioria dos pequenos produtores não tem conhecimento da possibilidade de acessar este mercado institucional para comercializar a sua produção. Alguns poucos que ainda sabem do mesmo, não conhecem as normativas e, muitas vezes, não possuem a documentação necessária que o permitiria concorrer adequadamente à chamada pública. Verifica-se também que não há um diálogo de aproximação da Secretaria Municipal de Educação com os agricultores familiares e suas organizações econômicas, seja diretamente ou indiretamente por meio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Já Sodré e Salamoni (2016), na pesquisa sobre o município de Pelotas/Rio Grande do Sul, identificaram que, apesar das dificuldades supramencionadas que também se fizeram presentes nesta localidade, há um Grupo de Trabalho – GT PNAE constituído, o qual criou uma esfera de diálogo entre os diferentes atores, promovendo articulações e conexões das demandas particulares de cada um destes. Assim, concluíram que a ação tem acarretado uma lógica mais solidária entre as partes envolvidas e tem funcionado mais intensamente e adequadamente do que nos municípios que não partilham de um diálogo com e entre os demais atores.

Segundo Schwartzman et. al. (2017), para se ter êxito, o processo de construção do PNAE precisa articular os setores da agricultura, educação, compras, planejamento e sociedade civil em nível nacional, estadual e local. Sendo assim, vislumbraram que um dos grandes problemas é a descontinuidade das ações iniciadas, vista como um fator de impacto negativo na execução do mesmo. A discussão está em torno do fato dos interesses políticos influenciarem sobre este processo, já que verifica-se que a mudança de gestão municipal, pautada essencialmente na troca de partido político e de concepções políticas, acarreta a suspensão de

atividades e modificações no formato, na concepção, nas articulações etc. Isso impulsiona também a alteração de quase toda, ou mesmo toda a equipe técnica responsável pela execução do Programa e o processo de transição nem sempre é realizado de maneira saudável e articulada.

A sustentabilidade dos arranjos institucionais construídos nestes diálogos, de acordo com Dias et. al. (2018), fica comprometida, quando há descontinuidades das ações planejadas nestes encontros promovidos entre os atores envolvidos no processo. Destacam que um dos grandes desafios a ser enfrentado é o tradicional protagonismo de alguns setores na condução de programas desta categoria, o que acarreta uma centralização de tomada de decisões. O PNAE, por ter o setor educação como o principal executor, sendo as Secretarias Municipais de Educação as entidades executoras, concentra toda tomada de decisão na figura do/a secretário/a de educação, quase sempre sem dialogar antes com o/a secretário/a de agricultura e menos ainda com o/a secretário/a de saúde e com os agricultores familiares e Conselhos de Alimentação Escolar. E menos ainda com diretores/as das escolas, manipuladoras/es de alimentos e escolares, estes quase sempre nunca ouvidos.

Por sua vez, Melo, Sá e Filho (2016), apontam no estudo de caso realizado no Nordeste do Brasil, o forte acirramento político, o qual afasta do processo de diálogo e decisões os atores que divergem de concepções políticas ou mesmo compõem oposição partidária a quem está assumindo a posição da gestão central municipal, ou seja, a Prefeitura.

Destaca-se que este trata-se de um fator desfavorável para a continuidade das ações, uma vez que a mudança de gestão acarreta também uma variação constante da equipe técnica responsável pela execução das atividades, a exemplo das/os nutricionistas (Responsáveis técnicas/os – RT), técnicos/as de ATER e do setor de compras, diretores/as de escolas e manipuladoras/es de alimentos. Por vezes, a escolha da equipe técnica está atrelada à condição político-partidária e não à competência do profissional para executar determinada função, sendo perceptível, que o processo de disputa política é, muitas vezes, mais importante do que o empenho em construir ações bem sucedidas.

Por outro lado, Melo, Sá e Filho (2016) analisaram as falas de seus informantes sobre as disputas partidárias, as quais contraditoriamente as entendiam como positivas, acreditando ser essa uma maneira de manter a vigilância sobre o bom funcionamento do governo. Todavia, no caso de Tabira, o município por eles analisados neste estudo, houve descontinuidade das atividades de EAN desenvolvidas nas escolas com os escolares, a qual tinha sido proposta e

executada pela gestão central municipal anterior. A nova gestão ao assumir esse espaço finalizou uma das ações essenciais, prejudicando o desenvolvimento do PNAE.

Nesse sentido, percebe-se que a falta de conhecimento aprofundado sobre o PNAE e sua forma de funcionamento e, sobretudo, do papel de cada ator participante deste processo, e a parca cultura política existente no país gestam uma percepção errônea sobre a função da gestão, caracterizando positivamente as disputas partidárias que ocasionam descontinuidades das ações essenciais que apresentam resultados promissores, mesmo que se perca a efetividade de desenvolvimento do Programa.

As estratégias para implementação e aprimoramento são necessárias para o progresso na alimentação escolar e o estudo apresentado por Dias et. al. (2018) identificou a demanda da criação de canais de comunicação, planejamento e acompanhamento das estratégias como elementos eficazes. De acordo com Mossman e Teo (2017), sobre as percepções dos atores no quesito da implementação da lei n.11.947/2009, foram levados em consideração alguns fatores como iniciativa, participação e mobilização, bem como os dispositivos de divulgação, mapeamento da produção local e o incentivo aos agricultores familiares.

Gabriel, Goulart e Calvo (2015), ressaltam que a avaliação da gestão é como uma ferramenta para qualificar os serviços. E Silva, Dias e Amorim Junior (2015), na análise sobre a Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz (Coofeliz), mostraram ações muito importantes de construção com o PNAE, haja vista a cooperativa procurar desenvolver um trabalho para informar e sensibilizar os pequenos produtores familiares, peça chave na execução do Programa. Para tanto, realizaram reuniões com os gestores a fim de negociar as chamadas públicas e também com as merendeiras das escolas, mostrando formas de aproveitamento dos produtos. Santos, Costa e Bandeira (2016), mostram o quão é essencial que o governo crie estratégias de capacitação dos setores responsáveis pela gestão da alimentação escolar, sensibilizando-os para tal.

Referente aos papéis de alguns atores, Mossman e Teo (2017), em seu estudo em oito municípios catarinenses, no quesito iniciativa, a/o nutricionista foi colocada/o como figura central na execução do PNAE. Por ser a/o responsável técnica/o, é este/a profissional que ficará encarregado/a de elaborar os cardápios escolares, privilegiando a inserção de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar local, atendendo as especificidades dos escolares e das modalidades de ensino, conforme descrito na Lei 11.947/2009:

Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

É a/o nutricionista que também deverá elaborar o manual de boas práticas e capacitar as/os manipuladoras/es de alimento na elaboração das preparações propostas nos cardápios. Além disso, propor atividades de educação alimentar e nutricional para os escolares e avaliar a capacidade instalada das escolas como equipamentos e utensílios domésticos, bem como as instalações físicas.

Por outro lado, foi observado a atuação passiva de alguns atores como representantes dos Conselhos de Alimentação Escolar e o distanciamento dos técnicos/as da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em relação aos agricultores familiares. Isso se dá também pela falta de comunicação interssetorial, em que os setores de educação e agricultura não dialogam e nem admitem tomar decisões compartilhadas.

No desenvolvimento da lei existem facilidades e dificuldades, conforme aponta Gabriel, Goulart e Calvo (2015) na análise com as capitais da região Sul do Brasil. Para tanto, trouxeram como exemplo o caso do município de Porto Alegre que se destacou com adequada produção de alimentos pelos agricultores familiares e a boa execução dos cardápios. Dessa forma, salienta-se mais uma vez a importância da elaboração adequada dos cardápios, ferramenta fundamental, uma vez que, ao considerar o período na escola dos alunos, é necessário fornecer um terço ou mais de suas refeições.

O planejamento do cardápio pela nutricionista deve levar em consideração alguns fatores como os nutrientes recomendados, as condições fisiológicas dos/as estudantes, a modalidade de ensino, os aspectos culturais e religiosos etc.. O profissional nutricionista, neste caso, assume um papel essencial no processo de mobilização dos demais atores como agricultores familiares, a gestão da educação, da saúde e da agricultura, para que ocorra o avanço nas conquistas de implementação do PNAE e na elaboração das chamadas públicas e as pautas de compras.

Para Gabriel et. al. (2014), o PNAE ainda apresenta diversos desafios e demanda revisão de muitas ações dos atores que fazem parte do processo de planejamento e execução, para que continue desenvolvendo suas ações rumo ao aperfeiçoamento do Programa, garantindo com isso alimentação adequada e nutricionalmente segura aos escolares e possibilitando aos

agricultores familiares participar deste mercado institucional, possibilitando o aumento da renda familiar.

Considerações Finais

Vê-se, por conseguinte, que os artigos analisados discutem a importância dos arranjos institucionais realizados entre os atores que constituem a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Concluiu-se que a articulação entre os distintos atores é essencial para que a execução das ações atenda às especificidades propostas em Lei. Todavia, ainda percebe-se que os interesses políticos quando se sobrepõem à capacidade técnica de execução acarretam descontinuidade das ações, haja vista o fato de que “as ideias e representações dos agentes formam-se em conformidade com as experiências por eles vividas em suas diversas trajetórias sociais, e de acordo com as diversas estruturas objetivas do espaço social”, por eles ocupado (ARBOLEYA, 2013).

O desconhecimento da gestão também é um complicador na execução das atividades e os atores sociais que compõem o outro lado da moeda, como o CAE e os agricultores familiares, também precisam compreender o seu papel e assumir o protagonismo de serem agentes e manterem regularmente o papel de fiscalizadores da execução. Segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (200, p. 12),

[...] cabe aos atores sociais, mediante sua capacidade de agência, a participação no processo de construção social da realidade, a partir de condicionantes estruturais que não apenas constroem, mas também possibilitam a ação social, na medida em que são criados pelos próprios atores sociais por meio do compartilhamento intersubjetivo de interpretações.

Em suma, os arranjos institucionais têm funcionado de modo a excluir algumas Organizações Econômicas dos Agricultores Familiares (OEAFs), bem como de agricultores independentes do processo de chamamento público para comercialização de seus produtos para o PNAE. Todavia, nas localidades em que os atores sociais desenvolvem a capacidade de agenciar, o PNAE tem funcionado de maneira mais adequada, atendendo às normativas da política. Assim, os arranjos institucionais mobilizam categorias políticas, sociais e culturais na costura do processo comunicativo, instituindo redes de articulação entre os distintos atores, sejam eles da gestão municipal, dos movimentos sociais, dos profissionais técnicos e da sociedade civil.

Referências

- ANJOS, Flavio Sacco dos; BECKER, Cláudio. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v.45, Suplemento especial, out./dez. 2014, p. 107-117.
- ARBOLEYA, Arilda. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo-subjetivismo! In: *Sociologias Plurais*, v.1, n. 1, 2013. 21p. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64705/37636>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 5, n. 22, 6 jul. 2009, p.595-607. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001&lang=pt. Acesso em: 12 fev. 2020.
- BRASIL. Constituição (2009). *Lei nº 11.947/2009*, de 16 de junho de 2009. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 16 jun. 2009, p. 1-8. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/alimentacao-escolar-2015-525/legislacao-517/2344-lei-n-11-947-2009-pnae-4129/file>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- BURLANDY, Luciene; BOCCA, Cláudia; MATTOS, Ruben Araujo de. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 1, fev. 2012, p. 9-20. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732012000100002&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.
- DIAS, Patricia Camacho et. al. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas: o dilema entre a suplementação nutricional e a promoção da alimentação saudável em escolas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, set. 2018, p. 1-13. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2018001205015&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.
- GABRIEL, Cristine Garcia et. al. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 9, set. 2014, p. 2017-2023. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010211X2014000902017&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.
- _____. et. al. Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, ago. 2014, p. 1731-1744. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2014000801731&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.
- GABRIEL, Cristine Garcia; GOULART, Gabriela; CALVO, Maria Cristina Marino. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 28, n. 6, ago. 2015, p. 667-680. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732015000600667&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.

HENRIQUE; Flávia Conceição dos Santos. *Intersetorialidade na implementação de programas da área de Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo sobre arranjos institucionais em municípios de pequeno porte do estado da Bahia*. 2016. 201f. Tese (Doutorado em Ciências)-Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26330/3/henriquefcsd.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. *RAC*, 1. Ed. Especial, 2005, p. 09-39.

MELO, Mariana Navarro Tavares de; FRANCO DE SA, Ronice Maria Pereira; MELO FILHO, Djalma Agripino de. Sustentabilidade de um programa de alimentação escolar bem-sucedido: estudo de caso no Nordeste do Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, jun. 2016, p. 1899-1908. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000601899&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 2, abr. 2017, p. 31-43. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122017000200031&lang=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Maria Bernadete de Sousa; BANDEIRA, Geovanna Torres de Paiva. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). *Rev. Salud Pública*, Bogotá, v. 18, n. 2, abr. 2016, p. 311-320. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rsap/2016.v18n2/311-320/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SCHWARTZMAN, Flavia et. al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2017001200501&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.

SILVA, Marcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 53, n. 2, jun. 2015, p. 289-304. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032015000200289&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.

SODRE, Maiara Tavares; SALAMONI, Giancarla. A coexistência do pensamento cartesiano e sistêmico: as limitações territoriais enfrentadas pelo PAA e PNAE em Pelotas/RS. *Soc. Nat.*, Uberlândia, v. 28, n. 3, dez. 2016, p. 457-471. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132016000300457&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2020.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado de alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 181-201. (Série Estudos Rurais).

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 4, 25 ago. 2010, p.933-945. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902010000400019. Acesso em: 12 fev. 2020.

CAPOEIRA E LUTA: Relações e possibilidades enquanto conteúdo específico da Educação Física

**Jean Adriano Barros da Silva⁵
Wilson de Lima Brito Filho⁶**

Resumo

O presente artigo se articula com a temática que envolve o diálogo sobre práticas culturais e lutas, focando em particular a capoeira. Este tema tem como objetivo geral a proposição de analisar as perspectivas da ação pedagógica no campo da Educação Física. Neste sentido, buscaremos dialogar com alguns autores, apresentando alternativas a partir da prática da capoeira e das lutas, enfocando seus movimentos, sua musicalidade e o "ritual" da roda, como fontes para o desenvolvimento humano e consequentemente das estratégias e métodos que permeiam a formação.

Palavras Chave – Capoeira, Luta e Educação Física

Abstract

This article is articulated with the theme that involves the dialogue about cultural practices and fights, focusing in particular on capoeira. This theme has as its general objective the proposition of analyzing the perspectives of pedagogical action in the field of Physical Education. In this sense, we will seek to dialogue with some authors, presenting alternatives from the practice of capoeira and fights, focusing on their movements, their musicality and the "ritual" of the circle, as sources for human development and, consequently, of the strategies and methods that permeate the formation.

Keywords- Capoeira, Fight and Physical Education

⁵ Licenciado em Educação Física UFBA, Mestre em Educação UFBA, Doutor em Ciências da Educação/Uminho, Pós doutor em Ciências da Educação/Uminho e Professor Adjunto da UFRB.

⁶ Licenciado em Educação Física UFBA, Especialista em Psicopedagogia IBPEX-FACINTER, Especialista em Docência do Ensino Superior FTC, Mestre em Educação UFBA e Doutor em Educação UFBA.

INTRODUÇÃO

O ser humano durante a sua história mundo tem se relacionado consigo, com os seres de sua espécie e de outras espécies e com o meio ambiente de diversas formas construindo um mundo cultural que se traduz numa diversidade de sentidos e significados garantindo a sua sobrevivência.

Nesta busca e construções as lutas têm se apresentado como estratégias de sobrevivência, de alimentação, de ritualidade de crenças e religiões, de jogos e ritos de passagem, como técnica de preparação para guerra e enfrentamentos, como estratégia de defesa e ampliação de reinos e governos, preparação e empoderamento individual e coletivo.

Mais recentemente com o crescimento da indústria cultural e, por conseguinte a indústria do lazer e do esporte, bem como com a sistematização das práticas corporais e atividades físicas e o desenvolvimento do campo do conhecimento Educação Física, novas possibilidades tem surgido para estas práticas, umas tidas como positivas e outras como negativas, mas tem surgido usos diversos.

As lutas se estruturaram como conteúdo específico da Educação Física, sendo reconhecida e utilizada a partir de diversas modalidades nos espaços formais e não-formais, tendo objetivos estéticos, de interrelação social, condicionamento físico, demonstrativo folclórico, esportivos⁷, conscientização corporal, defesa pessoal, etc.

Cabe ainda observar que estas práticas de combate ganham nomenclaturas diferentes considerando seu traço histórico e objetivos indo desde afectos da máquina de guerra nômade (DELEUSE e GATARRI, 1997), a arte marcial, esportes de combate, defesa pessoal, jogos de combates ou mesmo lutas.

Neste cenário, a capoeira prática reconhecida como genuinamente brasileira se apresenta a partir do olhar de classificações existentes dentro de princípios condicionantes⁸,

⁷ Cabe observar que as modalidades esportivas atendem a dimensões sociais diversas. (Ver Tubino).

⁸ Ver Gomes et al, 2010.

como luta , mas socialmente se enquadra enquanto prática de dança, esporte, cultura popular, malandragem e conteúdo específico da Educação Física considerando a diversidade de olhares e não consenso entre estudiosos e praticantes.

A partir desta diversidade surgem alguns questionamentos: a capoeira é modalidade do conteúdo luta na Educação Física? Quais as possibilidades e ligações da capoeira com os princípios condicionantes e classificação existente nas lutas? E a partir deste diálogo objetivamos compreender as relações e possibilidades da capoeira enquanto conteúdo específico da Educação Física.

Dessa forma, buscaremos relacionar a capoeira com os princípios condicionantes das lutas, as classificações das mesmas e os conteúdos da Educação Física. Ações traçadas a partir de um estudo bibliográfico do tipo exploratório, numa revisão de literatura de abordagem qualitativa.

A motivação para este estudo se deu a partir de diálogos sobre o trato das lutas traçados entre os autores e da percepção do hiato ainda existente na área sobre estas questões sobretudo no que tange a capoeira. Portanto, entendemos que faz-se importante e necessário traçar diálogos sobre esta prática cultural brasileira e suas relações na tentativa de descortinar possibilidades.

MÉTODO

Trata-se de uma abordagem qualitativa, pois entendemos que a mesma : “é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida.” (FLICK, 2009, p.20). No que tange ao nível da pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória que: “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008. p.27).

No que diz respeito ao acesso à informação optamos por uma revisão de literatura, que é um estudo:

Resultante da reunião e análise de outros trabalhos referentes ao tema objeto da pesquisa, visa basicamente a identificar na literatura o referencial teórico do estudo, isto é, os autores que já se ocuparam do tema até o momento da pesquisa, cujo pensamento constitui a base definidora do assunto.” (LUBISCO e VIEIRA 2019, p.58)

Analisando, dessa forma, textos que pudessem em conjunto com as vivências, estudos e observações dos autores construir um estudo que sirva de referência para as discussões acerca do tema, minimizando o hiato existente sobre a relação capoeira, luta e conteúdo da Educação Física.

A CAPOEIRA :

Nesta secção do trabalho teremos como meta principal a apresentação da arte capoeira, considerando seu percurso histórico e características. Assim, nos propomos a iniciar o diálogo com alguns autores da área, fazendo um breve relato sobre a escravização de seres humanos, processo pelo qual se desencadeou toda a conjuntura que deu origem à capoeira e suas necessidades em território brasileiro.

A ESCRAVIZAÇÃO DE SERES HUMANOS

O processo de escravização de seres humanos data de tempos remotos da civilização, contudo, as motivações e formas desta prática abominável foram sendo alteradas ao longo dos séculos. Assim, no caso específico de Portugal, é sabido que já na Idade Média diversos processos de escravização já aconteciam, como relata Rego (1968, p. 1):

E por demais sabido que durante a Idade Média os Portugueses, assim como outros povos, traficaram escravos, sobretudo negros. Há mesmo vagas notícias de uma parada aqui, outra acolá, porém a informação mais precisa, principalmente no que diz respeito ao tráfico de escravos africanos para o território português, é a fornecida por Azurara. O autor da Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné relata a maneira de como Antão Gonçalves, em 1441, capturou e trouxe para o Infante D. Henrique os primeiros escravos africanos. Relata também o cambalacho de Antão Gonçalves com Afonso Guterres, para importar esses negros do Rio de Ouro, cuja essência está neste trecho – O que fremoso aquecimento serya nós que viemos a esta terra por levar carrego de tam fraca mercadorya, acertamos agora em nossa dita de levar os primeiros cativos ante a presença do nosso principe!

Neste sentido, conforme relato acima citado, percebemos que a prática de escravização de seres humanos, em muito antecede os processos desencadeados em terras brasileiras, fato que se configura de forma extremamente relevante, pois denota, que no caso do Brasil, já havia

uma experiência longa de métodos e formas para este mercado lucrativo que hora apresentava-se como estratégia mercantil do continente europeu.

O comércio envolvendo o povo africano tomou tal proporção que em pouco tempo já se configurava como uma das mais importantes estratégias econômicas. Segundo Rego (1968, p. 2):

Isso foi a brecha para que o espírito de conquista do português o fiz levantar âncoras, para as terras de África, em busca de um novo comércio, fácil e rendoso, porém humilhante e desumano. A coisa tomou um rumo tal, que dentro em pouco, Lisboa e outras cidades já tinham um cheiro de cidade mulata.

Outro detalhe importante que não pode passar de maneira despercebida, foi o apoio da Igreja a todo processo de escravização, considerando obviamente toda retribuição financeira repassada aos religiosos e a ampliação do raio de influência católica que estava condicionada à conversão das pessoas em situação de escravidão. Neste sentido, vale lembrar que, muitos povos invadidos e aviltados neste processo, já possuíam uma rica matriz religiosa, processos educativos e culturais complexos e, em alguns casos, muito mais avançados que os europeus. Contudo, toda esta base que antecedia a chegada do português era, na maioria das vezes, desconsiderada e substituída pelos dogmas religiosos cristãos. Segundo Rego (1968, p. 8):

Com o passar do tempo essa atividade, longe de se extinguir, tomou um impulso espantoso. Por incrível que pareça, esse comércio terrível e desumano teve a mais forte cobertura da Santa Madre Eclésia, alegando para tanto o argumento idiota de que os portugueses tornariam os povos ditos bárbaros, adeptos da fé de Cristo. Imagine que o papa Eugênio IV, pelas bulas *Dudum cum* de 31 de julho de 1436, a *Rex Regnum* de 8 de setembro de 1436 e a *Preclaris tuis* de 25 de maio de 1437, renovou a concessão ao rei D. Duarte de todas as terras que conquistasse na África, desde que o território não pertencesse a príncipe cristão.

Neste processo abominável de parceria entre a Igreja e a coroa portuguesa, acreditamos ser necessário fazer justiça a alguns papas, que protestaram contra esta conjuntura e moveram esforços contra esta verdadeira barbárie humana, como Pio II com a Bula de 7 de outubro de 1462, Paulo III em 1537, Urbano VIII com a Bula de 22 de abril de 1639, Benedito XIV em 1741, Pio VII em 1811 e finalmente Gregório XVI, pela Bula de 3 de dezembro de 1839, que condena e proíbe a escravidão de negros.

Sobre o início do processo da vinda de escravizados para o Brasil, motivações, grupamentos, etnias, relações econômicas, responsabilidades dos gestores, dentre outras informações extremamente importantes, temos relativas dificuldades para obtê-las de fontes diretas, considerando que o conselheiro Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda, no governo de Deodoro da Fonseca, resolveu destruir todos os arquivos relativos ao processo de escravização brasileiro, alegando que este representava uma mácula para a nação. Neste sentido, Rego (1968, p. 10) destaca uma resolução com o seguinte teor:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance da sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1.º– Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativo ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2.º–Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, o que se fará na casa de máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1890. – Ruy Barbosa.

Acreditamos que as motivações do ministro da Fazenda Ruy Barbosa não estavam centradas exclusivamente no que está relatado no conteúdo da resolução citada acima, considerando que, com o fim da escravização de seres humanos, o governo brasileiro poderia ser acionado pelos antigos “proprietários” de pessoas escravizadas, sendo-lhe reivindicadas possíveis indenizações pelos prejuízos causados na nova conjuntura de liberdade para os negros, onerando os cofres da nação com cifras impossíveis de serem pagas. Assim, mais do que humanitário, o então ministro, foi estratégico economicamente em favor de sua pasta, responsável pela gestão econômica, contudo, a dimensão do impacto de sua atitude para com

os relatos históricos repercute até a atualidade, dificultando um levantamento mais preciso dos detalhes do início e desenvolvimento da chegada dos negros no Brasil.

Mesmo sendo difícil, por fontes diretas, definir o início da vinda dos primeiros negros para o Brasil, é possível ter uma noção pelo levantamento de cartas e comunicação outras entre os membros da coroa portuguesa, e estas indicam que, desde mais ou menos 1500, já existiam movimentações escravocratas em terras brasileiras. Desta forma, alguns anos mais tarde, aproximadamente na década de 1690, temos conhecimento que as regiões de Angola e de Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil, sendo que os oriundos da Costa da Mina, em sua grande maioria, aportaram na Bahia, enquanto que os que vieram de Angola foram enviados para o Rio de Janeiro. Neste sentido, estima-se que, ainda no século XIX, foram escravizados para o Brasil, aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas negras de terras africanas.

Já na primeira metade do século XX, a parte Centro Ocidental da África serviu de base exploratória para o tráfico de uma cifra próxima a 1,5 milhão de indivíduos, sendo responsável por ocupar o espaço de maior fornecedor para o lucrativo comércio de seres humanos daquele período.

Com o passar dos anos, outras regiões foram exploradas, destacando partes da costa e as savanas, considerando que os portugueses traficavam, principalmente, nas regiões de Luanda e Benguela, sendo os escravizados trocados por tecidos, armamentos e até por bebidas produzidas no Brasil.

É importante ressaltar que os locais onde viviam os que foram escravizados e trazidos para o Brasil, possuíam complexas e distintas expressões culturais, sendo estas, muitas vezes, alvo de disputas internas africanas que ocasionavam guerras e significativos conflitos em que os capturados inimigos eram escravizados pelos vencedores, contudo, esta lógica, nem de longe, pode justificar ou ser comparada com o processo mercantil e desumano capitaneado pelo continente europeu na África. Segundo Souza (2008, p.84): “Além de serem afastados das aldeias nas quais cresceram e que eram o centro de seu universo, muito poucas vezes conseguiam se manter próximas de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos”.

O famigerado processo de escravização europeu tratava pessoas como mercadorias, sendo a crueldade uma tônica cotidiana de lida com as pessoas escravizadas. Neste sentido, os relatos históricos apontam que os que seriam vendidos imediatamente, eram ligados, uns aos outros por correntes de ferro, sendo açoitados por todo o trajeto até o ponto de venda, muitas

vezes caminhando por quilômetros de distância. A comida e a água eram insuficientes, pela própria dinâmica imposta pelo negócio. Esta forma desumana de trato ocasionava muitas mortes pelo caminho, sendo o cadáver desprendido da argola de ferro e abandonado no caminho. Os sobreviventes que conseguiam chegar ao navio eram colocados nos porões em espaços mínimos, insalubres e tão escuros que não se identificava dia ou noite.

Macedo (*apud.* Martins, 1974) descreve que os negros eram empilhados nos porões, recebendo pouca comida e água, sendo aceitável um índice de mortes acentuado, com perdas de 10% dos indivíduos, chegando, em alguns casos, ao falecimento de metade das pessoas.

As condições eram as piores possíveis, fato que atestava a crueldade no trato com os negros, que, mais tarde, ajudariam a construir o nosso país e boa parte da riqueza cultural que podemos desfrutar na atualidade, sendo a capoeira uma parcela de todo este aporte que recebemos da mãe África.

ORIGEM DA CAPOEIRA

A capoeira e sua história inicial estão diretamente associadas ao processo de escravização de seres humanos, e parte do estudo deste, por sua vez, foi comprometido pelo ato do senhor Ruy Barbosa, como já foi descrito anteriormente. Neste sentido, para entender o começo da trajetória da capoeira, precisaremos recorrer a fatos históricos indiretos que nos ajudam a montar o grande quebra-cabeças da chegada da matriz cultural que vai compor esta arte em território brasileiro. Conforme Mello (1996, p. 29): “Ruy Barbosa, quando ministro da Fazenda, com o argumento de apagar a história negra da escravidão, mandou incinerar uma vasta documentação relativa a esse período”.

Pesquisadores do mundo inteiro disputam versões para a origem da capoeira, dentre estas, destacamos três principais: a primeira delas afirma que a capoeira é africana, ou seja, foi criada na África e veio já estruturada para o Brasil; a segunda versão afirma que a origem se deu em território brasileiro por forte influência indígena, minimizando a colaboração cultural africana; a terceira versão aponta para uma possibilidade de origem híbrida, considerando a capoeira uma arte afro-brasileira. Desta forma, tentaremos dialogar com estas três principais versões no texto abaixo, descrevendo detalhes e argumentando em favor da possibilidade que mais nos identificamos.

Sobre a possibilidade de que a capoeira é exclusivamente africana, apresentamos uma discordância, considerando, inicialmente, que, se assim o fosse, deveríamos ter a arte espalhada

na mesma proporção da diáspora africana pela escravização em mais lugares para além do Brasil, ou seja, partes das etnias trazidas para nosso país foram traficadas também para América Central, outros países da América do Sul e do planeta. Sendo assim, deveríamos ter capoeira em mais algum lugar além das terras brasileiras, sem ter sido por influência nossa, fato até hoje desconhecido dos pesquisadores, pois a capoeira como conhecemos, sempre que encontrada fora de nossos limites territoriais, foi levada por uma cultura corporal impregnada de brasilidade.

A versão de que a capoeira seria exclusivamente brasileira se enfraquece na medida em que se assim o fosse, não seria possível encontrar em outras partes do planeta, que receberam pessoas escravizadas da África ou no próprio continente africano, expressões culturais muito próximas do contexto filosófico, técnico e ritualístico da capoeira, que antecedem a presença da cultura brasileira nestes lugares. Assim, expressões culturais como o Bambuco Patiano colombiano, que atualmente se expressa no campo da música, mas indica fortes traços com a capoeiragem, também a Ladjá, dança luta da Martinica, o Mani em Cuba, o Moringue, o N`golo e a Bassula, todos de Angola, dentre outras, representam fortes indícios de que existe uma matriz comum com base na cultura negra.

A terceira possibilidade é aquela que nos aproxima de uma versão mais coerente com os indícios históricos, pois considera todo hibridismo étnico característico da cultura brasileira e reafirma as argumentações que justificam a pouca probabilidade das duas versões anteriores. Neste sentido, acreditamos que a capoeira, em sua estrutura central, é afro-brasileira e, em nosso território, junta a base cultural africana, a necessidade de liberdade do negro escravizado, costumes do índio nativo e do colonizador europeu, fazendo um caldeirão cultural, denominado de capoeira. Portanto, uma comparação coerente, seria imaginarmos uma mulher negra, africana e escravizada que tem um filho em território brasileiro. Esta criança teria toda a carga genética de sua mãe, a necessidade de se libertar, mas seria criada também sob a influência de costumes indígenas e dos portugueses.

Santos (1990), em seus estudos, diz que a capoeira nasceu no Brasil, fruto da conjuntura local, daquele momento da história, que impelia os escravizados a criarem alternativas em busca de sua liberdade, considerando todas as mesclas culturais e o trato com esta diversidade como estratégia de luta.

Vários elementos da capoeira nos indicam traços de influências culturais distintas, como exemplo podemos citar: O uso da navalha por capoeiras no século passado, pois segundo dados

históricos, a navalha foi trazida para o Brasil por membros da marinha portuguesa; traços da movimentação indígena na técnica, nomenclaturas de golpes e letras das cantigas; a relação da Chula portuguesa com a musicalidade, dentre outras, e tudo isso inserido em um contexto de luta pela liberdade, com uma base cultural africana. Neste sentido, Rego (1968, p. 30) destaca que:

No caso da capoeira, tudo leva a crer seja uma invenção dos africanos do Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros, tendo em vista uma série de fatores colhidos em documentos escritos e sobretudo no convívio e diálogo constante com os capoeiras atuais e antigos que ainda vivem na Bahia, embora em sua maioria, não pratiquem mais a capoeira, devido a idade avançada.

Acreditamos que esse convívio intenso de diferentes culturas e as necessidades em território brasileiro ajudou a moldar, ritualisticamente, a arte capoeira, imprimindo nela um toque peculiar de brasilidade e miscigenação de costumes característicos de nosso cotidiano. Neste sentido, Capoeira (1998), em sua obra, afirma que a capoeira nasceu da mistura de diversas lutas, danças, rituais e instrumentos musicais vindos de várias partes da África, sendo, no território brasileiro, tudo isso misturado, provavelmente em Salvador e no Recôncavo Baiano durante o século XIX.

Esta grande mistura cultural serviu de catalisador para construção de toda complexidade que compõe a capoeira na atualidade, contudo, a conjuntura histórica de cada período ajudou a constituir a estrutura da arte na forma que conhecemos atualmente. Assim, seguiremos fazendo um diálogo com os principais momentos que marcaram o desenvolvimento da capoeira e seus nexos com o pensamento da sociedade em cada época.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA CAPOEIRA

O desenvolvimento da capoeira no Brasil confunde-se com a trajetória do povo negro e suas implicações para sobreviver em território brasileiro, considerando as estratégias de luta pela liberdade e para manutenção da matriz cultural africana tão perseguida pelo colonizador. Assim, sobre a prática da capoeira, de acordo com Mello (1996, p. 32): “Essa prática se dava de maneira clandestina, pois, uma vez que ela era utilizada como arma de luta, os senhores de engenho passaram a coibi-la veementemente, submetendo a terríveis torturas todos aqueles que a praticassem”.

Os negros utilizavam várias estratégias para camuflar o potencial bélico da capoeira como luta, pois sabiam que a percepção deste fator ampliaria o nível de repressão à sua prática, comprometendo o desenvolvimento deste braço de confronto ao regime escravocrata. Neste sentido, acredita-se que a mescla da dança e os aspectos da musicalidade serviram não apenas para assegurar uma ancestralidade, mas também para desviar a atenção do colonizador, dificultando a revelação das reais motivações daquela prática insurgente.

Lamentavelmente, esta camuflagem da capoeira não se sustenta por muito tempo, como assegura Santos (1990, p. 34): “Com o passar dos tempos, os nossos colonizadores perceberam o poder fatal da capoeira, proibindo esta e rotulando-a de arte negra”.

Vale ressaltar que, inicialmente, a estratégia dos colonizadores, foi não reprimir a prática cultural dos negros escravizados, pois, considerando a diversidade de costumes e etnias, incluindo que muitas destas eram inimigas históricas em terras africanas, acreditava-se que o fortalecimento das culturas individuais poderia dificultar uma aproximação política para questionar o regime de vida no Brasil. Assim, durante um determinado período, foi possível perceber relativa tolerância aos costumes africanos.

Contudo, ao contrário do que se imaginava, a luta comum por liberdade fez com que o intercâmbio nesta diversidade se ampliasse no sentido de uma maior articulação, tendo na capoeira um dos braços de luta para esta revolução social.

A partir desta percepção do perigo da união dos africanos em torno de uma causa comum, o colonizador iniciou um intenso processo de perseguição cultural às práticas do negro em nosso território, facto que fez desenvolver inúmeras formas de resistência na manutenção de crenças e costumes, como o disfarce da capoeira em dança, o falso sincretismo entre deuses africanos e santos católicos, a oralidade no processo educativo, dentre outras.

Seguindo o processo histórico do negro escravizado, a capoeira foi, inicialmente, um fenômeno rural, sendo praticada nos engenhos, senzalas, quilombos e outros locais de agrupamentos para resistência e luta pela liberdade, sendo mais tarde desenvolvida como fenômeno urbano, ocupando espaços nos portos, praças, feiras e afins, consolidando-se técnica e, ritualisticamente, pelo intercâmbio étnico/cultural daqueles envolvidos e todo contexto da vida cotidiana destes. Neste sentido, Rego (1968, p. 36), destaca que:

A capoeira foi inventada com a finalidade de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do quotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno.

Não havia academias de capoeira, nem ambiente fechado, premeditadamente preparado para se jogar capoeira. Antigamente havia capoeira, onde havia uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo bem em frente, propício ao jogo. Aí, aos domingos, feriados e dias santos, ou após o trabalho se reuniam os capoeiras mais famosos, a tagarelarem, beberem e jogarem capoeira.

A capoeira seguiu seu curso e em pouco tempo incorporou as lutas do negro na zona urbana, sendo, de forma discreta, mais um elemento de expressão da cultura afro-brasileira que invadiu as cidades e misturou-se no cotidiano da população, mesmo que ainda de forma marginal, como parte de tudo aquilo que derivava da mãe África. Contudo, alguns fatores colaboraram para que em determinado momento a capoeira saísse da condição marginal e se apresentasse como alternativa educacional.

Dentre as diversas fases que a capoeira passou ao longo de seu desenvolvimento, entendemos como o mais marcante a década de trinta, pois neste período temos a sistematização das duas escolas de capoeira mais tradicionais, bem como o início do processo de institucionalização da arte. Neste sentido, temos a Luta Regional Baiana de 1932 e a Angola, também estruturada em período próximo, sendo a primeira liderada por Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba), e a segunda por Vicente Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha), ambos baianos e com grande reconhecimento de seus pares das culturas populares.

A Luta Regional Baiana, mais tarde apelidada de capoeira Regional, representou a porta de saída para capoeira da marginalidade legal, pois assumia uma formatação antes nunca feita, com sistematização escrita, aulas em recintos fechados e um mestre que possuía certificado de instrutor de Educação Física, sendo inclusive responsável pela primeira apresentação oficial ao governo. Segundo Rego (1968, p. 315):

Mestre Bimba foi o primeiro capoeirista, na história turbulenta da capoeira, em todo o Brasil a entrar no palácio governamental e se exhibir, com seus alunos, para um governador, que queria mostrar nossa herança cultural a seus amigos e autoridades e como tal escolheu a outrora perseguida capoeira, justamente em uma época em que estávamos sob o regime de uma ditadura violenta.

Outro momento importante para a capoeira foi a apresentação do Mestre Bimba e seus alunos, em 23 de julho de 1953, para o então presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, ficando este episódio marcado também, pois a presidência aproveitou o ensejo para liberar em

todo território nacional as manifestações populares dos negros, antes criminalizadas e perseguidas pelo Estado. Assim, Bimba e sua “Regional” seguiram em constante processo de negociação social para tirar a capoeira da marginalidade, mesmo que para isso, em alguns momentos, tenha sido necessário romper paradigmas e se reinventar culturalmente.

A capoeira Angola de Mestre Pastinha, movimento contemporâneo à criação da Luta Regional Baiana, serviu de contraponto ao caráter aparentemente inovador de Mestre Bimba, pois se centrava na manutenção do discurso em torno da tradição e da ancestralidade, contudo, mediante um olhar mais crítico e aprofundado, percebe-se que ambas as escolas fizeram adaptações técnicas e filosóficas para sobreviverem culturalmente, ou seja, não cabe aqui dizer que, matricialmente, nenhuma das duas rompeu com a tradição Africana.

O momento histórico exigiu que, tanto o Mestre Bimba como o Mestre Pastinha fizessem alterações adaptativas que destoaram da capoeira praticada antes de sua época, criando seqüências de ensino padronizadas, uniformes, academias, método escrito, padrões ritualísticos, dentre outros, sendo estas modificações importantes para assegurar o processo de sobrevivência da capoeira até aos dias atuais.

É importante destacar que não foi fruto do acaso este processo de sistematização escrita da capoeira ter acontecido neste período, tão pouco a formatação técnica destas duas escolas de capoeira terem seguido uma abordagem que em muito se assemelhava às escolas de ginástica européias, estes métodos, no início do século XX, já haviam chegado ao Brasil com muita intensidade e propósitos semelhantes aos desenvolvidos em seus países de origem, disciplinando corpos para o trabalho e preparando, fisicamente, as pessoas para defesa dos interesses nacionalistas, ou seja, perfeitamente adaptável a necessidade conjuntural do Brasil que vivia em franco processo de ditadura militar da era Vargas.

A partir desta forma de ginástica, oriunda do militarismo, bem antes da oficialização da Capoeira Regional e da Angola, surge a ideia de transformar a Capoeira em ginástica brasileira. Neste sentido, em 1907 é lançado um material com o título “Guia do capoeira ou ginástica brasileira”, escrito por um militar de iniciais O.D.C., em que apontava a Capoeira como uma forma de defesa nacional (Silva, 2001). Assim, a partir deste período, inicia-se um movimento de tentativa para aproximar a Capoeira da Educação Física, fato que justifica as adaptações feitas na década de trinta pela capoeiragem baiana.

Um autor chamado Inezil Penna Marinho, já em 1956, propõe a criação de um Método Nacional de Educação Física, sendo este basicamente centrado em Capoeira, com o intuito

principal de valorizar o sentimento de nacionalismo que vigorava naquele momento histórico. Segundo Reis (1997, p.73-74):

O autor predetermina os objetivos da capoeira nos currículos escolares e, mais uma vez, demonstra a mesma visão equivocada dos antigos protagonistas dos objetivos da educação física escolar brasileira [...] o autor, infelizmente, reforçou a visão superficial e ingênua de que cada brasileiro deveria abraçar com bravura, obediência e resignação, na sua função patriótica de colocar o Brasil e sua população engajados no processo desenvolvimentista e orquestrados por um governo antidemocrático e militarista [...]. Esta consciência pela busca da cidadania não poderia advir de uma proposta equivocada a fim de incluir a capoeira nos currículos escolares.

Este entrelace com a Educação Física, na mesma medida em que auxilia a capoeira a sair da condição de luta marginal para vislumbrar uma inserção no campo da educação formal em escolas, também modifica alguns princípios desta arte iniciática e com forte influência africana, ou seja, para ser “aceita” socialmente a capoeira precisou assumir tendências metodológicas de leitura da realidade que destoavam da herança ancestral africana.

A capoeira, como de costume das práticas afro-brasileiras e seu processo de resistência, ao longo da história assumiu tendências para sobreviver socialmente, dentre estas, a própria aproximação com a Educação Física, pois, se este foi um caminho de aceitação social e saída da marginalidade, com certeza não representou o abandono total de um referencial educativo calcado na oralidade, aprender-fazendo, respeito aos mais antigos, dentre outros. Desta forma, todo este movimento representou apenas uma estratégia de “jogo” com o sistema social de opressão ao negro e suas práticas em território brasileiro, mesmo considerando que este período e suas modificações deixaram marcas que influenciam a capoeira até a atualidade.

Hoje, a capoeira configura-se como uma arte que mescla esporte, luta, dança, cultura popular, música e brincadeira. Caracteriza-se, prioritariamente, como jogo de movimentos ágeis e complexos, onde são utilizados os pés, as mãos e elementos ritualísticos, sendo a mesma praticada em mais de 150 países, reconhecida, a partir de sua “roda”, como patrimônio imaterial da humanidade, com importante contributivo ao processo educativo em espaços formais, informais e não formais, servindo de importante estratégia para manutenção de traços fundamentais da cultura afro-brasileira no mundo e como maior expoente da língua portuguesa neste processo.

Dentre as diversas facetas educativas assumidas pela capoeira na atualidade, destaca-se sua contribuição metodológica no campo da formação de professores, considerando suas relações com traços formativos fundamentais no desenvolvimento das potencialidades de um educador mais conectado com a contextualização e aplicabilidade dos conteúdos formais e seus impactos na transformação social. Assim, seguiremos analisando as possibilidades da capoeiragem no cotidiano formativo para licenciatura.

LUTA: de conceitos, princípios condicionantes e classificações

A tentativa de diálogo com as práticas corporais de combate nos remetem aos trabalhos de DELEUZE e GUATARRI (1997) quando os mesmos apresentam a apropriação da máquina de guerra e seus afectos pelo estado ao serviço do monarca e ao serviço do capital.

Ocorre que do deslocamento da máquina de guerra nômade até o que conhecemos hoje como luta, temos uma série de questões a tratar que vão da multiplicidade de usos do vocábulo, passando pelas diversas percepções de autores ou pelo uso de atividades com gestos motores similares e objetivos diferentes como termos sinônimos, como por exemplo Arte Marcial, Esporte de Combate, Briga, Defesa Pessoal, etc

Yonezawa (2010) no texto *Algo se move: um elogio filosófico-ético à prática do combate como arte e educação*, faz uma tentativa de construção apresentando transformações históricas a partir de uma história dos usos. É importante frisar que seria preciso tratarmos o termo a partir de uma abordagem que explorasse a história dos conceitos, para daí termos uma maior aproximação de suas possibilidades, mas neste trabalho o olhar é diverso.

Para o presente trabalho a construção do conceito desse fenômeno se deu a partir dos estudos de Gomes (2008) que estabelece princípios condicionais para as lutas. Estabelecendo a autora que “Independente da modalidade ou especificidade da luta, esses aspectos são condições indispensáveis para que uma atividade seja caracterizada como Luta, pois são capazes de delinear o conhecimento e diferenciá-lo dos demais.” (GOMES, 2008, p. 42). Esta diferenciação é um dos pontos para os quais conceitos são estabelecidos frente a grande quantidade de práticas na atualidade.

Aprofundando os estudos da autora (2008) observamos que constituem estes princípios, em número de cinco, o contato proposital, a fusão ataque/defesa, a imprevisibilidade, o(s) oponente(s)/alvo(s) e as regras. E a partir de reunião destes chega a um conceito onde a luta constitui-se como

Prática corporal imprevisível, caracterizada por determinado estado de contato, que possibilita a duas ou mais pessoas se enfrentarem numa constante troca de ações ofensivas e/ou defensivas, regida por regras, com o objetivo mútuo sobre um alvo móvel personificado no oponente. (GOMES, 2008, p.49)

Uma vez apresentado o conceito que tem como finalidade principal diferenciar a luta de outros fenômenos ou práticas corporais, num primeiro momento, podemos dizer que a diversidade de práticas que contemplam estes princípios são imensas e seus usos ainda mais diversos, cabe ainda frisar que na tentativa de aprofundar o estudo e compreensão temos diversas categorizações bem como, diversos autores debruçados nesta ação, apresentados pela autora.

Entretanto, uma das classificações nos causou um interesse maior que foi a classificação de Espartero (1990) que segundo Gomes (2008, p. 36) estabelece uma classificação “de acordo com o tipo de contato entre os oponentes”. Ou seja, os esportes de luta com agarre⁹, os esportes de luta de golpes¹⁰ e, os esportes de luta com implemento¹¹. (Gomes, 2008).

O interesse que nos fez escolher esta classificação adveio do fato que traçamos um entendimento da capoeira como luta, ou melhor é possível percebermos a presença dos princípios condicionais da luta na capoeira, ou seja, contato proposital, fusão ataque/defesa, imprevisibilidade, regras e oponente(s) alvo(s), mas quando trazemos a capoeira para uma tentativa de classificação – especificamente a proposta por Espartero - não encontramos grupo correlato que a contemple.

Daí temos dois caminhos, desconsiderar a capoeira enquanto luta ou buscar traçar um novo caminho que traduza a necessidade de uma nova categoria junto a classificação apresentada pelo autor, optamos pelo segundo caminho, estabelecendo a categoria de *Esporte de luta de esquiva*.

A inserção dessa nova categoria a classificação de Espartero (1999) justifica-se a partir do momento em que a capoeira enquanto prática de combate tem na esquiva sua maior

⁹ “Esse agarre seria uma ação básica que representa os objetivos comuns entre as modalidades, tais como a derrubada (derribo), as projeções (proyecciones) e o controle no solo.” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).

¹⁰ “O critério neste grupo é o tipo de golpe (chutes, socos isoladamente ou numa mesma luta).” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).

¹¹ “na qual o objetivo é tocar as determinadas áreas do corpo do adversário com a mediação de uma espada, por exemplo.” (Espartero (1999) apud Gomes (2008, p.36).

ferramenta e fonte de anulação do potencial de ataque do oponente sendo a esquivas e não o bloqueio ou defesa direta a estratégia principal de defesa.

Portanto pensar nas lutas e sua relação com a capoeira traduz afastamentos e aproximações, mas certamente um movimento vivenciado que traduz uma especificidade que se apresenta também em outras modalidades de luta, como por exemplo o Aikido, esta modalidade tem como forma de defesa estas estratégias de esquivas.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E SEUS CONTEÚDOS

A Educação Física enquanto campo do conhecimento tem suas características, objeto de estudo e conteúdo específicos frutos de um processo histórico de diálogos para garantir o seu lugar formativo e especificidades, que estabelecem com o trato do conhecimento pontos de ancoragem com vistas ao desenvolvimento dos sujeitos.

No caminho para essa construção é constante na Educação Física brasileira, seja no universo formal ou informal, no campo acadêmico ou de intervenção :

a idéia de crise que circula em nosso meio fazendo com que pareça ser rotineira e perene. Neste trajeto dois aspectos sempre se fizeram presentes: a luta por status acadêmico e a crise de identidade. Podemos dizer que um se dá motivado pelo outro, onde o debate encerra-se numa espécie de circularidade. (ROCHA JUNIOR, 2005, p.71)

Entretanto, nas duas últimas décadas cresceu este lugar do campo de forma a ser apropriado pela estrutura estatal – sobretudo no campo formal de educação – a sua percepção como linguagem¹² e o estabelecimento de conteúdos específicos para o trato do conhecimento. De forma que, sendo seu objeto de estudo a cultura corporal assumindo

princípios científicos e filosóficos materialistas onde a atividade humana (e não o movimento) é o fundamento da produção desta parte da cultura, as suas manifestações são concebidas através de suas significações socialmente construídas e de seu sentido de momento histórico, embora isso não signifique “perder de vista os objetivos relacionados com a formação corporal, física, dos alunos, senão, recolocá-los no âmbito espaço-temporal da vida real de uma sociedade de classes” (TAFFAREL; ESCOBAR, 2009, s.p.) *apud* (FRIZZO, 2013, p.203)

¹² O que traduz uma necessidade de comunicação de relacionamento com os outros sujeitos.

Percebe-se um direcionamento que dá esteio para um trato de conhecimento ampliado envolvendo práticas corporais em seu sentido lato. E neste sentido Brito Filho (2018, p. 280) sinaliza que

O processo de ensino aprendido intencional seja ele em ambientes formais ou não-formais de educação são traduzidos por uma sequência de situações que tem como fundamento a relação pedagógica, cabe, entretanto, observar para além da pedagogia num formato restrito.

Advindo destas discussões também é importante perceber que esta relação de aprendizado se constrói tendo um conjunto de conteúdos que de acordo com Libâneo (1994) citado por GONZALEZ e FENSTERSEIFER (2014, p. 148) “são um conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais da atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.”

Isso na Educação Física vai se reverberar no fato que os

jogos e brincadeiras, danças e atividades rítmicas, lutas, esportes, artes circenses, capoeira, ginásticas tem sido apresentados como conteúdos específicos por diversos autores (BRASIL, 1997); (COLETIVO DE AUTORES, 1992); NEIRA (2014); (DARIDO, 2015) traduzindo que o movimento humano apresenta como possibilidades uma multiplicidade de conteúdos já tomados como específicos da área e ainda que, são possíveis de acréscimos a todo tempo. (BRITO FILHO, 2018, p. 281)

Dessa forma, não trata-se de uma opção mas sim um direcionamento que é traduzido por diversos autores que estudam este campo de conhecimento em específico, portanto a luta é – junto a outros conteúdos específicos da Educação Física – responsável por este trato ampliado, e a capoeira inserida contribui com o contexto e dá conta de um olhar socialmente referenciado a partir de tratos históricos que traduzem conquistas de etnias em busca de seu lugar ao sol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Pensar a capoeira enquanto prática de luta e em ato contínuo como conteúdo da Educação Física, sobretudo na sua acepção que implica numa prática corporal que tem o

combate entre pessoas como sua principal função, não exclui a sua percepção enquanto práticas e ou objetivos outros, mas funda uma percepção que amplia o trato do fenômeno lutas inclusive trazendo um novo olhar para uma de suas classificações.

A Educação Física enquanto campo do conhecimento cada vez mais e de maneira mais intensa deve aproximar-se das práticas corporais e absorver seus usos e possibilidades para contribuir não apenas na ampliação do repertório psico, cognitivo, motor e social dos sujeitos, mas também do repertório cultural e das possibilidades de integrar novas formas de ver cada movimento e as suas variantes.

Conceitos diversos são criados, transformados acrescentados e esquecidos considerando sobretudo o uso social de cada fenômeno, entretanto, é patente que possamos cada vez mais ampliar olhares não cometendo equívocos de anacronismo, mas respeitando cada momento e cada relação histórica destes, para que com isso minimizemos erros, ampliemos as reparações e aprofundemos as possibilidades de vivências.

REFERÊNCIAS

BRITO FILHO, Wilson de Lima. **Formação no âmbito das práticas corporais : possibilidades e restrições.** (p.278-285) In: ARAÚJO, Jurandir de Almeida e CUNHAM Rubia Mara de Sousa Lapa. (Orgs). **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: Entrelaçando práticas e saberes plurais.** Curitiba : CRV, 2018.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — São Paulo: Ed. 34, 1997.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3.ed. – Porto Alegre : Artmed, 2009.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst. Objeto de Estudo da Educação Física: as concepções materialistas e idealistas na produção do conhecimento. **Motrivivência**, Ano XXV, nº 40, p. 192-206 Jun./2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p192>. Acesso em: 19.07.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Mariana Simões Pimental. (et al). Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. **Revista Movimento.** Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 207-227, abril/junho de 2010.

GOMES, Mariana Simões Pimental. **Procedimentos pedagógicos para o ensino das lutas: contextos e possibilidades.** 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

Disponível em :
http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/274808/1/Gomes_MarianaSimoesPimentel_M.pdf. Acesso em 20.07.2020.

GONZALEZ, Fernando Jaime e FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed. rev. e ampl. – Ijuí: Ed. Unijuí 2014.

LUBISCO, Nívia Maria Lienert e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual do estilo acadêmico : trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 6ª ed. rev. e ampl. Salvador : EDUFBA, 2019.

MACEDO, S. D. T. (1974). **Crônica do negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro.

MELLO, S. Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira. **Revista Discorpo**. São Paulo, n. 6, p. 29-39. 1996.

NESTOR, Capoeira. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record.1998.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola - ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Itapuã, 1968.

ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira da. A ORGANIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: Considerações sobre o debate. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 69-78, julho/dezembro, 2005. Disponível em :
<https://revistas.ufrj.br/index.php/am/article/view/9061/7191>. Acesso em: 19.07.2020.

SANTOS, L. S. **Educação, educação física, capoeira**. Maringá: Imprensa Universitária. 1990.

SOUZA, M. M. **África e Brasil africano**. Ática: São Paulo. 2008.

Reis, L. V. S. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo. Publisher Brasil. 1997.

SILVA, P. C. C. Capoeira e educação física – uma história que dá jogo... Primeiros apontamentos sobre suas inter-relações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. v.23, n.1, p.131-145, set..2007.

YONEWAZA, Fernando Hiromi. Algo se move: um elogio filosófico-ético à prática do combate como arte e educação. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.2 p.348-358, abr./jun. 2010. Disponível em :
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/3520/2969>

O POTENCIAL DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA NA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Cynthia Carvalho Almeida¹³
Ariston de Lima Cardoso¹⁴
Susana Couto Pimentel¹⁵

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as publicações científicas atinentes à temática “Acessibilidade para alunos com deficiência visual” por meio do aplicativo VOSviewer, uma ferramenta de análise bibliométrica e visualizações de rede. Para levantamento dos dados foi realizada a pesquisa na base de dados da Scopus e analisados 81 documentos. Após seleção das publicações referentes ao assunto abordado, as informações foram exportadas para o programa VOSviewer para a criação dos mapas. A pesquisa possibilitou encontrar os autores que trabalham juntos, os mais influentes, os anos das publicações e a quantidade de artigos publicados na base de dados relacionados ao tema pesquisado. Este estudo mostrou que ainda há poucas publicações nessa área na base de dados pesquisada, suscitando a necessidade de fomentar novas pesquisas que contribuam para promover acessibilidade e inclusão para os alunos cegos e com baixa visão.

Palavras-chave: Bibliometria; Acessibilidade; Deficiência Visual.

Abstract

This essay aims to analyze scientific publications related to the theme "Accessibility for students with visual impairment" through the VOS viewer applicative, a bibliometric analysis tool and network views. For data collection, a research was carried out in the Scopus database and 81 documents were analyzed. After selecting the publications related to the subject discussed, the information was exported to the VOS viewer program for the creation of maps. The research made it possible to find the authors who work together, the most influential, the years of publications and the number of articles published in the database related to the researched topic. This essay showed that there are still few publications in this area in the researched database, raising the need to foster new research that contributes to promoting accessibility and inclusion for blind students and those with low vision.

Keywords: Bibliometry; Accessibility; Visual Impairment.

13 Mestranda do Programa de Educação Científica, Inclusão e Diversidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: <cinthiasmille@gmail.com>.

14 Doutor em Geociências, Professor Adjunto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: <ariston@ufrb.edu.br>.

15 Doutora em Educação. Professora Associada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: <scpimentel@ufrb.edu.br>.

Introdução

Esta investigação teve como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa bibliométrica utilizando o aplicativo VOSviewer, publicações realizadas por autores brasileiros concernentes ao tema “Acessibilidade para alunos com deficiência visual”. O questionamento que norteou esta pesquisa foi: De que forma a pesquisa bibliométrica pode auxiliar no levantamento bibliográfico de estudos sobre acessibilidade para estudantes com deficiência visual?

Conforme Leite et al. (2019), a pesquisa bibliométrica permite uma avaliação quantitativa de artigos, revistas e documentos encontrados nas bases de dados pesquisadas, possibilitando análise sobre os autores, citações e qualidade dos documentos encontrados. Portanto, a pesquisa bibliométrica é considerada imprescindível para análise da produção científica sobre um determinado tema e, conseqüentemente, para dar visibilidade e possibilidade de ampliação das pesquisas numa área do conhecimento, bem como para levantamento dos principais autores que discutem a temática de interesse do pesquisador.

Importa referir à importância desse tipo de pesquisa, pois como destaca Brofman (2018, p1):

As publicações científicas objetivam divulgar a pesquisa para a comunidade, de forma que permita que outros possam utilizá-la e avaliá-la sob outras visões. As revistas, eletrônicas ou impressas, ainda são consideradas como o modo mais rápido e economicamente viável, para os pesquisadores fazerem circular e tornar visíveis os resultados do seu trabalho. Pois, é por meio de uma publicação científica que a sociedade toma conhecimento dos resultados de um trabalho de pesquisa e o que este representa para a coletividade.

Nesse sentido, realizar o levantamento da produção científica de uma determinada área do conhecimento ou temática específica, analisando, por meio da bibliometria, os autores mais citados, os trabalhos mais prestigiados, as palavras mais utilizadas nos artigos, assim como a influência de produções científicas e pesquisadores da área (CORREA e MACHADO, 2018), permite ao pesquisador direcionar o seu olhar na construção do embasamento teórico de sua investigação.

Na esteira dessa compreensão, Leite et al (2019, p.2) destacam que “a bibliometria deve ser apresentada como uma trilha de conhecimento e pesquisa no desenvolvimento de estudos que buscam sistematizar a literatura acadêmica”.

Para realização de pesquisa bibliométrica são muito utilizadas as bases de dados Scopus e a Web of Science, já que disponibilizam vários dados, facilitando a pesquisa, como ressaltam Costa, Lopes e Amante (2012),

Na operacionalização da investigação, alguns softwares podem auxiliar na utilização de base de dados, facilitando a interpretação dos dados da pesquisa. Os programas utilizados fornecem, com mais agilidade, informações como: os pesquisadores que trabalham juntos; as palavras chaves mais utilizadas; autores que usam a mesma base bibliográfica.

Ressalta-se que não são encontradas muitas pesquisas bibliométricas atinentes à área educacional, porém, tal como já afirmado, esse levantamento é muito relevante para impulsionar mais discussões acerca do assunto a ser pesquisado. Esta pesquisa pretendeu preencher esse espaço voltando-se aos estudos sobre acessibilidade para discentes com deficiência visual.

Importante explicitar que a deficiência visual divide-se em dois grupos: a cegueira e a baixa visão. Segundo Brasil (2006), as pessoas cegas apresentam ausência total da visão que pode acometer os dois olhos ou apenas um olho, no caso da visão monocular. Essas pessoas utilizam os sentidos remanescentes no processo de aprendizagem e fazem uso da escrita braile.

As pessoas com baixa visão mesmo com a utilização de auxílios ópticos apresentam limitações visuais, necessitando de recursos de tecnologia assistiva para terem acesso às informações, como por exemplo: textos ampliados; audiodescrição das imagens, uso de contraste adequado; tamanho de fonte segundo sua acuidade visual.

No que tange ao ambiente educacional, é essencial compreender a necessidade desses discentes para promover a participação nas atividades propostas pelo professor, por meio de um planejamento inclusivo que considere as particularidades desses alunos.

Nesse sentido, entende-se que a temática da acessibilidade não se refere apenas às barreiras arquitetônicas, que dificultam a locomoção desses estudantes em todas as dependências da escola, mas também sobre a necessidade de eliminação das barreiras atitudinais, comunicacionais e tecnológicas que também são responsáveis pela desistência escolar de muitos alunos com deficiência visual.

Verifica-se que são cruciais discussões a respeito dessa temática a fim de possibilitar reflexão dos profissionais que atuam na educação sobre a acessibilidade para esses educandos, motivando mais produções científicas nessa área que subsidiem a oferta de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Metodologia

Nesta pesquisa o trabalho de bibliometria realizado voltou-se à análise da rede de autores que publicam juntos, as publicações mais recentes e a quantidade de periódicos referentes ao tema.

O primeiro passo da pesquisa foi a escolha da base de dados, sendo definida a opção de utilizar a base da Scopus porque segundo Mugnaini (2013) é uma base que dispõe de uma cobertura maior de publicações nacionais em relação à Web of Science.

A segunda etapa foi a pesquisa na base de dados utilizando os seguintes descritores: “Deficiência Visual”, “Baixa Visão” e “Cegos”. Para esta busca foi usado o Operador Booleano OR (ou), que realiza combinação dos termos para que o resultado da pesquisa apresente algum dos descritores.

Na etapa posterior foram analisados 81 documentos resultados da pesquisa, verificando quais as temáticas abordavam o tema acessibilidade para pessoas com deficiência visual e depois verificada quais publicações eram referentes à acessibilidade para esse público dentro do âmbito educacional.

Na quarta etapa foi escolhido o VOSviewer que é um programa que realiza análise bibliométrica e sistematiza as informações, possibilitando compará-las com facilidade e rapidez. Assim, foram selecionados os periódicos, na base de dados da Scopus, relacionados ao tema analisado e exportadas as informações para o software.

A última etapa foi a criação dos mapas no programa VOSviewer e a análise quantitativa dos principais autores, da relação entre eles, bem como a observância dos autores com publicações mais recentes.

Resultados

Na base de dados da Scopus foram analisados 81 documentos resultados da pesquisa utilizando os descritores: “Deficiência Visual”, “Baixa Visão”, “Cego”. Foram filtrados os documentos, limitando a área em ciências sociais, multidisciplinaridade, artes e humanidades, matemática, neurociência e ciência de materiais. Também foi filtrado o país, delimitando na pesquisa os periódicos publicados no Brasil.

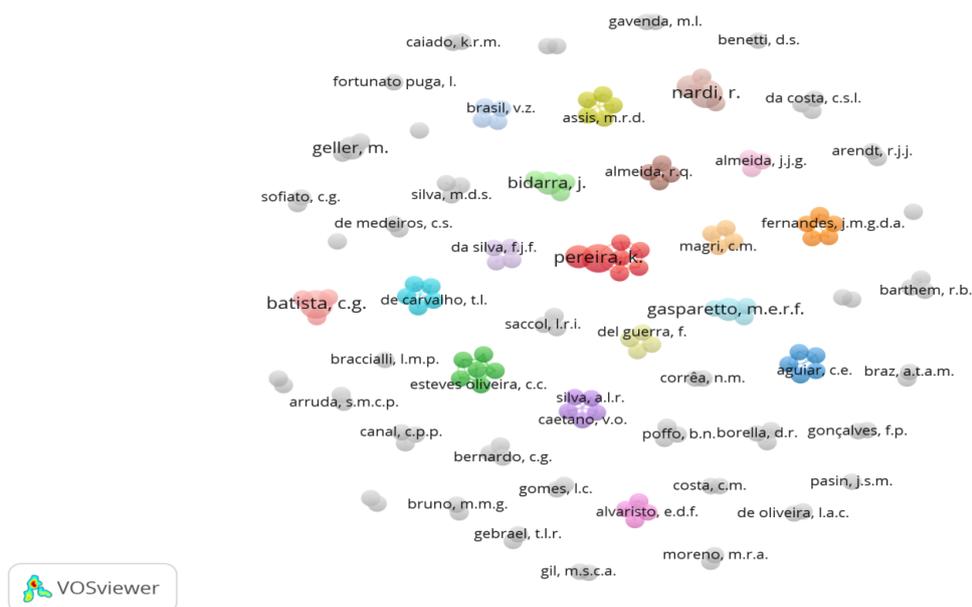
Dos 81 documentos analisados, quatro trabalhos não tinham relação com o tema pesquisado e 34 publicações eram relacionadas ao tema da acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Desses 34 trabalhos, 24 eram voltados para discussões acerca da acessibilidade à comunicação e informação dentro do âmbito escolar; oito trabalhos eram relacionados à acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar, um atinente à acessibilidade em aeroportos e um que discutia sobre acessibilidade urbanística. Embora 43 trabalhos não apresentassem no título a temática acessibilidade, levantam questões a respeito de propostas de adaptações e o uso de tecnologia assistiva para esses discentes com vistas a promover o acesso e inclusão escolar mediante a oferta de uma educação de qualidade.

Observa-se com essa análise um número reduzido de publicações que discutem sobre o assunto “acessibilidade para alunos com deficiência visual”, proporcionando uma reflexão sobre a importância de mais pesquisas na área, bem como para assegurar uma melhoria na qualidade da educação para esses alunos.

Muitos discentes com deficiência visual se deparam com várias barreiras dentro do ambiente educacional, que impossibilitam a continuação dos estudos. Segundo Brasil (2015) é imprescindível a eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas para assegurar acessibilidade para os discentes com necessidades específicas.

Após essa análise, foram selecionados os 77 trabalhos que eram referentes ao tema discutido e excluídos os quatro que não tinha relação com o tema pesquisado. As informações dos 77 trabalhos foram exportadas para o programa VOSviewer, que é uma ferramenta que realiza análise bibliométrica, fornecendo de forma rápida informações sobre rede de autores que trabalham juntos, palavras com maior ocorrência nos artigos e publicações mais recentes.

Figura 1. Mapa dos autores (Network Visualization)

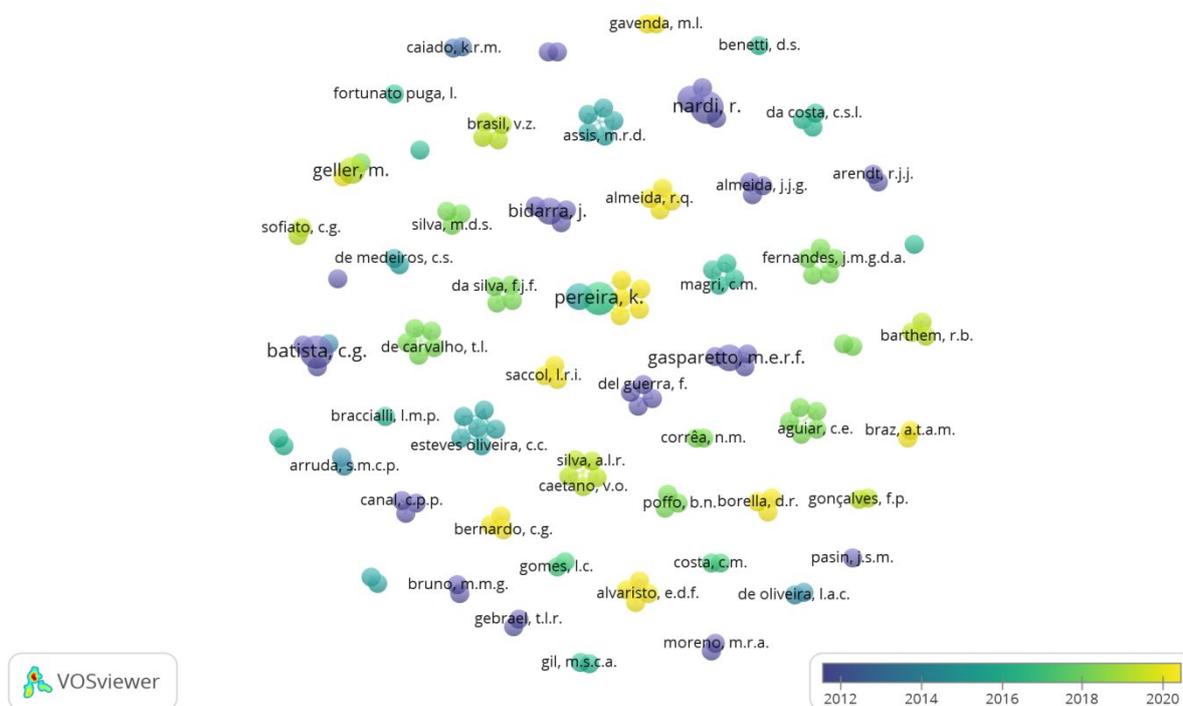


Fonte: VOSviewer (2021)

Conforme se observa na Figura 1, a opção pela análise do tipo Co-authorship (Authors), possibilitou realizar um mapeamento dos autores que realizam trabalhos juntos e a rede de relações entre eles. O programa VOSviewer identificou 155 autores organizados em 54 clusters, como mostra a Figura 1. Os clusters são identificados por cores e permitem observar os autores que têm trabalhos publicados juntos, bem como o número de citação de cada autor. Quando é posicionado o mouse em cada célula colorida o programa apresenta o nome do autor e o número do cluster que o autor faz parte. É possível considerar também que o tamanho da célula e o nome do autor que estão maiores significam mais citações e trabalhos em parceria. Essa análise facilita encontrar autores e artigos de interesse do pesquisador, que pode escolher sua base bibliográfica considerando autores mais citados e prestigiados e suas contribuições teóricas para o tema do trabalho a ser realizado.

O software VOSviewer também indica a escala temporal das publicações como nota-se na Figura 2.

Figura 2. Mapa dos autores com escala do ano da publicação (Overlay Visualization)



Fonte: VOSviewer (2021)

Por meio do mapa, é possível constatar quais as publicações mais recentes. A Figura 2 revela que os clusters nas cores amarelas são autores que tem trabalhos publicados atualmente e as publicações mais antigas estão representadas pelas cores azuis. Percebem-se também alguns autores que embora não sejam os mais citados, possuem produções mais novas.

Esse levantamento também é crucial visto que possibilita analisar as publicações mais atualizadas para utilizar nas pesquisas. Sabe-se da importância de buscar novos estudos que discutam o tema abordado. Assim, o investigador pode usar dessas informações que o software fornece de forma mais rápida para auxiliar na construção do referencial teórico.

Figura 3. Mapa de Densidade (Density Visualization)

Considerações finais

Esta pesquisa foi essencial para detectar o número de publicações na base de dados da Scopus referentes ao tema “Acessibilidade para alunos com deficiência visual”, assim como os principais autores das publicações e o ano dos periódicos. Essa análise nos oportunizou considerar que ainda há poucas publicações no tocante a esse tema.

A investigação também auxiliou no levantamento bibliográfico da temática pesquisada de forma rápida por meio do software VOSviewer . Esse aplicativo sistematiza as informações contribuindo com os estudos dos pesquisadores da área, que necessitam buscar uma base bibliográfica confiável para fundamentação de sua pesquisa.

Por meio desse estudo observou-se o potencial da pesquisa bibliométrica também na área educacional e sua contribuição na revisão de literatura. Sendo assim, as pesquisas nessa área são imprescindíveis para promover mais discussões sobre o assunto entre os profissionais da educação, com vistas a construir possibilidades de assegurar melhoria na qualidade de educação para os discentes com deficiência visual e garantir acessibilidade para esses alunos.

Debates acerca dos direitos dos estudantes cegos e com baixa visão em relação à oferta educativa são cruciais para favorecer a inclusão desses estudantes no espaço escolar. Por intermédio da base teórica orientam-se práticas importantes para que os profissionais recebam e ofertem as condições necessárias para autonomia e independência desses educandos. (GARCIA e BRAZ, 2020).

Muitos discentes cegos e com baixa visão acabam desmotivados em estudar, porquanto ainda se defrontam com profissionais despreparados para lidar com suas particularidades como também com estruturas físicas inadequadas que não permitem a locomoção desses estudantes na escola com autonomia.

Apesar de Brasil (2015) preconizar sobre a eliminação das barreiras que inviabilizem a escolarização das pessoas com deficiência, infelizmente, esses alunos ainda enfrentam muitas dificuldades para permanecer na escola devido à falta de condições adequadas.

As barreiras encontradas não são apenas relacionadas à arquitetura, mas também nas práticas e metodologias utilizadas pelos docentes em sala de aula que não permitem o acesso à informação e à comunicação, impossibilitando uma participação factual.

As publicações nessa área proporcionarão aos profissionais da educação aprofundarem seus conhecimentos e verificarem formas de propiciar aos alunos com deficiência visual, como

ressalta (GARCIA e BRAZ, 2020), entender o mundo que o cerca, por meio da sua própria percepção, possibilitando participação das atividades escolares, independente de sua condição visual.

A pesquisa e a publicação de seus resultados são importantes para a área científica. Após pesquisar, é necessária a socialização dos resultados da pesquisa por meio da publicação, somente assim, outros pesquisadores poderão ter acesso ao conhecimento gerado, contribuindo com novos estudos (ASNAKE, 2015).

Portanto, essa análise poderá incentivar novos debates sobre uma educação baseada nos princípios do desenho universal da aprendizagem em que a concepção de produtos e serviços sejam pensados para atender a necessidade de todos, independente de suas condições físicas.

Referências

Asnake, Mengistu. **A importância da publicação científica para o desenvolvimento da saúde pública**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2015, v. 20, n. 7, pp. 1972-1973. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.08562015>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.08562015>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento das necessidades especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BRASIL. Lei n. 13146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 de junho de 2021.

BROFMAN, Paulo Roberto. **A importância das Publicações Científicas**. v. 1 n. 1 (2018): Revista Telfract - nº 1/2018. Disponível em: <https://telematicafractional.com.br/revista/index.php/telfract/article/view/6>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

COSTA, T.; LOPES, S.; AMANTE, M. J. **A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas**. In: Lisboa. Anais... In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/a-bibliometria-e-a-avaliacao-da-producao-cientifica-indicadores-e-ferramentas/9062>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

Correa, Sara Rodrigues; Machado, Ricardo Luiz. **Análise bibliométrica de publicações na temática do big data utilizando o VOSviewer**. Revista Gestão, Inovação e Negócios • ISSN:

2447-8520 • v. 4, n.1, jan.-jun. 2018 p.01-12. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/administracao>. Acesso em 28 de maio de 2021.

GARCIA, Fabiane Maia; BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendes. **DEFICIÊNCIA VISUAL: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 108, p. 622–641, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/6D8gzB5Dd7vnLG3FXmvN4bw/?lang=pt>. Acesso em: 04 de junho de 2021.

LEITE, Rafael Angelo Santos. et al. **BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA**. Anais do V ENPI – ISSN: 2526-0154. Florianópolis/SC – 2019. Vol. 5/n. 1/ p.01-06. Disponível em : https://www.academia.edu/39763409/DR_ENPI_2019_Bibliometria. Acesso em : 16 de junho de 2021.

MUGNAINI, R. **40 anos de bibliometria no Brasil: da bibliografia estatística à avaliação da produção científica nacional. Bibliometria e cientometria: reflexões teóricas e interfaces**, p.37–58, 2013. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/262048420_40_anos_de_Bibliometria_no_Brasil_d_a_bibliografia_estatistica_a_avaliacao_da_producao_cientifica_nacional. Acesso em: 16 de junho de 2021.

VOSviewer. Disponível em: <https://www.vosviewer.com/download>. Acesso em 04 de junho de 2021.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA DE FENÔMENOS MORFOSSINTÁTICOS NA BAHIA

¹⁶ Isis Juliana Figueiredo de Barros¹⁷
Caroline dos Santos Muniz¹⁸
Railane dos Santos Silva¹⁹
Simonik Martins²⁰
Vanderson dos Santos

Resumo

Este artigo corresponde aos principais resultados do levantamento bibliográfico de produções científicas sobre os fenômenos morfofossintáticos variáveis na Bahia, na área da Sociolinguística (LABOV, 1963; WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LUCCHESI, 2009 e posteriores). Os dados foram coletados após o levantamento bibliográfico como método para se obter um mapeamento da pesquisa sociolinguística por meio de estratégias metodológicas de busca, como o uso de operadores *booleanos*, em bases de dados em sítios exclusivamente digitais. Foram observados os seguintes aspectos das produções científicas: o tipo de produção (tese, dissertação, capítulo de livro, trabalho de conclusão de curso e artigo científico); instituição; o *qualis* dos periódicos dos artigos, os fenômenos morfofossintáticos variáveis observados nas produções e o território de identidade dos *corpora* analisados pelos autores das investigações. De modo geral, os resultados obtidos demonstraram que nos últimos anos houve produção significativa e de excelência nacional de pesquisas a respeito dos aspectos morfofossintáticos na Bahia, sobretudo provenientes de instituições públicas com programas de pós-graduação já consolidados. Observou-se também que um dos temas mais investigados é o da “concordância verbal”, principalmente nos seguintes territórios de identidade: Vitória da Conquista, Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo baiano. Por fim, compreende-se que os resultados observados podem contribuir tanto para pesquisadores da área, ao observarem possíveis novos nichos de pesquisa, como também para formação continuada de professores de língua portuguesa.

¹⁶Estudante de Licenciatura em Letras-Língua Estrangeira pela UFRB. Bolsista voluntário no PIBIC/UFRB. E-mail: van28515@gmail.com

¹⁷Professora Adjunta no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Língua e Cultura (UFBA). E-mail: isis.barros@ufrb.edu.br

¹⁸Graduada em Letras/libras/ língua estrangeira pela UFRB. E-mail: carolinesantostmuniz9@gmail.com

¹⁹Estudante de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa pela UFRB. Bolsista voluntária no PIBIC/UFRB. E-mail: railanesousasousa18@gmail.com

²⁰Estudante de Licenciatura em Letras/Libras pela UFRB. Bolsista no PIBIC/UFRB. E-mail: simonikmartins@aluno.ufrb.edu.br

Palavras-chave: Levantamento bibliográfico, Fenômenos morfossintáticos variáveis, Dialeto baiano.

Abstract

This paper provides an overview of bibliographical survey of scientific research on variable morphosyntactic phenomena in Bahia in the sociolinguistic field (LABOV, 1963; WEINREICH, LABOV and HERZOG, 1968; LUCCHESI, 2009 and later). Data were collected after the bibliographical survey as a method to obtain a mapping of sociolinguistic research by using methodological strategies of a database search, such as the use of Boolean operators, in expressly digital sites. The following aspects of scientific production were observed: type (thesis, dissertation, book chapter, monographs and scientific article); universities; quality classification of journals of articles, variable morphosyntactic phenomena observed in the productions, and identity territory of corpora observed by the authors of the investigations. Overall, these results indicate that in recent years there has been a significant production of national excellence research on variable morphosyntactic aspects in Bahia, mainly from public institutions with consolidated postgraduate programs. It was also observed that one of the well-investigated themes is about verbal agreement phenomenon, mainly the following identity territories: Vitória da Conquista, Metropolitan Region of Salvador and Recôncavo da Bahia. Finally, this paper provides new information to both academics in the area, by observing potential new research trends and Portuguese language teachers regarding their continuous training.

Keywords: Bibliographical survey, Variable morphosyntactic phenomena, Dialect of Bahia.

Introdução

O último Relatório de Gestão da CAPES, em 2020, a respeito da avaliação dos programas stricto sensu de Pós-graduação, informa que existem atualmente 292.766 pessoas matriculadas e tituladas no Brasil inteiro e em diferentes áreas do conhecimento, sendo 135 programas de pós-graduação na área de conhecimento Linguística, letras e Artes. Diante desse contexto, surge a necessidade de se apontar um panorama indicador dos interesses intelectuais da academia na área da Sociolinguística. É nesse intuito que, neste trabalho, apresenta-se o levantamento bibliográfico da pesquisa científica até o momento atual sobre os estudos da variação linguística dos fenômenos morfossintáticos na Bahia, de modo a mapear quais fenômenos morfossintáticos no dialeto baiano e localidades têm sido alvo de interesse dos pesquisadores baianos.

A pesquisa tomou como base os resultados obtidos na execução dos planos de trabalho do Programa de Iniciação Científica do interstício 2020-2021. Com isso, é de interesse da presente pesquisa, no âmbito do projeto “Variação e ensino de gramática na Bahia: estudos sobre fenômenos morfossintáticos no dialeto baiano e o tratamento da variação linguística na educação básica” (doravante Projeto Varia), coordenado pela Profa. Dra. Isis Juliana Figueiredo de Barros, compreender o *status quo* das pesquisas sociolinguísticas na Bahia e observar como se dá a variação morfossintática no estado, para, conseqüentemente, abrir debates e pesquisas futuras no que tange aos propósitos educacionais previstos no projeto, e também ao processo de evolução da língua portuguesa no estado.

2 Metodologia

Neste trabalho, utilizou-se como metodologia a Pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2008), este gênero de trabalho compreende a pesquisa que é desenvolvida a partir de investigações existentes sobre o tema que está sendo estudado prioritariamente. Em consonância ao autor, Paiva (2019) discute que a pesquisa bibliográfica pode ser conceituada como uma *metapesquisa* que tem por objetivo contextualizar o tema e apresentar as pesquisas referentes a esse tema que está sendo estudado. Assim sendo, o levantamento bibliográfico trata-se de uma das etapas da pesquisa bibliográfica.

Esse método consiste em uma forma de acessar produções já respaldadas na literatura da área, a partir de um exame minucioso em acervos e repositórios por meio de busca, seguida de revisão, como forma de se familiarizar com o assunto a ser pesquisado, proporcionando ao pesquisador um conhecimento mais aprofundado sobre o tema (GARCIA, 2016). A esse respeito, isto é, sobre o processo de pesquisar materiais existentes sobre o assunto a ser pesquisado, Galvão (2011) afirma ser necessário um planejamento inicial, envolvendo a delimitação de um tema que busque responder a perguntas, como: i) o que será pesquisado? ii) Por que se pretende pesquisar tal tema? iii) quais perguntas se deseja responder a partir da sua pesquisa? iv) qual(is) hipótese(s)?, entre outras perguntas necessárias para uma pesquisa científica ser realizada. Por conta disso, necessita-se que o pesquisador dedique um bom tempo na seleção desse material e dê bastante atenção ao tema que deseja investigar.

Considerando que os resultados obtidos nesta pesquisa referem-se a essa etapa do levantamento bibliográfico (GARCIA, 2016) no âmbito do Projeto Varia, neste artigo,

apresenta-se o levantamento das produções científicas sobre fenômenos morfossintáticos na área da Sociolinguística, no PB, especificamente, no estado da Bahia (93 produções científicas, sendo 60 dos últimos 10 anos e 33 produzidas há mais de 10 anos), as quais passaram por um processo de triagem, catalogação e descrição dos fenômenos morfossintáticos variáveis observados nessas produções, como, por exemplo, o uso variável do objeto direto/indireto, das preposições, dos conectivos, regência etc.

Para seleção das produções científicas na área da Sociolinguística, na investigação, fez-se a leitura dos resumos, conclusões e resultados em artigos, trabalhos de conclusão de curso, livros, teses, dissertações que abordassem fenômenos diferentes nesse campo, obtidos a partir de buscas livres e restritas. A busca *livre* se deu por meio do repositório de bibliotecas, sendo as mais visitadas: UFBA, UESB, UEFS e UNEB, em *sites* do *Google*, como o *Google* acadêmico, em periódicos acadêmicos e, também, por meio da plataforma *Lattes*, tomando como base os nomes de autores da área, observando, assim, os trabalhos publicados. Como busca *restrita*, apenas o Portal do periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) serviu como suporte para a pesquisa. O portal de periódicos foi escolhido, porque engloba produção científica de alta qualidade em níveis nacional e internacional, distribuídas por área do conhecimento, tendo por foco da presente pesquisa a área de Linguística, Letras e Artes.

Salienta-se que não se realizou um exame exaustivo, dado que a busca ocorreu exclusivamente pela *internet* em acesso aberto e fechado. Foram critérios para triagem das investigações, que deveriam apresentar o seguinte escopo: análise sincrônica de fenômenos morfossintáticos um ou mais *corpora* escritos ou de fala espontânea em comunidades na Bahia, dentro da abordagem teórico-metodológica ancorada na Sociolinguística Laboviana, excluindo-se pesquisas variacionistas diacrônicas, em outros níveis linguísticos, de outras regiões ou respaldadas por outros aportes teórico-metodológicos, como a dialetologia, funcionalismo, sócio-cognitivismo, etc, por exemplo. Logo, pesquisas que não se encontram disponíveis *online*, isto é, exclusivamente impressas, não foram levantadas.

Para a realização do levantamento bibliográfico, foram necessárias a criação e a organização de estratégias de buscas que facilitam a localização das informações. Por conta disso, foi crucial a preparação através de um curso disponibilizado pela Plataforma da CAPES, que ensina aos pesquisadores as principais técnicas para facilitar e contribuir na procura em bases de dados, além de fornecer uma certificação aos participantes. Essas bases de dados

possuem formulários simples e avançados de coleta. Os formulários avançados auxiliam em uma busca mais completa, como pelo título do documento, do autor, do local onde foi publicado entre outras informações. Além disso, é possível fazer buscas por nível de relevância atribuída pela quantidade de citação que os textos tiveram. Para auxiliar nas estratégias de pesquisa nas bases de dados, foram utilizados os operadores *booleanos*: *AND* (e), *OR* (ou), *AND NOT* (e não), inseridos no campo “buscar assunto”, como nos exemplos, em (2):

- (2) a. Uso do conectivo *AND* variação *AND* BAHIA.
- b. [conector *OR* variação] *AND* Bahia.
- c. preposição *AND* variação *AND* NOT São Paulo.

Durante o processo metodológico, seguindo essas estratégias, no que tange ao exemplo (2a), os resultados obtidos foram as produções científicas que tinham as três palavras inseridas no texto. No exemplo em (2b), as produções científicas encontradas tiveram pelo menos uma das palavras entre colchetes. Quanto a (2c), foram encontrados apenas documentos com as palavras “preposição” e “variação”, excluindo, assim, a palavra “São Paulo”.

Por fim, é relevante mencionar que os *corpora* que serviram de base para a investigações encontradas nos sítios digitais são provenientes de projetos de pesquisa que têm produzido estudos sociolinguísticos desde sua implementação no Brasil, como: Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia; Projeto Popular de Vitória da Conquista (PPVC); Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador (PEPP); Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC); Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), Projeto Norma Urbana Culta de Salvador (NURC); Projeto Norma Urbana Culta/70 (NURC/70); Projeto CORDIAL-SIN; A língua do semiárido baiano; Português Culto e do Português Popular das cidades baianas de Jequié e Cachoeira; Português Popular Urbano de Vitória da Conquista PPUVC; Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB); Projeto Falares do Além São Francisco, dentre outros, além dos *corpora* constituídos pelos próprios autores das produções.

3 A base teórica das pesquisas levantadas

Neste trabalho, é apresentado o resultado das pesquisas que se encaixam na vertente teórico-metodológica denominada de Sociolinguística (cf. LABOV, 1963). Nessa corrente

teórica, são considerados os aspectos linguísticos no uso real da língua, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. Portanto, nessa perspectiva, considerando os pressupostos labovianos, a língua não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto social, situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. Para Labov (1963), a língua é vista como heterogênea, ou seja, como o resultado de diferentes variedades linguísticas, observada, a partir da influência de aspectos morfossintáticos e sociais na fala das pessoas. Portanto, todo indivíduo varia no seu modo de falar de acordo com a situação comunicacional e social em que está envolvido, de forma que não existe falante de estilo único (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), como se vê em (1):

- (1) a. Eu *lhe* amo.
 b. Eu *te* amo.
 c. Eu amo *você*.

Em (1), o fenômeno em variação é o uso do pronome na língua portuguesa com função de objeto direto ou acusativo. Neste exemplo, o falante utiliza de formas diferentes de se dizer a mesma coisa, isto é, variantes (TARALLO, 1986; COELHO *et al.*, 2015). Já sobre os fenômenos em mudança, considerando o que dizem Coelho *et al.* (2015), ocorrem ao longo do tempo, por várias razões, que podem ser sociais, históricas, comerciais, etc. Assim, enquanto a variação é vista do ponto de vista sincrônico, isto é, quando a língua é estudada em seu determinado momento atual, a mudança é observada em seu contexto diacrônico, envolvendo diferentes sincronias, de acordo com o que aconteceu em toda sua história, ao longo do tempo (SAUSSURE, 2006), como o fenômeno “vossa mercê” que, com o tempo, passou a ser “você” no português brasileiro (doravante PB) atual (cf. BAGNO, 2007). Desse modo, assim como as pessoas mudam, suas vidas e tudo ao seu redor, com a língua não é diferente: a variação está acontecendo no momento atual e a mudança ocorre de forma temporal.

Resguardadas essas noções, pode-se dizer que, na abordagem sociolinguística, a heterogeneidade linguística reflete a heterogeneidade social, pois uma variante linguística é o modo de falar a língua característico de determinado grupo social ou região geográfica (cf. LABOV, 1963; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). De acordo com Bagno (2007, p. 35), “o que se convencionou chamar de língua nas sociedades letradas é, na verdade, um produto social, artificial, que não corresponde àquilo que a língua realmente é”. Nessa

concepção apresentada pelo autor, a língua é observada sob o ponto de vista da norma, estabelecida pela sociedade, considerada letrada e, a partir de parâmetros preconceituosos da fala. De outro modo, um dos objetivos da Sociolinguística é entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística e qual a importância de cada um desses fatores na língua em estudo, nesta pesquisa, na língua portuguesa.

De acordo com Lucchesi *et al.* (2009), o choque entre culturas diferentes (vida, língua, costumes, religião etc.) foram fatores que fizeram parte do processo de formação do PB. Considerando esses aspectos, diversos linguistas têm estudado minuciosamente a sócio história que está diretamente ligada a um contexto histórico marcado desde a chegada dos portugueses e africanos escravizados trazidos ao Brasil, inclusive, na Bahia, cenário para os diferentes falares das variedades do português, considerando os pressupostos em Lucchesi *et al.* (2009). Com base nisso, a Sociolinguística é apropriada para o trabalho desenvolvido nas pesquisas levantadas, visto que ela observa a língua que todos nós falamos e o meio em que vivemos. Além disso, a teoria possibilita, a partir da análise dos dados, refletir que todas as pessoas à nossa volta falam diferente, seja em casa, trabalho, universidade etc., e a depender das situações de uso da fala (como grau de instrução de cada grupo, origem, idade, dentre outros fatores), podem apresentar um vernáculo diversificado e, ainda assim, essas pessoas conseguem se comunicar entre si e, por essa razão, conforme argumenta Tarallo (1986), devemos ter a ideia de que a língua é um sistema organizado e ordenado, não caótico. Falar em estudo da língua é fazer jus a analisar todos os processos que ocorrem na mesma. Assim, tem-se a linguística que estuda as línguas humanas, cabendo à Sociolinguística investigar a variação existente nela, observando a língua no seio da sociedade.

Tendo isso em vista, é possível compreender o modo de falar das pessoas, de acordo com a sua língua vernacular, natural, e observar os diferentes fenômenos em variação e em mudança linguística. Sobre isso, vale mencionar que dentro de uma comunidade podem haver muitos fenômenos variáveis que coexistem na língua, como o fenômeno variável da primeira pessoa pronominal do discurso (*nós e a gente*) e, sem que haja uma mudança, ou seja, o desaparecimento de uma das formas, o contrário também pode ocorrer, como na passagem da forma *fror*, do português arcaico para *flor*, do português contemporâneo (BAGNO, 2007). Existem condicionadores internos, externos, linguísticos e extralinguísticos que influenciam na variação e mudança da língua e que permitem o falante exprimir seus posicionamentos e ideias atreladas à ordem dos constituintes em uma sentença, aspectos semânticos, gênero/sexo, idade,

grau de escolaridade, nível socioeconômico, dentre outros (COELHO *et al.*, 2015).

Como se pode observar, os estudos sociolinguísticos apontam que a língua varia, de forma que a Sociolinguística se encarrega desses fatores e da pressão que eles desempenham sobre a língua e de como as pessoas a percebem e a avaliam a língua. Por fim, é dentro desse cenário teórico-metodológico que as produções intelectuais levantadas neste artigo se inserem, a fim de dar conta de explicar os fatores condicionantes da variação de diversos fenômenos morfossintáticos em diversas comunidades de fala na Bahia.

Considerando o tempo em que se inserem as pesquisas sociolinguísticas no Brasil, especialmente na Bahia, desde a época dos estudos no Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI *et al.*, 1963), buscou-se realizar um levantamento bibliográfico das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas acerca dos fenômenos morfossintáticos na Bahia, buscando mapear, inclusive, as regiões com maior foco e as que merecem maior atenção para pesquisadores futuros. Assim sendo, buscou-se responder: a) quais as principais instituições que produzem pesquisa sociolinguística na Bahia? b) Em quais territórios de identidade? c) Para quais fenômenos morfossintáticos estão voltadas? Os principais resultados desse levantamento se encontram a seguir.

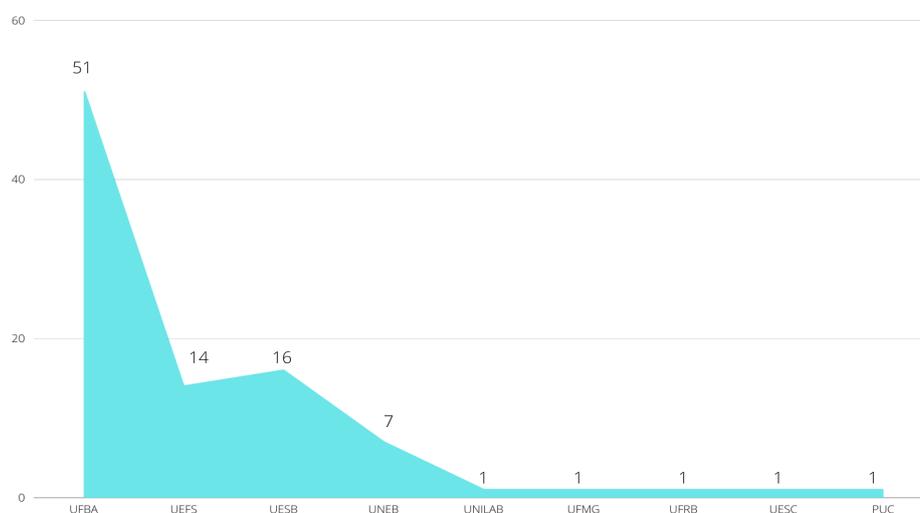
4 Resultados

Nesta seção, são apresentados os principais resultados do levantamento bibliográfico realizado na presente metapesquisa. O total de 93 produções científicas foram analisadas quanto à quantidade de produção por instituição, o *qualis* da publicação dos periódicos, quantidade de pesquisas de acordo com o fenômeno linguístico morfossintático da obra, território de identidade baiano dos *corpora* analisados pelos autores das produções e tipo de produção científica (tese, dissertação, capítulo de livro, trabalho de conclusão de curso e artigo científico). Analisaram-se esses fatores no mapeamento da amostra de produções científicas produzidas nos últimos anos sobre o dialeto baiano, como se vê na análise dos dados, a seguir.

4.1 Produção por instituição universitária

No Gráfico 1, apresenta-se a produção das universidades vinculadas às pesquisas encontradas durante a investigação.

Gráfico 1- Quantidade de produção científica por universidade



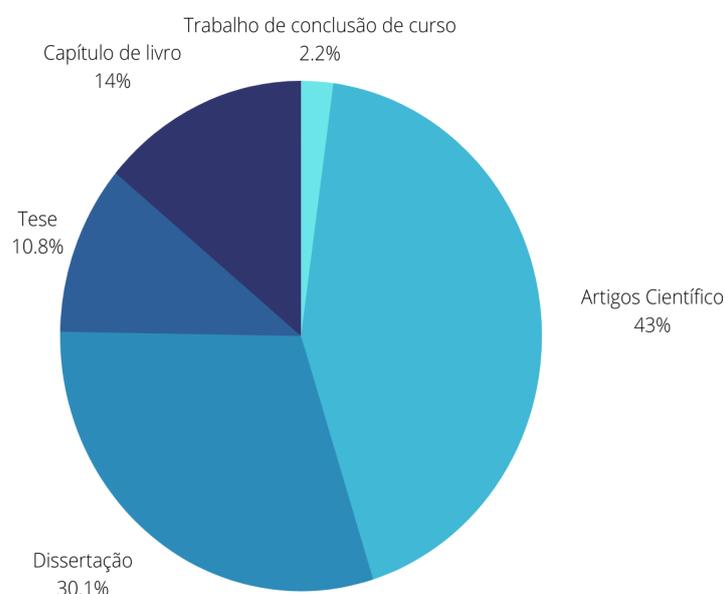
Fonte: Elaboração própria via *Google Forms*.

Os dados do Gráfico 1 mostram que a UFBA apresenta maior número de pesquisas, apresentando 51 de 93 das produções em Sociolinguística, seguida da UESB (16), UEFS (14), UNEB (07) e as demais instituições aparecem apenas uma única vez dentre as produções (1). Tendo em vista esses resultados, observa-se que a universidade com maior número de pesquisa é a UFBA, certamente pelo fato de essa instituição ser uma das universidades mais antigas da Bahia, apresentar projetos com maior consolidação e alcance de pesquisa e, além disso, possuir um programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, de referência na comunidade acadêmica. Na próxima seção, são exibidos os dados sobre o tipo de trabalho científico publicado.

4.2 Tipo de produção bibliográfica

Sobre o tipo de trabalho bibliográfico sobre diferentes análises sobre os fenômenos morfosintáticos no dialeto baiano, demonstrado no Gráfico 2, apresenta-se os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Tipo de produção bibliográfica



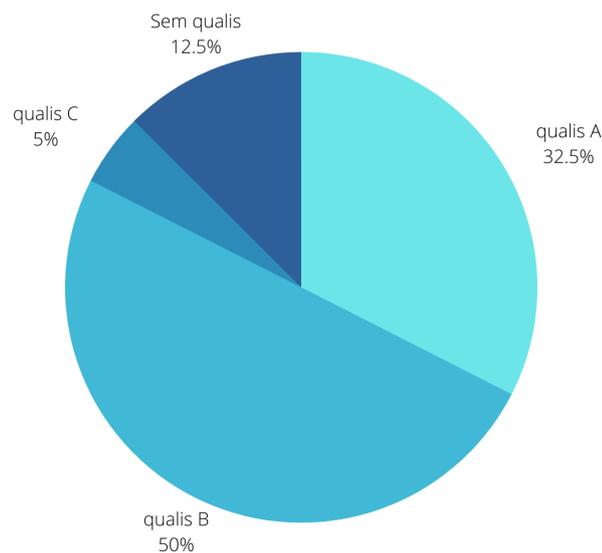
Fonte: Elaboração própria via Google Forms.

Como representado no Gráfico 2 acima, no que diz respeito ao tipo de trabalho bibliográfico, foram encontrados valores significativos de 43% (40) artigos científicos, seguido de 30,1% (28) de dissertações e 14% (13) de capítulos de livros. Em contrapartida, em números menores, constatou-se a existência de 10,8% de teses (10) e 2,2% (2) de trabalhos de conclusão de curso. A seguir, apresenta-se a representação de acordo com o *qualis* da obra publicada na Bahia.

4.3 *Qualis* da publicação

No Gráfico 3, tem-se a representação com base no sistema *qualis* de avaliação CAPES, estabelecido para a publicação de artigos em revistas e periódicos.

Gráfico 3 - Distribuição de acordo com o *qualis* da obra.



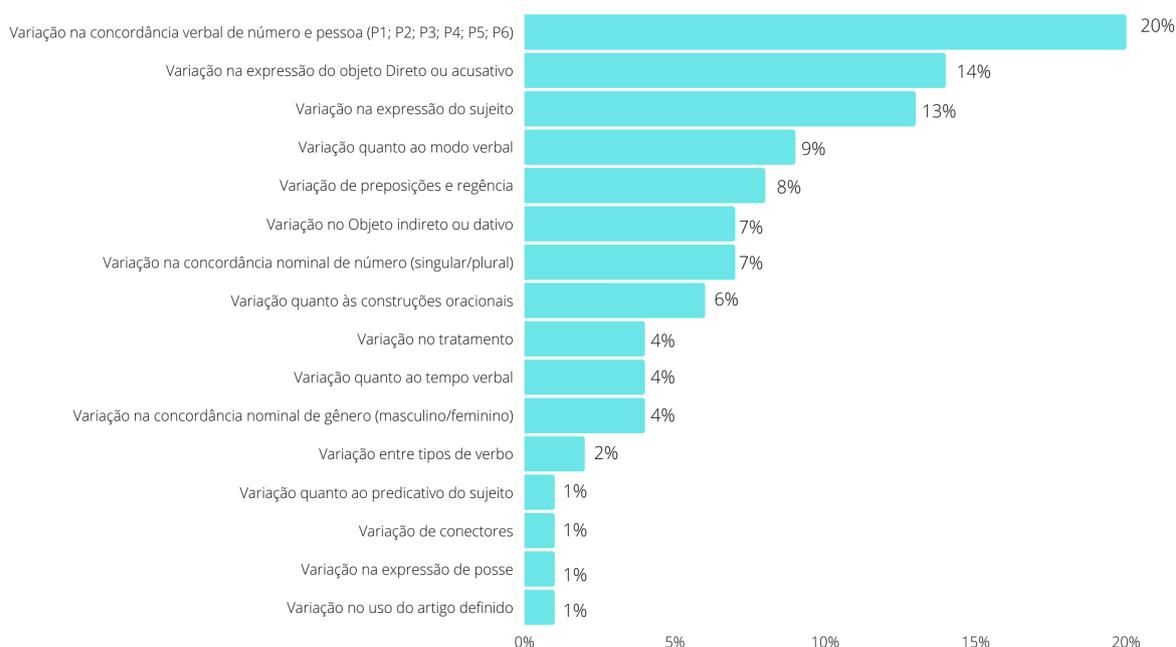
Fonte: Elaboração própria via *Google Forms*.

Como se nota no Gráfico 3, do total de 40 publicações, observou-se que há uma quantidade significativa de produções bibliográficas de *qualis* B (50%), seguida de publicações *qualis* A (32,5%), sem *qualis* (12,5%) e *qualis* C com (5%). Embora seja um cenário positivo, considerando que as publicações científicas envolvendo fenômenos em variação e mudança na Bahia estão alocadas em periódicos de classificação elevada, isto é, de excelência nacional (B1/B2), com o percentual de publicações em *qualis* A apresentado no Gráfico 2, isso mostra que os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área da Bahia necessitam buscar estratégias mais eficazes para alcançar periódicos de excelência internacional (A1/A2), a fim de gerar maior engajamento e divulgação científica acerca das pesquisas sociolinguística desenvolvidas no estado. Na próxima seção, apresenta-se a distribuição das pesquisas conforme o assunto do aspecto morfossintático escolhido.

4.4 Produções bibliográficas em Sociolinguística de acordo com o tema de pesquisa

Para produção da Gráfico 4, foi necessário amalgamar por temas os diferentes fenômenos morfosintáticos variáveis em um escopo de pesquisa. Além disso, ressalta-se que algumas pesquisas tratavam de mais de um fenômeno específico. Portanto, tem-se a distribuição das pesquisas bibliográficas, conforme o valor percentual encontrado do fenômeno estudado nas produções científicas, como se vê, a seguir.

Gráfico 4 - Distribuição das pesquisas por tema investigado



Fonte: Elaboração própria via *Google Forms*.

Como se vê no Gráfico 3, os percentuais distribuídos, quando somados, totalizam-se em 100%. Em sua maioria, 20% das produções científicas levantadas tratam sobre o fenômeno variável da concordância verbal de número e pessoa (3). Também foi representativo o número de trabalhos que abordam a variação na expressão do objeto direto ou acusativo (4), 14%. Quanto aos trabalhos sobre variação na expressão do sujeito (5), obteve-se um resultado de 13%. Sobre a variação quanto ao modo verbal (6), o resultado foi de 9%. Já os temas sobre preposição e regência aparecem em 8% (7). A respeito da variação no objeto indireto ou dativo e sobre a variação na concordância nominal de número (singular/plural), o resultado foi o

mesmo: 7%. Além desses temas, outros observados nas produções científicas levantadas representam um percentual mais baixo, como: a variação nas construções oracionais (6%); a variação nas expressões de tratamento (4%); a variação no tempo verbal (4%); e variação na concordância nominal de gênero (masculino/feminino) (4%); e variação entre os tipos de verbo (2%). Por fim, as demais pesquisas ocorreram com percentual irrisório de apenas 1%: variação quanto ao predicado do sujeito; conectores; expressão de posse; e o uso do artigo definido. A seguir, apresentam-se exemplos dos cinco fenômenos mais recorrentes nas pesquisas (3-6).

(3) Variação na concordância da 3ª pessoa do plural: Olha, *existe duas formas* ~ Olha, *existem duas formas* (Feira de Santana, Bahia, em ARAÚJO, 2014, p. 249)

(4) Variação na expressão do objeto direto: Faço tudo[...] Eu vem de manhã, coloco *o feijão_i* no fogo e deixa *Ø_i* (*o feijão*) aí. (Cinzento, Bahia, em FIGUEIREDO, 2004, p.120)

(5) Parâmetro do sujeito nulo: No dia que *eu_i* cheguei de Salvadô, passeano aqui, e *Ø_i* (*eu*) num dei bença a ela (Sapé, Bahia, em NOVAES, 2007)

(6) Variação no modo subjuntivo: Eu falei: “Mãe, eu não quero... eu não gosto que ele *fica* (~ fique) me espiano não (Vitória da Conquista, Bahia, em AMORIM, 2015)

(7) Variação nas preposições: dava *Ø*(~para~a) eles purgante...” (Helvécia, Bahia, em BARROS, 2018, p.186)

Como se pode observar, a realização do levantamento dessas produções científicas oportunizou também a demonstração dos temas de maior interesse da comunidade acadêmico-científica baiana na área da Sociolinguística no que diz respeito ao estudo dos fenômenos morfossintáticos. Também, observa-se maior interesse em fenômenos linguísticos que mais sofrem avaliação social preconceituosa/negativa, a exemplo do dado em (3).

Conforme se observa no Gráfico 4, há diversos fenômenos morfossintáticos variáveis no PB falado na Bahia que são passíveis de estudo, mas que necessariamente passam despercebidos pelo filtro social avaliativo e, por essa razão, não são alvos principais de interesse dos pesquisadores. Apesar disso, o acesso a essas publicações oportuniza não apenas aos

pesquisadores da área compreenderem a dimensão dos avanços científicos na Sociolinguística em termos de escolhas temáticas e de reconhecimento de novos nichos de atuação em pesquisa, como também, por exemplo, pode chamar a atenção dos professores de língua portuguesa, na condição de formação continuada, sobre a necessidade de refletirem sobre a variação linguística como objeto de conhecimento, a fim de levar a ciência para o espaço de sala de aula e de trabalhar com dados extraídos dessas pesquisas nas suas aulas, como determina as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC - BRASIL, 2018) na sua competência 4, que diz que o estudante de Ensino Médio deve

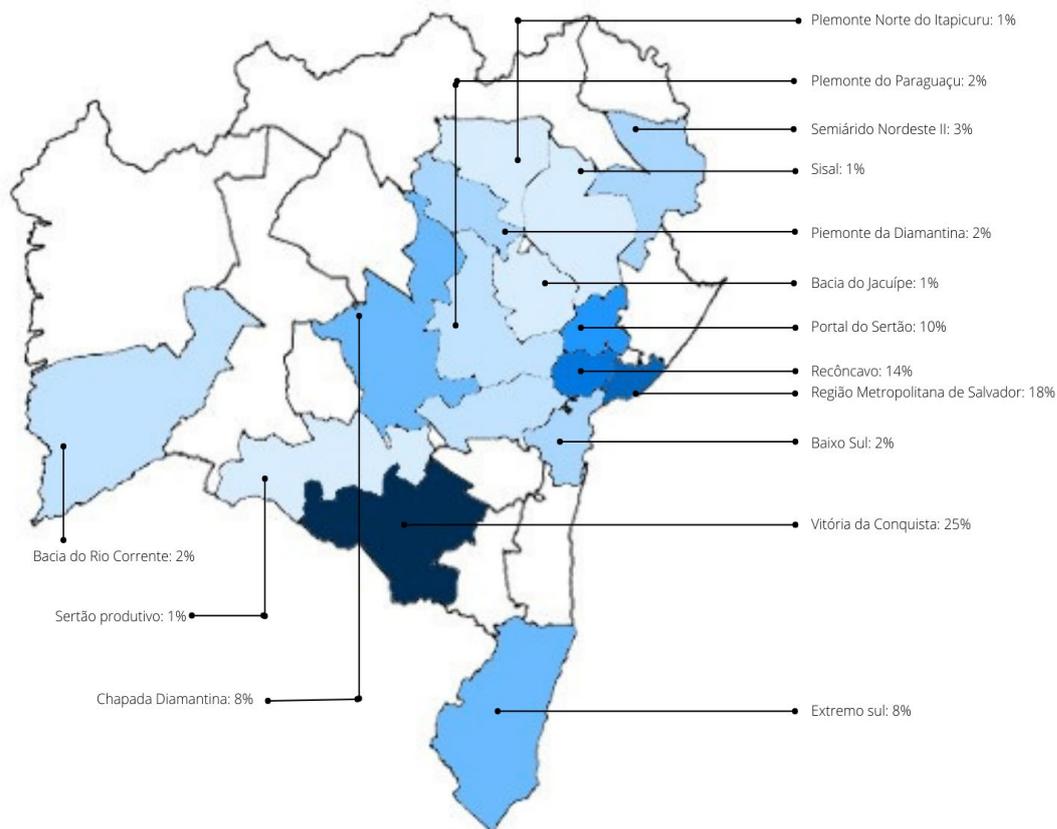
Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 494).

Sendo assim, a BNCC prevê que o papel da escola é desenvolver atividades que proporcionem ao aluno o contato com as diversas variedades da língua, ampliando assim, sua capacidade comunicativa, além de conseguir romper o julgamento de que a norma-culta é a única variedade possível. Com isso, pode-se dizer que o levantamento bibliográfico realizado e apresentado neste artigo é também relevante para a construção de pesquisas futuras acerca da reflexão sobre materiais didático-pedagógicos que abrangem as discussões em torno da variação em sala de aula, para auxiliar esses professores baianos no avanço da implementação dessas diretrizes curriculares. Na próxima seção, aborda-se o mapeamento das pesquisas sociolinguísticas por região da Bahia.

4.4 Mapeamento das pesquisas sociolinguísticas sobre fenômenos morfossintáticos nos territórios de identidade da Bahia

Com o intuito de mostrar a representatividade dessas pesquisas geograficamente, identificou-se cada território de identidade de produção das teses, dissertações, capítulos de livro, etc., a fim de se produzir o mapa, que se observa no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Representação do mapeamento das pesquisas por região da Bahia



Fonte: Elaboração própria via *Google Forms*.

Na análise do Gráfico 5, observa-se que, com relação aos territórios de identidade, pode-se destacar o território de Vitória da Conquista (Poções e Vitória da Conquista), com o maior número de estudos, 25%, seguido da região Metropolitana de Salvador com 18% e do recôncavo baiano (Santo Antônio de Jesus e Sapé-Valença) com 14%. As demais localidades apresentaram números menores de publicação científica: Portão do sertão com 10%, Chapada diamantina e o Extremo Sul expressaram o mesmo resultado, 8%, Semiárido Nordestino II, 3%, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Baixo Sul e Bacia do Rio corrente obtiveram a mesma porcentagem, 2% e, por fim, Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal, Bacia do Jacuípe e Sertão produtivo produziram um número ínfimo, 1%. Assim pode-se observar a relevância de se ampliar o mapeamento sociolinguístico nessas áreas com poucas produções.

Na observação dos dados, conclui-se através da hipótese explicativa que há um fortalecimento e engajamento maior da investigação sociolinguística onde há cursos de Letras e programas de pós-graduação em universidades e autarquias, a exemplo das regiões mais escuras no mapa do Gráfico 5, onde estão subsidiadas instituições como UFBA (Região Metropolitana de Salvador), UEFS (Portal do Sertão), UESB (Vitória da Conquista) e UNEB,

espalhada em toda a Bahia.

O resultado representativo do Recôncavo da Bahia, 18%, dá margem à interpretação de que, como nesta região houve foco de contato entre línguas faladas por colonizadores portugueses e africanos, gerou uma alta produção sociolinguística no local. Além do mais, um ponto contraditório é que, no Gráfico 1, a UFRB aparece com um baixo volume de produções científicas sobre fenômenos morfossintáticos. Isso conduz ao raciocínio de que o tempo de consolidação universitária e a não implementação ou falta de um Programa de Pós-Graduação no curso de Licenciatura em Letras na universidade também pode ter influenciado sobre esse aspecto.

5 Considerações finais

Sobre o total de 93 produções científicas, os resultados demonstraram que a maioria das produções intelectuais na área da Sociolinguística foi publicada nos últimos 10 anos. Ciente disso, esse estudo propiciou verificar os principais fenômenos morfossintáticos variáveis na Bahia na área da Sociolinguística, a partir do levantamento bibliográfico durante o período de 2020-2021. Ao realizar a pesquisa, identificou-se também que houve uma produção significativa de pesquisas sobre o fenômeno da concordância verbal e dos fenômenos que envolvem a expressão do objeto direto, em artigos científicos de relevância nacional, *qualis* B, seguidos daqueles de relevância internacional, de *qualis* A, especificamente nos territórios de identidade de Vitória da Conquista, Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo baiano.

A partir desse levantamento bibliográfico, no que tange às pesquisas futuras, é possível reconhecer quais fenômenos variáveis existentes e mais recorrentes nas comunidades de fala e nos territórios de identidade observados. Além disso, ao visualizar os resultados, é possível inteirar-se a respeito das comunidades baianas e dos fenômenos variáveis pouco estudados, contribuindo diretamente para aqueles que desejarem investigar fenômenos morfossintáticos variáveis em territórios baianos inéditos. Em outras palavras, a reflexão sobre os nichos de pesquisa apresentados pode incentivar os pesquisadores e pesquisadoras a buscarem temas inovadores, com o fito de contribuir legitimamente com o avanço científico da ciência sociolinguística, de maneira aprofundada e diversificada.

Pesquisas desse tipo, como a *metapesquisa*, não são comuns na área de conhecimento Linguística, Letras e Artes, no entanto são fundamentais para se ter um panorama geral do

avanço dos estudos das áreas mais específicas, proporcionando expansão do conhecimento por intermédio de novos mapeamentos sociolinguísticos e, principalmente, para engajar os pesquisadores, os coordenadores de projetos e de pós-graduação a aumentar o nível de alcance e de qualidade científica, como a maior produção em periódicos de *qualis A*.

Por fim, muito além das contribuições possíveis para a comunidade acadêmica, a presente investigação também contribui para a formação de professores e de futuros professores, com as discussões de aspectos morfossintáticos da língua para que possam olhar seus alunos de uma forma integrada e seja base para criar materiais pedagógicos que fundamentam as reflexões no âmbito escolar, amparando-se nas mudanças ocorridas na língua.

Referências

AMORIM, Vânia Raquel Santos. **A variação/estratificação do modo subjuntivo na língua falada de Vitória da Conquista-BA**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, 2015.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BARROS, Isis Juliana Figueiredo de. **As preposições introdutoras de dativo em verbos ditransitivos dinâmicos no português rural da Bahia: evidências do contato entre línguas**. 266f. Tese. (Doutorado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão**. Brasília, 2020.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GORSKI, Edair Maria; Sousa, Christiane Maria; May, Guilherme Henrique. **Para conhecer sociolinguística**. 1. Ed., São Paulo: Contexto, 2015. p. 135-171.

FIGUEIREDO, Cristina. **O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro**. 151f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **Levantamento bibliográfico e pesquisa científica**. In: Fundamentos de Epidemiologia [S.l: s.n.], 2011.

GARCIA, Elias. **Pesquisa Bibliográfica Versus Revisão Bibliográfica** - Uma discussão necessária. Revista línguas & Letras. v.17.n.35. 2016, p.291-294.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: **O português afro-brasileiro**. LUCCHESI, Dante. BAXTER, Alan. RIBEIRO, Ilza. (orgs). Salvador :EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

NOVAES. José Carlos de Assunção. **O Parâmetro do Sujeito Nulo no português popular do interior do estado da Bahia**. 190f. Dissertação, (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

ROSSI, N; ISENSÉE, D. M.; FERREIRA, C. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Rio de

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1973]. 279 p.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial, 2006 [1968].

EM MEIO AOS CENÁRIOS DE DIFICULDADES: EXEMPLOS QUE INSPIRAM A SALA DE AULA VULNERÁVEL

Kelly Barros²¹(UFRB)
Otto Henrique Ferreira²² (UEL)

Resumo

Este artigo, que se propõe a partilha, não objetiva metodologizar ou apresentar uma revisão bibliográfica que justifique a natureza dessa ou daquela pesquisa. Isto porque, a intenção deste texto é citar exemplos que nos façam olhar a sala de aula para além de suas fissuras e fragilidades que constituem a(s) identidade(s) de muitos(as) alunos(as) da escola pública. Para tanto, iremos mencionar o impacto das questões sociais (ZICK, 2010) na aprendizagem de crianças que, apesar de alguns projetos políticos-pedagógicos, ainda estão sob a condição vulnerável de aprender. A respeito desse aprendizado, uma vez que é necessário compreendermos o valor das interações do(a) aluno(a) com o ambiente escolar, fizemos a escolha por localizá-lo dentro dos espaços que Vygotsky (1991) dividiu em nível de desenvolvimento real (ZDR), nível de desenvolvimento potencial e zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Durante a escrita, acreditamos ser válido lembrar que o Estado, por muitas vezes, tem sido responsável pela implantação de uma necropolítica de abusos e de ignorância da existência de corpos infantis que desejam estudar. Dito isto, concordamos que os modelos apresentados no texto servem para nos encher de possibilidades e de esperança (FERIRE, 1997) de que esses corpos podem e devem ter acesso a escola como um ambiente inclusivo na prática. Por essa razão, concluímos com a apresentação de ações, de iniciativas e de coletivos que estão empenhados na busca por mudanças de representações e desconstrução do arquétipo do(a) menor incapaz de realizar e de saber.

Palavras Chave - Vulnerabilidade Social. Criança. Esperança.

Abstract

This article, which we propose to share, does not aim to methodologize or present a literature review that justifies the nature of this or that research. This is because the intention of this text is to cite examples that make us look at the classroom beyond its cracks and fragilities that constitute the identity(ies) of many public-school students. To this end, we will mention the impact of social issues (ZICK, 2010) on the learning of children who, despite some political-pedagogical projects, are still under the vulnerable condition of learning. Regarding this learning, since it is necessary to understand the value of the student's interactions with the school environment, we chose to locate it within the spaces that Vygotsky (1991) divided in

²¹ Professora adjunta de língua inglesa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). (kbsantos@ufrb.edu.br)

²² Mestrando do programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Londrina (UEL). (otto.letras@gmail.com)

zone of actual development (ZDR), zone of potential development, and zone of proximal development (ZDP). While writing, we believe it is valid to remember that the state, for many times, has been responsible for implementing a necropolitical policy of abuse and of ignoring the existence of child bodies that wish to study. That said, we agree that the models presented in the text serve to fill us with possibilities and hope (FERIRE, 1997) that these bodies can and should have access to school as an inclusive environment in practice. For this reason, we conclude with the presentation of actions, initiatives, and collectives that are engaged in the search for changes in representations and deconstruction of the archetype of the minor incapable of performing and knowing.

Keywords - Social vulnerability. Child. Hope.

INTRODUÇÃO

Pedro²³ tem dez anos e está na terceira série do fundamental I. Na reunião pedagógica de hoje, ele é um dos assuntos mais comentados, devido ao fato de Pedro estar na faixa de distorção idade-série²⁴ e por apresentar dificuldades em acompanhar o conteúdo programado. Ademais, como se não bastasse, o aluno também tem um comportamento que oscila entre momentos de agressividade e total demonstração de afeto.

Essa cena é corriqueira e familiar para muitos de nós, professores(as) da rede pública de ensino, assim como, fazer circular a ficha cadastral de Pedro entre as mãos daqueles(as) que estão interessados(as) em resolver os problemas acadêmicos do aluno, torna uma ação inerente ao rito da reunião pedagógica.²⁵ A circulação desse documento, ainda que não existam registros de ocorrências, deve-se ao fato de o cadastro funcionar como uma ferramenta preenchida com signos e elementos que possam vir a ajudar professores(as) a fazer leituras outras, sobre o processo de aprendizagem de Pedro e de alunos(as) na mesma condição. Por exemplo, guardada as devidas proporções, sem fazer pré-julgamentos, a ficha de Júlia²⁶, oito anos, cuja mãe está desempregada, o padrasto é autônomo e mantém a menina e seus três irmãos em uma residência improvisada de dois cômodos; deveria dizer algo sobre a circunstância da aluna ainda não estar reconhecendo as letras.

²³ Aluno fictício, personagem do cotidiano escolar.

²⁴ A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles (<https://academia.edu.org.br/>).

²⁵ As reuniões pedagógicas ou encontros pedagógicos têm como objetivo de provocar nos docentes a reflexão acerca da prática pedagógica que desenvolvem nas salas de aula. Entende-se que o encontro pedagógico é um momento oportuno para envolvimento dos docentes nas tomadas de decisões no cotidiano educacional da escola.

²⁶ Aluna fictícia, personagem do cotidiano escolar.

Isso posto, serão desses caminhos que as crianças trilham antes de chegar à porta da sala de aula, que se ocuparão as discussões deste artigo. De maneira mais específica, pretendemos tratar das questões que impactam no aprendizado de meninos e meninas que vivem em situação de pobreza e estão à mercê da total ausência de políticas públicas que poderiam promover a construção de ambientes domésticos saudáveis para daí, então, a criança passar a ter condições de adquirir conhecimentos. Nós, a autora e o autor do texto, reconhecemos que a situação de abandono (familiar e educacional) do(a) aluno(a) da escola pública, já foi por algumas vezes, tratada com maestria por outros pesquisadores como: Bee (1997), Smith; Strick (2001), Zick (2010), Adorno (2001), Gontijo; Marques; Alves (2012), entre outros. Por essa razão, temos a intenção de iniciar reflexões a respeito do estado de vulnerabilidade, a partir da perspectiva dos estudos no tocante a associação entre o espaço social e o processo cognitivo do(a) aluno(a) (SOUZA, *et al.*, 2019; ZICK, 2010). Logo após, iremos fazer uma breve relação entre a natureza frágil da capacidade de aprender e as possibilidades de abordagens e/ou pedagogias de ensinar o(s) Pedro(s) e a(s) Júlia(s), que por enquanto, estão lá nos corredores da escola, esperando essa reunião finalizar.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1 O aprendizado de uma criança em situação de vulnerabilidade: uma questão de espaço social saudável

Diante da hipótese de tratarmos sobre as circunstâncias que mitigam as capacidades de apreensão de uma criança em situação de vulnerabilidade (doravante SVS), parece razoável buscarmos compreender o que vem a ser e estar na posição de vulnerável. Para Prati, Couto e Koller (2009, *apud* CARARA, 2012)²⁷ por exemplo, o termo SVS é utilizado para referir-se a famílias debilitadas e suscetíveis a fatores de riscos. Aparentemente, o conceito apresentado parece rudimentar ante todos os infortúnios que os indivíduos, nesse estado, são submetidos. Além disso, ao tomar as famílias como referência, os autores colocam as vulnerabilidades e os respectivos membros em pé de igualdade, quando na verdade, diferente dos adultos, as crianças precisam enfrentar adversidades inerentes a menores incapazes, como por exemplo: o abuso

²⁷ Mariane Lemos Carrara apresentou esse artigo como trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: Escola, Violência e Garantia de Direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina, em 2017, como requisito parcial para obtenção do título de especialista.

sexual doméstico; o alto nível de exposição à violência; discriminação racial e de gênero, exploração de mão-de-obra, entre outros.

Haja vista termos citado algumas das complicações que afetam diretamente o bem-estar de qualquer criança que necessite viver em um ambiente sombrio e de desamparo, optamos por ampliar a concepção de SVS através do estudo das terapeutas Larissa Barros de Souza, Maria Paula Panúncio-Pinto e Regina Célia Fiorati²⁸:

situações iníquas, desnecessárias e evitáveis, não sendo imputadas por agentes naturais/biológicos, tampouco por agentes tecnológicos que impeçam seu enfrentamento: na verdade são desigualdades que resultam das ações de outros agentes humanos, através das relações de poder econômico, político e sociocultural. (SOUZA; PANUNCIO-PINTO; FIORATI, 2019)

Nesse sentido, as autoras acrescentam à descrição anterior que, provavelmente para a população em situação de vulnerabilidade social, o sofrimento psicológico atinge em maior amplitude em decorrência dos efeitos da falta de condições socioeconômicas na qualidade de vida e bem-estar de pessoas e grupos com menores recursos (SOUZA; PANUNCIO-PINTO; FIORATI, 2019). Deveras, esse quadro não é difícil de imaginar, se pensarmos quando nós mesmos (gozando de benefícios primários) estamos com fome e dizemos não conseguir raciocinar muito bem. Ou ainda, quando eu no momento da escrita deste texto, permiti-me desconcentrar com o barulho da casa em quarentena. Esses exemplos parecem tão rudimentares quanto ao conceito de SVS dado anteriormente, no entanto, esse é um esforço que estamos fazendo para o leitor e nós compreendermos que “eventos de vida potencialmente adversos, originados da precariedade social e econômica em que muitas famílias vivem, têm impacto direto em diferentes domínios – físico, cognitivo, emocional, ocupacional” (SOUZA; PANUNCIO-PINTO; FIORATI, 2019).

A esse respeito, de acordo com Giffoni e Ribeiro (2015), baseado em pesquisas realizadas com adultos humanos, o amadurecimento cerebral acontece a partir de componentes ambientais favoráveis, principalmente os estímulos recebidos na infância e das questões nutricionais tratadas nos primeiros anos de vida, essenciais para o neurodesenvolvimento e na qualidade do aprendizado desse adulto. Diante desse argumento, é possível compreender a importância de os pequenos aprendizes terem acesso a espaços educacionais que supram as ausências deixadas pelos ambientes e pelos problemas da falta de alimentação. Por exemplo,

²⁸ As pesquisadoras realizaram um estudo em um dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Ribeirão Preto. Participaram do trabalho, as crianças e adolescentes que frequentam o serviço, seus professores, familiares e a coordenadora do local da coleta.

projetos escolares que permitem a ida de crianças da periferia de Salvador ao espetáculo do *Cirque du Soleil*. Ou ainda, quando escolas municipais do Rio de Janeiro se organizam para que meninos e meninas visitem a Biblioteca Nacional. Borba e Lima (2011) salientam que crianças em situações de vulnerabilidade social que não estejam inseridas em sítios educacionais, cujas ações promovem oportunidades de contato social e cultural, elas podem vir a tornar-se sujeitos que tiveram seus processos de desenvolvimentos dissipados pelo próprio sistema escolar.

Dito isso, embora não haja aqui o desejo de encontrar uma abstração encapsulada do termo SVS, gostaríamos de encerrar essa sessão com o registro encontrado no Atlas da Vulnerabilidade Social, elaborado através das pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). O órgão construiu uma concepção de SVS como sendo “uma **zona**²⁹ de vulnerabilidade, caracterizada como sendo um espaço social de instabilidade e turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção social” (IPEA, 2017). À vista dessa apreciação, poderíamos nos perguntar: qual é o adulto ou criança que consegue administrar o próprio aprendizado diante de turbulências que transformam seu aproveitamento escolar em uma *zona* completa? A propósito, falando em zona, seria coerente, nesse momento, convidar Vygotsky para essa conversa.

1.2 A zona do desenvolvimento: compreender para saber

Vygotsky (1998), postula que as crianças iniciam seu processo de desenvolvimento a partir do instante em que elas interagem com objetos e pessoas no mundo e, por meio dessas interações, passa a ser estabelecida um nível de desenvolvimento real - espaço reservado para guardar os conhecimentos que a criança utiliza, de forma autônoma, na resolução de problemas. Nesse sentido, no início da sua trajetória pedagógica, a criança (de Vygotsky³⁰) parece trazer para a sala de aula, vivências prévias do contexto social e marcas da educação doméstica. Sendo assim, possuindo capacidades e experiências prévias que não devem ser desconsideradas, esse (a) menino(a), ao entrar em contato com seu nível de desenvolvimento potencial, executará atividades, onde será necessário o auxílio de um par mais experiente como, por exemplo, o(a) professor(a).

²⁹ Grifo nosso.

³⁰ Entendemos que existem infâncias no plural. E é preciso evitar algumas generalizações científicas que não reconhecem a diversidade de interseccional de gênero, classe e raça.

A respeito do corte que separa esses dois níveis de desenvolvimento, Vygotsky (1998) denominou de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que por sua vez vem a ser “a distância existente entre o que a criança consegue fazer de forma independente e o que ela consegue realizar de forma assistida ou com o auxílio do professor, pais ou outra criança em um nível de desenvolvimento mais avançado.” (Vygotsky. 1998, p. 97). Destarte, a partir dessa definição, acreditamos que a ZDP diz respeito à constante evolução das capacidades do indivíduo, conforme interage e adquire novos conhecimentos, aumentando as suas capacidades. Tais atividades ocorrem e se constituem de forma constante e não necessariamente linear, o que implica na necessidade de um ensino socialmente dinâmico e adaptado à uma aprendizagem em espiral (VYGOTSKY, 1991).

Passando pela compreensão inicial desses conceitos, gostaríamos de retornar às narrativas apresentadas no início deste artigo. Lembram-se do Pedro e da Júlia? O processo de aprendizado e os resultados que constam em seus registros, refletem ausências de acompanhamento quanto as potencialidades de aprender, guardar informações e transformá-las em realizações tangíveis. Porém, para além disso, faz-se necessário a observação da realidade desses(as) alunos(as) enquanto sujeitos de espaços sociais que não contribuem para uma progressão acadêmica continuada.

Para tanto, acreditamos que não é somente uma questão de localizar a zona ou de determinar os níveis de aprendizado, mas, acima de tudo, é fundamental conhecer a humanidade da criança e os elementos físicos e emocionais que tornam as atividades pedagógicas em mais um desafio a ser encarado no duro cotidiano infantil. À vista disso, para enfrentarmos as zonas de conflito, seria ideal que encontrássemos uma faixa de esperança.

No tocante a ter esperança, a escolha pela ‘metodologia’ a ser utilizada neste artigo parte de um inconformismo sincero com a realidade educacional no Brasil e com as práticas de desistência do(a) aprendiz que está em condição de vulnerabilidade. Acreditamos que as muitas histórias de professores(as) e educadores que fazem a diferença na vida de alunos em SVS devem ser mencionadas e discutidas, a fim de que possamos elaborar mais estratégias e incentivar novos projetos que contemplem as necessidades de crianças e adolescentes que se encontram atualmente à margem da sociedade, muitas vezes não sendo alcançados por algumas propostas educacionais.

Portanto, os relatos e projetos que serão mencionados, foram selecionados sob o critério de serem ações pensadas para a superação de dificuldades consequentes das situações

de vulnerabilidade social, de modo que será possível ilustrarmos esses contextos como sendo espaços que cuidam e proporcionam as potencialidades de sujeitos e, por sua vez serão narrativas de esperança para alunos(as), professores(as), responsáveis legais e afetivos.

1.3 Vulnerabilidade *versus* Possibilidades

Apesar de termos tomado por empréstimo, os argumentos valiosos relativos ao processo de ensino e aprendizagem da criança de Vygotsky (1991; 1998; 2001; 2003), para esta discussão, compreendemos que é preciso levar em consideração as especificidades do mesmo percurso para alunos(as) em situação de abandono e falta de elementos essenciais ao seu desenvolvimento acadêmico. Por essa razão, coadunamos com Zick (2010, p. 18) quando este elencou os seguintes fatores sociais que interferem na aprendizagem infantil: 1) carências afetivas; 2) deficientes condições habitacionais, sanitárias, de higiene e de nutrição; 3) pobreza da estimulação precoce; 4) privações lúdicas, psicomotoras, simbólicas e cultural; 5) ambientes repressivos; 6) nível elevado de ansiedade; 7) Relações interfamiliares; 8) hospitalismo e 8) métodos de ensino impróprios e inadequados.

É diante desse quadro, que muitas vezes a escola fica paralisada, por se encontrar na multitarefa de ter que construir pontes de diálogos com a comunidade e todas as políticas veladas de convivência que estão em seu entorno; de estabelecer acordos com instituições responsáveis por proteger a criança e o adolescente em SVS; de elaborar um plano pedagógico que atenda as demandas e supra as carências físicas e psicológicas desses indivíduos e, como se não bastasse tantas incumbências, a escola não pode se furtar da sua maior responsabilidade: ensinar. Entendemos, ainda, que dentro desse contexto, estão os(as) professores(as) lotados³¹ em salas de aulas lotadas e, na maioria dos casos, sem estrutura física adequada.

Apesar de estarmos apresentado uma pintura já conhecida, não intencionamos repetir a descrição das mazelas da escola pública. Deveras, o registro feito anteriormente serve para pontuar que estamos inteirados de que qualquer proposta apresentada por este artigo deverá percorrer por entre as realidades de uma sala de aula preenchida por desafios e complexidades. Outrossim, é também cabível fazer essa apresentação, para declararmos que essa escrita não é conversa de *doutô* ou alguma distopia da condição que o Estado brasileiro condenou a educação. No entanto, a vista de todas as mazelas, preferimos nos posicionar ao lado daqueles

³¹ No sentido de “que foi estabelecido num lugar ou posto determinado” (<https://www.dicio.com.br/lotado/>). Exemplo: Os professores lotados no município de Curitiba não participam deste processo, devendo participar do segundo processo para lotação em setores (<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2083>).

que sonham, porque:

[...] São os sonhos, as utopias porque os homens e mulheres lutam que mudam o mundo e eles e elas se assumem como seres transformadores quando se tornam capazes de reconhecer a capacidade de adaptar-se à concretude para melhor operar. (FREIRE, 1997, p. 52)

Entretanto, sabemos que nem só de sonhos vive o homem. É preciso incomodar e desacomodar os construtos da fatalidade que mais se assemelham a herança de um espólio depredado, cujos herdeiros não têm o direito de (re)inventariar sua dívida social ou até mesmo negociar com seu mandatário (o Estado) uma nova condição de utilizar seu legado de infortúnio. Portanto, é preciso acreditar que, se por um lado, há quem insista em limitar a escola pública a um lugar de perdas e ganhos, por outro, é dentro desse mesmo ambiente que têm ocorrido as transformações para assegurar ao estudante vulnerável o direito de aprender, de ser, de falar e de existir. Daí a importância da presença de alguns exemplos neste texto, para legitimar a posição da escola como um agente de possibilidades.

Em Palmas, capital de Tocantins, a Escola de Tempo Integral Padre Josimo Tavares³² tem contribuído para retirar as crianças das ruas e de situações de vulnerabilidade. Situada em uma região carente, a escola, da rede pública do município, atende a 1.160 alunos do ensino fundamental. A rotina escolar é dividida em turno e contraturno, em um total de nove horas diárias. Os estudantes devem participar de 20 disciplinas e atividades obrigatórias: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, educação física, artes, língua inglesa, ensino religioso, pesquisa e produção de texto, filosofia, experiência matemática, teatro, dança, práticas corporais e marciais, leitura, tecnologia, música, esporte (natação) e jogos educativos de tabuleiro. “Essa grade foi formada para atender parcela da comunidade em vulnerabilidade, crianças das classes sociais menos favorecidas”, explica a diretora da escola, Cleudemar Abreu Lopes.

As escolas também podem dispor de parcerias e/ou articulações com outras instituições que desejam sonhar o mesmo sonho. O PROJETO SEMENTE³³, realizado por alunos da disciplina Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão (SEMPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tinha como propósito ampliar o capital humano

³² Essa manchete, para dar visibilidade ao agenciamento da escola e de seu equipe diretiva, foi retirada na íntegra do Jornal do Professor-MEC (<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/21320-atividades-escolares-afastam-alunos-de-situacoes-de-risco>).

³³ Realizadores: Frederico Horie Silva; Thiago Baptistella Cabral; Midori Hijoka Camelo; Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro; Nivaldo Antonio Portela de Vasconcelos.

de alunos em situação de vulnerabilidade social. A fim de atingir essa finalidade, os estudantes (extensionistas) desenharam suas ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco social, que estivessem matriculados na escola regular e, para elas, seriam oferecidas oficinas de educação em ciências, música e capoeira. Na edição do projeto Semente da qual tivemos acesso, foram apresentados os resultados da oficina de ciências, elaborada a partir da proposta de ensino baseada em investigação (ECBI). O objetivo desse trabalho era construir conceitos, atitudes e procedimentos de educação em ciências através do estímulo à curiosidade e à criatividade. Ainda segundo os autores do projeto, alunos(as) das escolas participantes e estudantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) produziram vídeos de divulgação do conteúdo estudado; criaram um blog científico e escreveram um diário de registro do processo de aprendizagem e montagem desses produtos didáticos.

Ainda no que diz respeito aos vínculos, um bom exemplo de conexões entrelaçadas para promover o aprendizado dos(as) alunos(as) aqui em questão, é o projeto Rede das Marés. Criado em 1997, a partir da iniciativa de moradores e ex-moradores oriundos de algumas das 16 favelas que formam a Maré e de outras partes da cidade do Rio de Janeiro, o projeto tem como Eixo Educacional³⁴:

[...] a ampliação de possibilidades escolares e qualificação profissional dos moradores da Maré. Cursos e preparatórios dão mais chances de acesso a escolas, colégios e universidades, além de abrir novas possibilidades profissionais, oferecendo também mais reflexões sobre o mundo à volta e driblando dificuldades históricas de quem vive em favelas. Uma proposta que extrapola as salas de aula e reflete no dia a dia das comunidades em busca de mudanças estruturantes. Hoje, a dimensão educativa está presente em todos os diferentes projetos da Rede, iniciativas marcadas pelos múltiplos aprendizados entre moradores, tecedores e demais envolvidos no dia a dia da Maré. (REDE DAS MARÉS, 2007)

Possivelmente, assim como os agentes desses exemplos, nem sempre nós professores do ensino público conseguimos manter o *mode* esperança todo o tempo ligado. Principalmente, porque como soldados que também precisam travar suas próprias lutas, às vezes, somos abatidos por um desânimo natural ou consumidos por um pensamento neoliberal, antiprogressista de que não temos a obrigação de tutelar alunos em situação de vulnerabilidade. Contudo, em relação a essa última concepção, é válido lembrar de que esse foi o ponto inicial

³⁴ Visite o site: <https://www.redesdamare.org.br/br/eixos/4/educacao>.

para retirar o sentido de responsabilidade social pelo outro e, dele o Estado se aproveitou, implantando uma necropolítica de abusos e de ignorância da existência de corpos infantis que desejam estudar. Dito isto, concordamos que os modelos apresentados servem para nos encher de possibilidades e esperança de que esses corpos podem e devem aprender, afinal “a esperança de produzir o objeto é tão fundamental ao operário quão indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas”. (FEIRE, 1997, p.16)

É evidente que assim como crianças não se alimentam apenas da merenda escolar, os nossos sonhos não podem ser nutridos somente de esperança. Para além disso, precisamos nos afetar por números de evasão escolar apresentados por uma gestão pedagógica; precisamos nos incomodar com o/a aluno(a) que desaparece por dias e, para além disso, precisamos perturbar a paz do Ministério Público que é bem mais ágil na caça a greve dos professores(as). Esse conjunto de ações, conhecido por ‘indignação’, configura-se como iniciativas que pretendemos tomar em favor do aprendizado da criança e do adolescente em SVS, porque, de maneira muito objetiva, “não se educa sem a capacidade de se indignar diante das injustiças” (FEIRE, 2000, p. 28).

Contudo, se nos faltar esperança, sonhos e indignação; que nunca nos falte o exercício da cidadania, conforme preconiza a Declaração dos Direitos da Criança, em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral³⁵ e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (UNICEF, 1959, art. 4, grifo nosso)

Apesar de parecer apelativo, esse é um pedido legítimo, principalmente se consideramos o relato pessoal da professora Ione da Silva Jovino, sobre os inúmeros ataques racistas sofridos por sua filha adolescente, na escola em que estudava. A mãe Ione, por muitas vezes procurou os/as professores(as) para que eles/elas interviessem de maneira efetiva contra tal ato criminoso. Diante da situação de vulnerabilidade de sua filha e na ausência de um posicionamento político-social dos docentes, Ione confrontou a escola com base nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 2012, no que diz respeito à omissão por parte de adultos responsáveis.

³⁵ Grifo nosso

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas narrativas foram feitas para aproximar nossas teorias de práticas subversivas que transformam o menino Thiago Soares³⁶, da comunidade de São Gonçalo-Rio de Janeiro, em primeiro bailarino do Royal Ballet; que faz do aluno Lívio Pereira Rodrigues³⁷, morador da periferia de Salvador, o primeiro lugar no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018 e, essa é a mesma educação reacionária que fez os membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018 na Suíça, pararem para ouvir Gabriel Genivaldo dos Santos³⁸, aluno de escola pública do Paraná.

Por conseguinte, diante dessas amostras de ações, de iniciativas e de coletivos que estão empenhados na busca por mudanças de representações e desconstrução do arquétipo do menor incapaz de realizar e de aprender, nós nos permitimos concluir que a criança pode até estar vulnerável, mas abandonada, nunca.

³⁶ Thiago Soares ingressou no corpo de baile da companhia inglesa em 2002, depois que suas atuações internacionais impressionaram os membros do Royal Ballet.

³⁷ Lívio Pereira Rodrigues Trindade, 18 anos, tirou 920 pontos na redação e 702 pontos na média geral do Enem-2018. O jovem, atualmente, estuda no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

³⁸ Na época, Gabriel era aluno do 2º ano do ensino técnico do Colégio Estadual Hildebrando de Araújo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, F. C. R. **Capacitação solidária**: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária - AAPCS, 2001.
- BEE, H. **O ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas**: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Serviço Social e Sociedade, São Paulo. v. 1, n. 106. p. 219-240, abr/jun. 2011.
- FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GIFFONI S.D.; RIBEIRO, M.V.M. Avaliação Neurológica nas dificuldades de Aprendizagem. In. **Transtornos de Aprendizagem Neurociência e interdisciplinaridade**. Book Toy. Ribeirão Preto, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONTIJO, D. T.; MARQUES, E.; ALVES, H. C. **Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade**: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores/ “These days, in school, we are talking about vulnerability”: contributions of occupational therapy for the con. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 20, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/628/383>> Acesso em: 23 ago. 2020.
- IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: < http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Porto Alegre, v.25, n.3, p. 403-408, 2009.
- REDE DAS MARÉS. **Eixo Educação**. Disponível em <<https://www.redesdamare.org.br/br/eixos/4/educacao>> Acesso em 10 jul.de 2020.
- SMITH; STRICK. *Dificuldades de Aprendizagem de A a Z*. São Paulo: Artes Médicas, 2001.
- SOUZA, Larissa Barros de; PANUNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cad. Bras. Ter. Ocup.** São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.
- UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Disponível em <http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id90.htm> Acesso em 19 jul.de 2020.
- VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. ed. 3, São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **A formação social da mente**. ed. 6, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. Ciclo da Aprendizagem. **Revista Escola**, ed. 160, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2003.
- ZICK, Greicimára S. Os fatores ambientais no desenvolvimento infantil. REI - **Revista da Educação Ideau**, v. 5, 2010, p. 64-81.

Acesso e uso de serviços de saúde por mulheres negras idosas

Larissa Pereira Leal³⁹
Dóris Firmino Rabelo⁴⁰

Resumo

Este estudo tem como objetivo descrever o acesso e o uso de serviços de saúde por mulheres idosas negras. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter transversal, com abordagem quantitativa. Participaram 67 mulheres acima de 60 anos e autodeclaradas negras (pretas = pardas), com idade média de 72,6 anos ($\pm 8,78$). Foram utilizados questionários estruturados para obtenção de dados sociodemográficos e sobre o acesso e o uso de serviços de saúde. A maioria das idosas negras tinham baixa renda, eram SUS dependente, precisavam pagar por algum exame, sem visita regular de algum profissional de saúde, pouco investigadas por pesquisadores da área da saúde, sendo que as mais velhas apresentaram maior necessidade de utilização de um serviço de saúde particular, exames pagos e a visita de algum profissional no último ano. Os dados apresentados nesta pesquisa são importantes para analisar como está o acesso e uso dos serviços de saúde dessas mulheres idosas negras, para que se possa pensar em novas estratégias para melhoria desse acesso e novas pesquisas com esse público no âmbito da saúde.

Palavras-chave: Idosas; Negras; Acesso; Saúde.

Abstract

This study aims to describe the access and use of health services by black elderly women. This is a cross-sectional, descriptive study with a quantitative approach. 67 women over 60 years old and self-declared black (black = brown) participated in the research, with an average age of 72.6 years (± 8.78), registered in the basic health unit, living in the city of Santo Antônio de Jesus in the countryside of the State of Bahia - Brazil. Structured questionnaires were used to obtain data. In particular, black women are more susceptible to vulnerability, the fruits of racism and sexism. These women experience different types of race and gender discrimination, which, when intersected, compromise their insertion in society as a subject of law, especially with regard to health. This study revealed facets of the experience of the elderly black woman, women with a lower family income and aged between 60 and 74 years old, use the public health service more frequently, prompting new research and investigation in this area with this public.

Keywords: Elderly; Black; Access; Health.

Introdução

³⁹ Bacharel em Saúde. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. lari19pereira@gmail.com

⁴⁰ Dra. da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. drisrabelo@ufrb.edu.br

Com o aumento da população idosa, estudar a complexidade do envelhecimento, suas implicações, particularidades, torna-se tema cada vez mais relevante nos países em desenvolvimento. O envelhecimento é um fenômeno multidimensional, social e individual, variando de acordo com as condições de saúde, socioeconômicas, culturais e territoriais da sociedade (AGUIAR, MENEZES & CAMARGO, 2018).

No Brasil, a maioria das pessoas idosas são mulheres (MAZZELLA, et al 2010). O envelhecimento delas é marcado pela maior vulnerabilidade pelos problemas de saúde, maior risco de isolamento social, pior saúde mental, viuvez, perda de autonomia, problemas econômicos, dentre outros problemas (MEDEIROS & MORAIS, 2015). As mulheres idosas têm maior probabilidade de ficar em situação socioeconômica desvantajosa e morando sozinhas, predominam em instituições de longa permanência, passam por maior debilidade física antes da morte e são mais dependentes de cuidado, embora exerçam o papel de cuidadoras (CAMARANO, 2006).

Embora mais longevas, elas são mais afetadas do que os homens por doenças crônicas, incapacidade física, déficits cognitivos e emocionais e conseqüentemente, utilizam um maior número de medicamentos. Por prestarem atenção aos sintomas e a valorização do tratamento precoce, apresentam ainda um maior número de consultas médicas, maior frequência aos serviços de saúde, em sua maioria o sistema público. Os planos privados de assistência à saúde configuram-se como um indicador de desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde por cobrir uma parcela específica da população de cor branca, com maior nível de escolaridade e com maior renda familiar(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Em especial, as mulheres negras são mais suscetíveis à vulnerabilidade, frutos do racismo e do sexismo (BARROS & BRANCOS, 2017). Essas mulheres experimentam diferentes tipos de discriminação de raça e gênero, que, quando se interseccionam, comprometem a sua inserção na sociedade como um sujeito de direito, principalmente no que tange à saúde, onde as desigualdades impostas diferenciam as mulheres no acesso aos serviços de saúde assim como no processo de adoecimento (BARROS & BRANCOS, 2017).

De acordo com Bairros, Meneghel e Olinto (2008), as mulheres negras mais velhas tornam-se ainda mais vulneráveis socialmente, pois, desde a meia idade elas têm maior probabilidade de não ter realizado acompanhamento médico ou estar com exames em atraso.

A vulnerabilidade social é marcada no contexto histórico como um “desinvestimento” social e político. Ela é atribuída ao modo de acesso e obtenção de informações, levando em consideração diversas circunstâncias enfrentadas pelas pessoas idosas, que englobam questões políticas, econômicas, sociais, saúde e culturais (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006).

No que se refere à saúde da população, a Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (2008) descreve que o Brasil teve importantes avanços nos últimos anos na melhoria dos indicadores de saúde. No entanto, está entre os países com maiores iniquidades em saúde, ou seja, desigualdades em saúde entre grupos populacionais que, além de sistemáticas são também evitáveis, injustas e desnecessárias, uma vez que são produtos de grandes desigualdades entre os diversos estratos sociais e econômicos da população brasileira.

No entanto, as pesquisas sobre as desigualdades sociais em saúde no Brasil privilegiam as análises a partir das condições socioeconômicas em seus modelos explicativos, não havendo uma produção sistemática com a dimensão étnico-racial na expressão diferenciada dos agravos à saúde na velhice, visto que a qualidade de vida dos cidadãos determina a forma de adoecer e morrer. As pesquisas mostram desigualdades no perfil de saúde entre regiões e diferentes segmentos de classe social, mas poucos associam a inserção social desqualificada/desvalorizada da população negra na sociedade e nos indicadores de saúde (KABENGUELE, MUNANGA, 2016).

Investigar a qualidade de vida relacionada à saúde em sua multidimensionalidade significa identificar os principais aspectos que devem ser considerados em relação às potencialidades e as peculiaridades de saúde e de vida da pessoa idosa que interferem no processo saúde-doença (MARTINS, et al., 2009). Diante desse processo é necessário conhecer a vulnerabilidade de grupos populacionais, pois possibilita mobilizar profissionais e a população e subsidia o acompanhamento e o aperfeiçoamento de políticas públicas (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006).

A garantia do acesso universal e equitativo à saúde está diretamente associada ao acesso e utilização dos serviços que, muitas vezes, são violados por multifatores, tais como eixos estruturantes que funcionam de forma articulada, racismo, sexismo e condições sócio-econômicas e culturais. O acesso à utilização dos serviços e insumos de saúde é condição importante para a manutenção de bom estado de saúde ou para seu restabelecimento, embora

não seja o único fator responsável por uma vida saudável e de boa qualidade (OLIVEIRA et al. 2014)

Refletir sobre as particularidades que perpassam a saúde da mulher negra na velhice requer lembrar não somente das particularidades biológicas que a tornam mais sensível a algumas doenças, mas também dos fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que influenciam a condição de saúde (NASCIMENTO, 2018). O sistema de saúde em especial o sistema público-SUS necessita de ajuste nos recursos materiais e humanos para o atendimento das necessidades desse público dos idosos e suas demandas.

As desigualdades sociais presentes na atualidade e a dificuldade de acesso à saúde contribuem para que os idosos acumulem sequelas de doenças, desenvolvem incapacidades e perda de autonomia e qualidade de vida (MARTINS et al. 2019). O estudo das condições individuais, econômicas e sociais de vulnerabilidade da população idosa feminina e negra, em interação com o acesso e o uso dos serviços de saúde, pode auxiliar no planejamento de ações de atenção à saúde. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi descrever o acesso e o uso de serviços de saúde por mulheres idosas negras.

Método

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter transversal, com abordagem quantitativa. O presente estudo faz parte da pesquisa “Desenvolvimento familiar e o idoso: rede de suporte social, dinâmica familiar e a convivência intergeracional”, destinado a investigar o funcionamento de famílias com idosos e sua rede de suporte informal e formal. A investigação ora relatada foi devidamente aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP da Faculdade Maria Milza (FAMAM), Bahia - protocolo no. 034/2011), respeitando-se a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde do Brasil, vigente na época da pesquisa. Todos os procedimentos éticos referentes à coleta e análise de dados foram cumpridos segundo a resolução atual (n.466/2012).

Participantes

Participaram de forma não probabilística e acidental 134 pessoas idosas. Para este estudo, foram analisados especificamente os dados das mulheres negras. Foram incluídas 67 mulheres acima

de 60 anos e autodeclaradas negras (pretas = pardas), com idade média de 72,6 anos ($\pm 8,78$). A tabela 1 mostra os dados sociodemográficos das participantes.

Tabela 1. *Frequência de respostas relativas aos dados sociodemográficos*

Variáveis	Categorias	%
Faixa etária	60 - 74 anos	59,7
	75 e +	40,3
Renda familiar	1 a 2 Salários	82,0
	3 a 4 Salários	16,0
	5 a 8 Salários	2,0

Instrumentos

1. Questionário de informações sociodemográficas com informações sobre idade, sexo, raça, renda familiar.
2. Questionário estruturado criado pela pesquisadora sobre o acesso e uso de serviços de saúde, com cinco perguntas: Tem plano ou seguro particular de serviços médicos? (sim x não); Qual o Serviço de saúde que mais utiliza? (público x particular); Precisa pagar para fazer exames? (sempre/ quase sempre/ raramente/nunca); Já participou de pesquisa na área de saúde? (sempre/raramente/nunca); Nos últimos 12 meses o/a senhor/a recebeu em sua casa a visita de algum profissional da área da saúde (enfermeiro, médico, fisioterapeuta, psicóloga e fonoaudióloga) (sim x não).

Procedimentos de Coleta de dados

O campo de estudo selecionado para estudo foi a cidade de Santo Antônio de Jesus, localizada no interior do Estado da Bahia – Brasil, cujo papel no setor da saúde é importante na região do Recôncavo Baiano. Foi selecionada a região correspondente ao entorno da Unidade

Básica de Saúde que tinha o maior número de idosos (14,5% do total de pessoas cadastradas e 16,8% dos idosos residentes na cidade) na época da coleta de dados.

Participaram os idosos cadastrados na unidade básica de saúde e, com a ajuda de agentes comunitários de saúde, foi feita a identificação dos domicílios com idosos localizados em todas as suas 21 microáreas. Quando os endereços não eram encontrados, ou quando os idosos não eram localizados por motivos de viagem, falecimento, doença, internação ou mudança de endereço, ou ainda, quando não atendiam aos critérios de elegibilidade e inclusão, buscava-se outro endereço na mesma rua. Esse outro endereço poderia ser indicado pelo agente comunitário de saúde ou por pessoas residentes.

Em cada família, apenas um idoso era entrevistado. Era solicitado ao idoso que a entrevista ocorresse em um local da casa que pudesse proporcionar maior privacidade e tranquilidade, evitando-se a interrupção por outras pessoas. Foram utilizados os seguintes critérios de elegibilidade: idade igual ou superior a 60 anos; residência permanente na região e no domicílio; compreensão das instruções; interesse em participar e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Procedimentos de análise de dados

Os dados foram submetidos à análise estatística com a utilização do programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*[®]), versão 21.0. Para descrever o perfil da amostra segundo as variáveis em estudo foram feitas tabelas de frequência das variáveis categóricas com valores de frequência absoluta (n) e percentual (%).

Resultados

Sobre o acesso e uso em relação aos serviços de saúde, a maioria era SUS dependente, mais da metade precisava pagar por algum exame, sem visita regular de algum profissional de saúde e pouco investigada por pesquisadores da área da saúde (Tabela 2).

Tabela 2. Frequência de respostas relativas ao acesso e o uso em relação aos serviços de saúde

Variáveis	%
-----------	---

Tem Plano ou seguro particular de saúde	Sim	19,4
	Não	80,6
Serviço de saúde que mais utiliza	Público	56,7
	Particular	43,3
Precisa pagar pelos exames	Sempre	31,3
	Quase sempre	20,9
	Raramente	31,3
	Nunca	16,4
Participou de pesquisa na área de saúde	Sempre	6
	Raramente	9
	Nunca	85
Nos últimos 12 meses recebeu a visita de algum profissional da área da saúde	Sim	32,8
	Não	67,2

Observou-se um número maior de idosas mais velhas que precisavam utilizar um serviço de saúde particular, que precisavam pagar por exames com frequência e que receberam a visita de algum profissional no último ano (Tabela 3). As idosas com maior renda foram mais frequentes entre as que utilizavam serviços privados de saúde, com planos de saúde e com exames pagos (Tabela 4).

Tabela 3. *Frequência de respostas relativas ao acesso e o uso em relação aos serviços de saúde conforme a faixa etária.*

Variáveis	Faixa etária
-----------	--------------

		60 - 74 anos	75 e +
Tem plano ou seguro particular de serviços médico	Sim	20,0	18,5
	Não	80,0	81,5
Serviço de saúde que mais utiliza	Público	71,8	37,0
	Particular	28,2	63,0
Precisa pagar para fazer exames	Sempre/ Quase sempre	45,0	62,9
	Raramente/ Nunca	55,0	37,1
Participou de pesquisa na área de saúde	Sempre	7,5	3,7
	Raramente/ Nunca	92,5	96,3
Nos últimos 12 meses recebeu a visita de algum profissional da área da saúde	Sim	25,0	44,4
	Não	75,0	55,6

Tabela 4. Frequência de respostas relativas ao acesso e o uso em relação aos serviços de saúde conforme a renda familiar.

Variáveis		Renda Familiar		
		1 a 2 Salários	3 a 4 Salários	5 a 8 Salários
Tem plano ou seguro particular de serviços médico	Sim	18,2	18,2	100,0
	Não	81,8	81,8	0,0
Serviço de saúde que mais utiliza	Público	60,0	45,5	0,0
	Particular	40,0	54,5	100,0

Precisa pagar para fazer exames	Sempre/ Quase sempre	49,1	63,6	100,0
	Raramente/ Nunca	50,9	36,4	0,0
Participou de pesquisa na área de saúde	Sempre	7,3	0,0	0,0
	Raramente/ Nunca	92,7	100,0	100,0
Nos últimos 12 meses recebeu a visita de algum profissional da área da saúde	Sim	34,5	18,2	100,0
	Não	65,5	81,2	0,0

Discussão

A presença de desigualdades raciais entre pessoas idosas sugere a complexa interação da cor/raça com marcadores de posição social e reflete a distribuição desigual de fatores de risco, proteção e de agravos à saúde, que se acumulam ao longo dos vários ciclos de vida até a terceira idade (ZORZIN et al. 2011). Mulheres idosas, pardas e pretas, portanto, permanecem em ausência de equidade, em pior situação socioeconômica e com elevada necessidade em saúde (CAMPOS, 2009). Os resultados aqui analisados demonstram que a maioria das idosas entrevistadas têm uma renda familiar entre um a dois salários mínimos e utilizam principalmente os serviços públicos de saúde.

Em outros países, as estimativas de idosos negros no pior status socioeconômico também são semelhantes às observadas neste estudo, tendo como a maioria, as idosas negras (OLIVEIRA et al. 2014). Em geral, as idosas mais pobres utilizam mais as clínicas e os hospitais públicos e os com melhores condições econômicas, os serviços privados. A filiação a planos privados de saúde foi mais comum entre idosos com renda familiar superior a três salários mínimos e o atendimento no SUS entre os com renda inferior a esse patamar.

Visitas recentes de profissionais de saúde nas residências aconteceram com pouca frequência. Esse menor número de visitas pode ter sido em decorrência de maior independência e autonomia das idosas, que podem preferir acessar diretamente a unidade de saúde de

referência. Por outro lado, pode indicar também que este grupo não é prioritário nas visitas domiciliares ou por sobrecarga da equipe. De qualquer forma, é um risco para os benefícios previstos na atenção básica, como atuar no controle e prevenção de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, estimular a adesão aos tratamentos medicamentosos e não medicamentosos propostos, propiciar ao indivíduo e à família uma participação ativa em seu processo saúde-doença e verificar a estrutura e a dinâmica familiares.

Observou-se também que esse grupo provavelmente ainda é pouco investigado por pesquisas em saúde, sendo necessária uma atenção maior para com o processo de envelhecimento dessas mulheres. Escuta ativa e dar voz ao usuário é um desafio, em qualquer ciclo de vida, mas na fase idosa é urgente, visto às necessidades dessa população para a consolidação de estratégias para a melhoria da qualidade de vida e não apenas o prolongamento da vida.

Um número maior de idosas mais velhas utilizam o serviço de saúde particular, precisam pagar por exames com frequência e receberam a visita de algum profissional no último ano. Pensando no uso de serviços particulares pelas idosas mais velhas, é possível concluir que elas são as mais vulneráveis, apresentam mais condições crônicas, o que as obriga a buscar por serviços que se apresentam indisponíveis ou de difícil acesso no sistema público. Em decorrência da forma de organização, os planos privados de saúde oferecem mais consultas com especialistas e seus usuários buscam atenção predominantemente em consultórios particulares ou clínicas privadas (SZWARCWALD et al. 2016)

Pensando que os idosos acessam tanto o serviço de saúde público quanto o privado, ambos apresentam déficits na infraestrutura que atenda de modo eficiente e são altos os custos de atendimento. Os idosos utilizam mais serviços de saúde e atendimentos hospitalares, ocupam os leitos por mais tempo e maiores ocorrências de hospitalizações, enfrentam muitas filas de espera para consultas, atendimentos, exames e internações. Existe uma necessidade de investimentos em outros modelos assistenciais e de políticas públicas vigentes na área da saúde do idoso (MARTINS, 2007).

Avaliar as condições de vida do idoso é importante para o desenvolvimento de alternativas válidas de intervenção em programas de saúde, políticos e sociais (GALISTEU et al, 2006). Também é necessário o desenvolvimento de pesquisas e práticas de saúde que se preocupem com a qualidade de vida durante o processo de envelhecimento (JANUÁRIO et al,

2011). No Brasil, são poucos os estudos populacionais que abordam as condições de saúde de pessoas idosas na perspectiva racial. A utilização das dimensões de iniquidade e de vulnerabilidade dos idosos pode possibilitar a reconstrução ampliada e reflexiva da promoção e proteção da saúde (OLIVEIRA et al. 2014).

Considerações finais

Sobre o acesso e uso em relação aos serviços de saúde, a maioria das idosas negras tinha baixa renda, era SUS dependente, precisava pagar por algum exame, sem visita regular de algum profissional de saúde, pouco investigadas por pesquisadores da área da saúde, sendo que as mais velhas apresentaram maior necessidade de utilização de um serviço de saúde particular, exames pagos e a visita de algum profissional no último ano. Os dados apresentados nesta pesquisa são importantes para analisar como está o acesso e uso dos serviços de saúde dessas mulheres idosas negras, para que se possa pensar em novas estratégias para melhoria desse acesso e novas pesquisas com esse público no âmbito da saúde.

A relação dos idosos com os serviços de saúde é intensa e pode refletir iniquidades que impactam negativamente na qualidade de vida dessa população que depende de políticas públicas integradas e efetivas. É necessário que esses espaços estejam adequados para atendimento para que, cada vez mais, essas idosas tenham acesso a serviços qualificados em todos os níveis de assistência, atendendo às suas necessidades de cuidado. Tanto no sistema público quanto no privado faz-se necessária articulação dos níveis de atenção na perspectiva da integralidade no cuidado ao idoso.

Referências

1. AGUIAR, A. C. de S. A.; MENEZES, T. M. de O; CAMARGO, C. L. *Arranjos familiares com pessoas idosas: fatores contributivos*. Av. Enferm. vol, 36 no .3 Bogotá Sep./ Dec. 2018.
2. BAIROS, F.S.; MENEGHEL, S.N.; OLINTO, M.T.A. *Citopatológico e exame de mama: desigualdade de acesso para mulheres negras no sul do Brasil*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 17(2):123-153, abr-jun, 2008.

3. BAIROS, Luiza. *Nossos Feminismos revisitados. Estudos Feministas*. vol.3, n.2, p.458- 463. 1995.
4. BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
5. BATISTA, Luiz Eduardo. ESCUDER, M. Mercedes L. *Medindo desigualdade na saúde. Boletim Epidemiológico Paulista*. abr, ano 2, n. 16, 2005.
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2006*.
7. BRITO, M. C. C; FREITAS, C. A. S. L; MESQUITA, G. K. *Envelhecimento populacional e os desafios para a saúde pública: análise da produção científica*. Revista Kairós Gerontologia. 2013; 16(3): 161-78
8. Campos, N. O. B. *Os determinantes das condições de saúde dos idosos do município de São Paulo em uma perspectiva de ciclo de vida* [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2009.
9. CARNEIRO, S. "A batalha de Durban". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 2.009-2.014, 2002.
10. CHAIMOWICZ, F. (1997). *A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: Problemas, projeções e alternativas*. *Revista de Saúde Pública*, 31 (2): 194-200.
11. GALISTEU, K. J; FACUNDIM, S. A; RIBEIRO R. C. H. M; SOLER, Z. A. S. G. *Qualidade de vida de idosos de um grupo de convivência com a mensuração da escala de Flanagan*. *Rev Arq Ciênc Saúde*. 2006; 13(4); 209-12.
12. JANUÁRIO, R. S. B; SERASSUELO, JR. H; LIUTTI, M. C; DECKER, D; MOLARI, M. *Qualidade de vida dos idosos ativos e sedentários*. *Conscientiae Saúde*. 2011.
13. KABENGUELE, Munanga. *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. In: *Inclusão Social: um debate necessário?*. Disponível em: <http://www.ufmg.br/inclusãosocial/?p=59>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.
14. LEBRÃO M, DUARTE, YAO, organizadoras. *SABE - Saúde, Bem-estar e Envelhecimento. O Projeto Sabe no Município de São Paulo: uma abordagem inicial*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde; 2003.
15. LOPES, Fernanda. *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: Tópicos em Saúde da população negra no Brasil*. In: Brasil. Ministério da Saúde. *Seminário Nacional da Saúde da População Negra*. Brasília, 2004.

16. MARTINS, J; SCHIER, J; ERDMANN, A. L; ALBUQUERQUE, G. L; *Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso*. Rev. bras. geriatr. gerontol. vol.10 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2007 Epub Oct 24, 2019.
17. MAZZELLA, F; CACCIATORE, F; GALIZIA, G; DELLA - MORTE, D; ROSSETTI, M; ABBRUZZESE, R; LANGELLOTTO, A; AVOLIO, D; GARGIULO, G; FERRARA, N; RENGO, F; ABETE, P. *Social support and long-term mortality in the elderly: role of comorbidity*. Arch Gerontol Geriatr 2010; 51(3): 323-328.
18. MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. *"Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998"*. Texto para Discussão n° 886. Brasília, Ipea, 2002.
19. MEDEIROS, S. G; MORAIS, F. R. R. *Organização dos serviços na atenção à saúde da idosa: percepção de usuárias*. Interface 19 (52) Jan - Mar 2015.
20. MORI, M. E.; COELHO, V. L. D. *Mulheres de corpo e alma: Aspectos Biopsicossociais da Meia-Idade Feminina*. Psicologia: Reflexão e Crítica, Brasília, n. 17, v. 2, p. 177-187, 2004
21. NASCIMENTO, S. S. *Saúde da mulher negra brasileira: a necessária intersecção, gênero e classe*. Cadernos do CEAS, Salvador/ Recife, n. 243, p. 91 - 103, jan./abr.,2018| ISSN 2447 - 861X
22. OLIVEIRA, B. L. C. A; THOMAZ, E. B. A. F; SILVA, R. A. *Associação da cor/raça aos indicadores de saúde para idosos no Brasil: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008)*. Cad Saúde Pública 2014; 30(7): 1438-52.
23. PAZ, A. A.; SANTOS, B. R. L; EIDT, O. R. *Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde*. Acta Paul Enferm., n. 19, v. 3, p. 338-342, 2006.
24. SZWARCWALD, C. L; DAMACENA, G. N; SOUZA J, P. R. B; ALMEIDA, W. S; MALTA, D. C. *Percepção da população brasileira sobre a assistência prestada pelo médico*. Brasil, 2013. Ciênc Saúde Coletiva. 2016;21(2):339-50. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.19332015>.
25. ZORZIN, P. L. G; WAJNMAN, S; TURRA, CM. *Previdência social e desigualdade racial no Brasil*. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais; 2011.

A Formação de Si (*Bildung*) da/o Estudante Universitária/o

Rita de Cássia Nascimento Leite⁴¹

Resumo

Esse artigo parte da premissa de que a experiência universitária é mais do que uma formação técnico-profissional, que pode resultar em um processo de formação de si (*Bildung*) da/o estudante. Assim, tendo ou não as instituições de ensino superior o propósito de oferecer uma formação integral, as atividades, vivências e experiências que possibilitam participam dos processos desenvolvimentais em curso das/os jovens por elas assistidos. É sobre a influência da experiência universitária na formação de si (*Bildung*) das/os estudantes que versa esse artigo.

Palavras-chave: formação de si; *Bildung*; experiência universitária.

Abstract

This article is based on the premise that the university experience is more than a technical-professional training, which can result in a student's self-construction process (*Bildung*). Thus, whether or not university education have the purpose of offering integral training, the activities, and experiences that they offer participate in the ongoing developmental processes of the young people they assist. The article deals with the influence of the university experience in the formation of the self-construction (*Bildung*) of the students.

Keywords: self-construction; *Bildung*; university experience.

Introdução

Vivemos um período, no ensino superior, em que a formação de estudantes tem sido, com frequência, questionada: o que chamamos de formação universitária? A que ela se presta? A serviço de quem ela está? O que deve privilegiar? O que os cursos têm efetivamente de formativo ou o que precisam garantir para sê-lo? Essas são perguntas que estão na ordem do dia.

Em uma sociedade onde tanto o mundo do trabalho quanto as questões sociais e humanas são atravessados por dinâmicas cuja marca é a hipercomplexidade, uma formação meramente técnica, pautada, exclusivamente, na dimensão profissional não parece dar conta de compreender e responder às demandas atuais, assim, pensar criticamente a formação universitária parece ser uma tarefa inadiável.

⁴¹ Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia, docente do curso de Psicologia ofertado pelo Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: rcnleite@ufrb.edu.br.

Para Goergen (2013), a educação contemporânea é marcada por dois movimentos opostos identificados tanto entre leigos quanto entre educadores e políticos. De um lado, a educação é tomada como relevante e central, sendo capaz de resolver os problemas humanos; de outro, teria por função ensinar conhecimentos predominantemente úteis. No primeiro, espera-se que a educação assuma um caráter salvador, no segundo, que ela cumpra seu papel adaptativo e, sobretudo, funcional.

Essas duas concepções sobre educação refletem o momento atual caracterizado pela primazia do econômico e da competitividade. Esse modelo tem imposto às instituições de ensino superior a necessidade de definir o que significa educar nesse contexto. A resposta a essa imposição leva a dois diferentes caminhos de formação. O primeiro, chamada por Goergen (2010) de breve ou técnica, entende que a tarefa da educação superior é educar as pessoas para o mercado de trabalho por via da transmissão de conhecimentos e habilidades necessários ao exercício de uma profissão. O segundo caminho entende educar tanto em sua dimensão profissional como também em sua dimensão ético-política.

Disso resultam instituições de ensino superior que assumiram como tarefa responder às demandas do mercado, sendo meras prestadoras de serviço, encarregadas de oferecer-lhe os serviços educacionais de que necessita, fazendo a intermediação entre o indivíduo e o mundo corporativo, sem maiores preocupações com as necessidades humanas, bem como com a natureza das demandas postas pela sociedade, assumindo, assim, uma posição pragmática e operacional. Os defensores desse ponto de vista privilegiam a estreita relação entre educação superior e mundo empresarial, entendem que os investimentos na educação superior só fazem sentido se trouxerem resultados concretos, pragmáticos para o desenvolvimento econômico da sociedade, pouco considerando os aspectos humanos e sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento. (GOERGEN, 2010)

Existem outros, continua o autor, que, assumindo uma posição crítico-reflexiva, consideram a educação como um bem público, que assume a responsabilidade de formar não só profissionais, mas também profissionais-cidadãos capazes de participar na construção de uma sociedade mais humana, justa e democrática. Para tanto, consideram necessário preparar pessoas competentes do ponto de vista técnico, mas também profissionais críticos, éticos, autônomos e socialmente responsáveis. Essa via entende que a educação superior tem compromisso com o desenvolvimento da sociedade e do ser humano em todos os seus aspectos.

Contudo mesmo as instituições de ensino superior que têm como eixo essa segunda concepção, ou ao menos que a incluem em seus planos de desenvolvimento institucional, continuam muito presas aos processos de racionalização moderna que têm uma confiança de que a atividade racional humana debruçada sobre a natureza e a sociedade seria capaz de dominar, científica e tecnicamente, os princípios naturais e morais em proveito dos homens, o que, por sua vez, garantiria o progresso humano. “Ideias, ciência, atitudes e técnicas confluem para a realização de uma nova civilização ocidental destinada, supostamente, a levar o homem à sua emancipação e liberdade”. (GOERGEN, 2012, p.154)

O modelo de universidade contemporânea, herdeira da universidade ocidental moderna - fundada nessa ideia de ciência amparada na razão, capaz de resolver todos os problemas humanos e de garantir melhores condições de vida para o indivíduo e a sociedade - associado à pressão que sofre, na atualidade, para que atenda, prioritariamente, às demandas econômicas, faz com que as instituições de ensino superior, mesmo aquelas que, na sua missão, ocupam-se com o desenvolvimento do homem e da sociedade, de forma ampla, ainda adotem uma prática disciplinar fragmentada e descontextualizada, com saberes que não dialogam entre si e que giram em torno da formação profissional. O foco tem sido formar “funcionários para o Estado, peritos em saber-fazer profissionais, técnicos especialistas nas várias áreas de atividade humana, incluindo filosofia, as letras, as artes e a educação”. (COELHO, 2006, p.45)

Como aponta Goergen (2010), essa preparação profissional é necessária, é um direito das pessoas e representa um dos objetivos da educação superior. Contudo, o peso que lhe é dado no processo formativo dos estudantes tem se constituído em questão a ser revista.

Nesse sentido, a vinculação do ensino superior aos objetivos de organismos internacionais e às leis do mercado tem sido alvo da crítica de estudiosos desse campo (DIAS SOBRINHO, 2012; GOERGEN, 2010, 2012; SEVERINO, 2008, 2012; COELHO, 2006, RIBEIRO, 2003) que entendem que restringir a formação universitária à profissionalização, à instrumentalização e ao útil é negar o caráter acadêmico da educação superior e empobrecer seu papel científico, social e de formadora de seres humanos em suas dimensões social, ética, política, cultural, filosófica e pessoal.

Esse papel de formação que extrapola os aspectos técnico-profissionais é, muitas vezes, sentido pela/o estudante que percebe em si própria/o mudanças que se deram ao longo do tempo da sua vida acadêmica. Assim, tendo ou não as instituições de ensino superior o propósito de oferecer uma formação integral, as atividades, vivências e experiências que possibilitam

participam dos processos desenvolvimentais em curso dos jovens por elas assistidos. É sobre a influência da experiência universitária na formação de si das/os estudantes que versa este artigo.

A formação de si (*Bildung*) e a experiência universitária

Diferente de outros animais que parecem já nascer “prontos” com o seu desenvolvimento prioritariamente programado de forma biológica, o ser humano, ao nascer, é um ser incompleto, imaturo que vai atravessar um longo período para se constituir, efetivamente, como ser humano. Essa incompletude no nascimento e sua consequente dependência de outros é o cerne de sua natureza social como membro de uma espécie considerada como biologicamente social. Isso quer dizer que não apenas sua sobrevivência, mas todo o seu desenvolvimento depende de um ambiente social e das interações que resultam dessa inserção.

Essa necessidade absoluta de interação de cada novo membro da espécie humana vai se dar no interior de um meio social que, historicamente, já definiu um modelo de homem que regula a relação entre seus membros. E é com vistas a levar cada membro a se constituir como um exemplar desse modelo que os grupos sociais desenvolvem práticas e dispositivos para ensinar, sobretudo, às crianças e aos jovens, mas também aos adultos, o seu tipo de humano. A esse conjunto de práticas e dispositivos denominamos educação.

Ao entender o processo de desenvolvimento como apresentado acima, podemos então dizer que ele é, de modo significativo, o resultado dos processos educativos a que está submetido o ser humano ao longo de sua vida. Assim, historicamente, a educação é tomada como um processo de formação do ser humano que significa a humanização do homem que

tem necessidade de cuidar de si mesmo como que buscando um estágio de maior humanidade, uma condição de maior perfeição em seu modo de ser humano. Portanto, a formação é processo do devir humano como devir humanizador, mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa. (SEVERINO, 2006, p.622)

Ainda que a educação possa se dar em todas as redes e estruturas sociais, para dar conta do acúmulo de conhecimentos produzidos ao longo da história, foram criadas instituições que são responsáveis por disponibilizar esses conhecimentos para seus membros. Estamos falando aqui das instituições educativas formais reguladas pelo Estado. Neste artigo, deteremo-nos na discussão dos processos de desenvolvimento, de educação e de formação de si (*Bildung*) que ocorrem em instituições de ensino superior.

***Bildung*: a formação de si**

Cunhado no século XVIII pelo idealismo alemão como uma resposta ao feudalismo e inspirada no iluminismo, mais usado na filosofia, na literatura e na pedagogia, o termo *Bildung* significa formação. Mas uma formação da pessoa, de desenvolvimento e aperfeiçoamento de si mesmo. É "um processo de autodesenvolvimento, de autoformação dos indivíduos no que diz respeito à sua educação." (BRITTO, 2012, p.222). Ou ainda, como pensam Araújo e Ribeiro (2009, p.04), é a "formação-de-si-mesmo (numa linha de maturação/amadurecimento), de educação-de-si-mesmo, de desenvolvimento e aperfeiçoamento de si-mesmo".

Existe algo em todo processo educativo que escapa à instituição formadora. Ardoino [ca.1999] faz uso da expressão *negatividade*, para falar disso, entendendo-a como uma característica da relação educativa. Ele a define como a "capacidade que cada um tem de 'desjogar', pelas suas próprias contraestratégias, as estratégias do outro que pesam sobre ele, das quais se tornou um objeto" (p.06). Assim, nem sempre os educandos correspondem às expectativas dos seus educadores.

Desse modo, o aprendiz mantém, ao longo do processo educativo, uma independência de pensamento, podendo refletir por si próprio e sobre si próprio, e é por essa via que ele pode se (auto) formar. Essa é uma formação (*Bildung*) que leva a uma transformação (*Umbildung*) em direção a uma singularidade que torna o indivíduo um ser único, mas que se dá no contato com outro e com o mundo. Ou seja, o aprendiz se (trans) forma, afastando-se de si mesmo, indo ao encontro do mundo e, posteriormente, retornando para si. (MÖLMANN, 2011) Trata-se, pois, do desenvolvimento da pessoa em direção a si através das experiências que vive.

Esse é um aspecto importante da *Bildung*, pois ela se refere ao fato de que o processo de formação do sujeito não tem um fim em si próprio, pois, como afirmam Araújo e Ribeiro (2009), ao se formar, ao se humanizar, o indivíduo, conseqüentemente, humaniza a sociedade. Além disso, é importante também dizer que a *Bildung* só se constitui como tal se a pessoa participar ativamente da sua formação ou desenvolvimento. Isto é, ela não é considerada como produto nem da natureza, nem dom divino e depende da ação sobre o mundo da própria pessoa em formação. (MÖLMANN, 2011) Essa formação se dá por via da experiência, que Larrosa (2010) vai chamar de experiência formativa, aquela que tem força suficiente para levar alguém a voltar-se para si mesmo num processo interno.

A experiência é o ponto de partida e de chegada do conhecimento e, se o homem não para de aprender, a tarefa da educação é contribuir para que o ser humano forje os recursos de pensamento que lhe permitam tornar-se ator da própria existência. (LE BRETON, 2008)

É, pois, por via da experiência que o ser humano participa ativamente da sua própria formação; o voltar-se para si depois de ter interagido com o outro, permite-lhe descobrir-se como fazendo parte de um coletivo, vivendo com outros humanos também formados por suas experiências tanto individuais quanto no seio de um grupo. É essa compreensão de si que permite, a cada um de nós, desenvolver o sentimento de pertencer à dada coletividade e à espécie humana, resultando na inserção de novos membros na sociedade.

Larrosa (2010, p.36), ao falar do processo de formação humana em contos e romances literários (*Bildungsroman*), apresenta o que ele chama as três fases desse processo formativo:

1. '*Era uma vez*' eu não sabia quem era, enganava-me a mim mesmo, ou me deixava enganar pelos preconceitos, a televisão, a dominação ideológica, o inconsciente, a educação recebida, o sistema patriarcal, seja lá o que for e já estava bem assim, enganado, porque eu não sabia que estava enganado, eu acreditava que sim, eu sabia quem era ou, até mesmo, não havia me levado nunca a sério, na verdade, porque era um ingênuo ou um inocente ou um acomodado ou não tinha experiência, ou...;
2. '*Mas um dia*' aconteceu algo na minha vida - uma greve na fábrica, um livro, um filme, um professor, uma desgraça, uma conversa, um encontro, uma queda no bosque, etc. - e me dei conta do que, na verdade, eu era, ou de como me havia(m) enganado até esse momento, ou de minha inocência, ou...;
3. '*E desde então*', a partir daí, nada mais foi a mesma coisa porque agora sou de outra maneira, sou outro, sou consciente...

Esse modo de apresentação do *Bildungsroman* nos ajuda a compreender o que pode acontecer durante o processo formativo humano, que se dá através da experiência e que leva a pessoa a construir a sua própria maneira de ver e ler a si mesmo e o mundo e a lidar consigo e com ele.

A partir do entendimento de que a experiência é “isso que me passa”, Larrosa (2011) nos apresenta, através da análise que faz de cada uma das palavras da frase acima, o que ele denomina as *dimensões (princípios) da experiência*. São elas: 1. Exterioridade, alteridade e alienação, que se relacionam com o acontecimento, com o que é da experiência, com o *isso* do “isso que me passa”; 2. Reflexividade, subjetividade e transformação, que dizem respeito ao sujeito da experiência, com o *quem* da experiência, com o *me* de “isso que me passa” e 3.

Passagem e paixão que têm a ver com o movimento da experiência, com o *passar* do “isso que me passa”.

A experiência supõe um acontecimento, o passar de algo que não é a pessoa, que não depende dela, do seu saber, do seu poder, da sua vontade, não é uma projeção do si mesmo do sujeito, sendo assim, não são suas palavras, ideias, sentimentos, representações, projetos, intenções. Isso implica considerar que não há experiência sem a aparição de alguém ou de algo ou de um isso, de um acontecimento que é exterior ao sujeito (princípio da exterioridade). Ela é algo de outro que não o eu (princípio da alteridade), que não é de propriedade do sujeito, que não está previamente capturado ou apropriado por ele (princípio da alienação).

Se a experiência, por um lado, supõe um acontecimento exterior à pessoa, por outro, supõe que algo *lhe* passa. "Não que passe ante mim ou frente a mim, mas a mim, quer dizer, em mim" (LARROSA, 2011, p.03), é, pois, em mim onde se dá a experiência, onde ela tem lugar. A experiência envolve, desse modo, um sujeito que é capaz de deixar que algo *lhe* passe (em suas ideias, representações, palavras, sentimentos etc). "Trata-se, portanto, de um sujeito aberto, sensível, vulnerável, ex/posto". (LARROSA, 2011, p.04) Assim não podemos falar de uma experiência em geral, ela é sempre a experiência de alguém, cada um faz ou padece sua própria experiência de modo único, singular, particular, próprio (princípio da subjetividade).

Ela é também um movimento de ida e volta. Ida porque implica uma exteriorização, uma saída de si mesmo, que vai ao encontro do acontecimento. Volta porque a experiência afeta o sujeito, produzindo efeitos sobre ele: no que ele é, no que pensa, no que sente, no que sabe, no que quer etc. (princípio da reflexividade). Por outro lado, o sujeito faz a experiência de algo, faz a experiência de sua própria transformação. "Daí que a experiência me forma e me transforma. Daí a relação constitutiva entre a ideia de experiência e a ideia de formação" (LARROSA, 2011, p. 04) (princípio de transformação).

A terceira dimensão da experiência trazida pelo autor está relacionada com o passar do "é isso que me passa". Larrosa nos fala que a experiência, em primeiro lugar, é um passo, uma passagem, um percurso que está relacionado com o radical indo-europeu *per* contido na palavra experiência. Nesse sentido, ela supõe uma saída de si para outra coisa e envolve algo de incerto, de risco, de perigo (princípio de passagem). Por outro aspecto, se a experiência é "isso que me *passa*", o sujeito da experiência é "como um território de passagem, como uma superfície de sensibilidade em que algo passa..." (LARROSA, 2011, p.05), nesse sentido, em alguma medida, é preciso que a pessoa seja um sujeito paciente, passional (princípio de paixão).

Larrosa (2011, p.16) ainda acrescenta que a experiência tem sempre

algo de imprevisível (do que não se pode ver de antemão), de indizível (do que não se pode dizer de antemão, do que não está dito), de imprescritível (do que não se pode escrever de antemão, do que não está escrito). E mais, a incerteza lhe é constitutiva. Porque a abertura que a experiência dá é a abertura do possível, mas também do impossível, do surpreendente, do que não pode ser. Por isso a experiência sempre supõe uma aposta pelo que não se sabe, pelo que não se pode, pelo que não se quer. A experiência é um talvez.

Na mesma direção, Möllmann (2011) aponta que a *Bildung* diz respeito tanto ao processo de formação quanto ao resultado final dele e tem algo de subversivo e incontrolável, uma vez que a transformação do ser humano não pode ser planejada e prevista, acontecendo processualmente ao longo da vida. Por isso ela está, de algum modo, relacionada à liberdade de agir e de pensar do sujeito em formação, bem como ao se autorizar de que nos fala Ardoino (2000), ou seja, ao ato daquele que tem êxito em se situar, ele mesmo, como estando na origem, na fonte de seu próprio tornar-se.

É na medida em que a pessoa tem êxito em conferir sentido a seu vivido, a seus atos, ao outro nele, depois aos outros em seu ambiente, isto é, a compreender sua relação com o mundo, que o sujeito consegue, pelo jogo de uma *práxis*, entrar, ao mesmo tempo, na vida, na história e na sociedade, tornando-se mais autônomo, sem perder de vista, para tanto, as relações de interdependência, as relações sociais que o aproximam da comunidade. (ARDOINO, 2000)

Josso (2004) fala de três modalidades de elaboração de uma experiência: 1. “ter experiências” que diz respeito a viver situações e acontecimentos durante a vida, que se tornaram significativas para a pessoa, mas que não foram provocadas por ela. 2. “fazer experiências” que são vivências de situações e acontecimentos que a pessoa provoca, ou seja, situações que ela cria para fazer experiências. 3. “pensar sobre as experiências”, tanto sobre as involuntárias, quanto as voluntárias. A autora denomina a primeira modalidade de “experiências feitas *a posteriori*” e as duas últimas de “experiências feitas *a priori*”.

Nas experiências construídas *a posteriori*, somos tomados por uma vivência ou acontecimento que podem nos surpreender de uma forma mais ou menos intensa, fazendo-nos chegar a nos referir a ela como um “acidente”. Tal surpresa, acrescenta a autora, acontece porque há rompimento de uma lógica que, a partir de então, não nos permite vincular o acontecido com o que nos é conhecido, deixando-nos, afetivamente, perturbados uma vez que uma temporalidade foi quebrada ou um funcionamento foi interrompido.

A experiência *a priori* começa por aquilo que foi anteriormente formalizado, nomeado, simbolizado. O grau de sistematização e de organização, bem como de adequação das metodologias referentes ao objeto de experiência é que fará a diferença quanto à qualidade ou precisão entre as experiências dessa categoria. Considero, como essa autora, que a experiência de formação em situação educativa é um caso particular de experiência *a priori* e, no caso da formação universitária, mais ainda, uma vez que o estudante pós-secundário, pela própria expectativa social e familiar de sua inserção na vida adulta, e por ser menos tutelado, tem a possibilidade de decidir, de maneira mais autônoma do que o estudante do ensino básico, ‘fazer a experiência’ de uma formação universitária.

Josso (2004) ainda salienta que há um cruzamento entre essas duas modalidades de experiência (voluntária e involuntária), pois, por mais que a experiência *a priori* tenha sido planejada, há sempre algo de desconhecido nela que leva a pessoa que a vive a trabalhar sobre essa nova vivência que vem, de algum modo, perturbar o quadro conceitual e/ou cenário envolvido. Podemos vislumbrar essa situação na formação universitária. Por mais que o estudante tenha decidido fazê-lo, não tem como ele, *a priori*, prever tudo que vai acontecer e lhe acontecer durante e depois (d)essa formação.

Nessa mesma direção, Verrier (2006) também nos fala que a experiência pode se manifestar de duas maneiras: ela pode ser inesperada, não programada, perturbando o cotidiano e obrigando a pessoa a se adaptar, como for possível, antes de poder tirar, eventualmente, qualquer proveito dela ou essa experiência pode ser também desejada, procurada pelo interesse que parece representar, sendo o resultado de um projeto ao qual a pessoa vincula alguns valores. Esta última, como a experiência não programada, tem algo de uma alteração do habitual, mas, diferente da primeira, foi escolhida pela pessoa que decide assumir as consequências.

O autor nos fala, portanto, assim como o fez Josso (2004), de uma experiência voluntária e outra involuntária. A primeira, descreve Verrier (2006), constitui-se a partir de uma necessidade que nasce no sujeito que deseja “fazer experiência”, viver uma experiência particular. Por razões diversas (sociais, psicológicas, filosóficas etc), torna-se necessário e imperativo conhecer essa experiência. Diferente da experiência involuntária, a experiência procurada é então imaginada, projetada, organizada, realizada. Trata-se de viver a experiência escolhida e procurada e medir suas consequências em termos pessoais.

Nesse sentido, o ser humano, física e psicologicamente, pode entrar em um espaço experiencial preparado e mais ou menos postulado como controlável em sua realização e

consequências. Podemos pensar aqui, diz o autor, em experiências extremas como os desafios esportivos radicais, as travessias solitárias de oceanos e desertos, os exercícios espirituais, mas também em situações de menor envergadura espetacular que decidimos viver aqui e acolá, como colocar um *piercing*, ter práticas sexuais diferentes do habitual, ou ainda, entrar em um curso de música ou uma academia de ginástica.

A experiência voluntária coloca a pessoa em um processo de “experimentação de si”, que a empurra para fora do cotidiano, vindo a interrogá-lo. O autor acrescenta que no espírito do experimentador de si ocorre uma espécie de insatisfação face à experiência comum, um apelo à superação, uma impaciência de entrar em uma experiência incomum para ele ou para o grupo ao qual pertence. A consideração dos resultados da experiência pode conduzir a uma mudança na pessoa, uma transformação que a torna diferente do que ela era antes. Uma “teorização de si” renovada se encontraria então envolvida pela reflexão *a posteriori* sobre o que foi vivido.

Contudo Verrier (2006) salienta que as experiências não refletidas, podem possuir virtudes potencialmente formadoras. O fato de elas não ensinarem a partir do que é claramente identificado e formulado não impede que elas possam ter um poder formador que se situa em outros registros (corporais) que não aqueles que conduziram a considerar que as aprendizagens são forçosamente ações que permitem avançar em uma direção pré-determinada.

Para ele, existem diferentes níveis de reflexão - por ele definida como o retorno do pensamento sobre si próprio com vistas a examinar mais a fundo uma ideia, uma situação, um problema. São eles: a reflexividade, a pré-reflexividade e a não-reflexividade. Este último é o estado do pensamento difuso, flutuante, desorganizado, em repouso. A pré-reflexividade sobre a experiência é o estágio de um início de organização reflexiva que permanece inacabada, mas que pode se tornar reflexivo se as condições favorecerem. Já a reflexividade se refere ao estado da direção voluntária e finalizada da reflexão sobre a experiência, é a reflexão voluntária *a posteriori* sobre a experiência. Ela é sempre mais ou menos reconstituível, podendo remontar seu fio, conhecer sua origem e, por conseguinte, melhor apreender a maneira pela qual, no final, a reflexão terá desempenhado um papel formador, os resultados da deliberação intelectual se traduzindo em modificações do comportamento, da identidade.

Para o referido autor, é a reflexão sobre a experiência que permite que ela se torne verdadeiramente formadora, ou seja, capaz de transformar o sujeito. Desse modo, é possível afirmar que o que possibilita que uma vivência – aqui entendida como “aquilo que se viveu” – constitua-se em uma experiência é que aquela tenha sido submetida a uma reflexão que leve à

produção de um sentido pessoal para o sujeito que a vivenciou. É, pois, o falar de si e o pensar sobre si, a reflexividade, que permitirá que o vivido se institua em experiência propriamente dita que, por sua vez, pode resultar, em (trans)formação de si.

O si, a identidade e a reflexividade

Elias (1994) faz uso da expressão “autoconsciência”, referindo-se à capacidade humana de se ver à distância, ou seja, como objeto de seu próprio pensamento. Ele marca que essa autoconsciência não pode ser presumida como algo existente *a priori*. Ela é fruto de uma mudança histórica no pensamento ocidental, que se deu entre os séculos XV-XVII, quando da passagem de uma concepção de ser humano e mundo alicerçada na religião para concepções racionalistas. Para esse autor, essa autoconsciência pode se dar em diferentes níveis, que variam a depender do nível de observação adotado pelo sujeito. As pessoas são constituídas de tal modo que,

podem experimentar a si mesmas e às outras diretamente como pedestres e, ao mesmo tempo observar a si e a outrem, andando de um lado para o outro na rua, de um andar superior de um prédio e, talvez, possam até discernir suas próprias imagens do ponto de vista do piloto, tanto ao andarem pela rua quanto ao olharem do prédio para baixo. (ELIAS, 1994, p.86-87)

Assim, as pessoas podem atingir níveis diferentes de consciência, concomitantemente, vendo a si e às outras pessoas de uma certa distância, ora como espectadoras em uma janela, ora como pedestres andando na rua, ora tomando, simultaneamente, as duas perspectivas, tendo assim uma consciência de si e de outras pessoas.

Elas são capazes de saber que sabem; de pensar sobre seu próprio pensamento e de se observar observando, mas, em algumas circunstâncias, podem alcançar um nível mais avançado de autoconsciência e se conscientizarem de si como sabendo que estão conscientes de si ao saber. Até onde se pode ir, nesse nível de consciência, depende não apenas da “personalidade” ou da inteligência das pessoas individualmente consideradas, mas das características da sociedade a que elas pertencem uma vez que é essa que fornece o contexto, os limites e possibilidades dessa consciência. O ser humano é, pois, sujeito e objeto da experiência; “conhecedoras de si e conhecidas por si”, experimentadoras de si e dos outros, experimentadas por si e pelos outros, separadas do mundo na contemplação e emaranhadas nos acontecimentos do mundo. (ELIAS, 1994)

O indivíduo tem a capacidade de produzir um efeito especular, isto é, tem a capacidade de sair de si mesmo e se confrontar, conseguindo se ver no “espelho de sua consciência”. “Para

si, a pessoa é, ao mesmo tempo, um eu, um você e um ele, ela ou isso. Não poderia ser um eu para si mesma sem ser, ao mesmo tempo, uma pessoa capaz de se postar diante de si como um você, ou como um ele, ela ou isso”. (ELIAS, 1994, p.156)

Como afirma Le Breton (2008), aparentemente permanente e inflexível, na verdade, a identidade é vulnerável aos acontecimentos e ao olhar do outro. Ela é, pois, relacional, sendo frequentemente remodelada por aspectos como a idade, as condições de existência e, principalmente, pelas interpretações dadas pelo sujeito ao que vivencia. Os acontecimentos, “as contingências do mundo”, como afirma o autor, muitas vezes, “força” a pessoa a rever seus objetivos e a modificar seu olhar sobre si mesma. Uma mudança profissional, um encontro amoroso, um adoecimento, a morte ou nascimento de um ente querido podem transformar a identidade. Desse modo, podemos considerar a experiência universitária como um acontecimento que pode resultar em mudança de si.

Nesse sentido, as circunstâncias, acrescenta Le Breton (2008), fazem e desfazem a identidade segundo a maneira pela qual o indivíduo as interpreta e vive. A identidade pessoal não está fechada, ela se trama no inacabado, sendo modulável. O mundo em nós e o mundo fora de nós só existem através das significações que projetamos em seu encontro. Desse modo, o homem não para jamais de nascer, de se constituir como tal. Suas condições de existência o mudam ao mesmo tempo em que ele as influencia.

E mesmo não sendo fixa, a identidade, ainda como compreendida pelo autor citado, é um movimento no idêntico, no sentido de que a pessoa tem um sentimento de permanência de si própria ao longo do tempo, reconhecendo-se de uma época a outra. Esse sentido de continuidade de si possibilita um relato íntimo que organiza, simbolicamente, os acontecimentos vivenciados pelo sujeito. E, complementando com Strauss (1999), ao fazer uso dos conceitos e das suas interpretações, a pessoa organiza seu passado e dá a vida, em seu conjunto, uma significação homogênea.

No que se refere à formação acadêmica, o período que os estudantes passam na universidade, além de uma aprendizagem técnico-acadêmica, pode lhes oferecer a possibilidade de se apropriarem do processo acadêmico de modo a resultar na elaboração de um sentido para essa aprendizagem (BARBOSA, 2010).

No interior de instituições educativas, os indivíduos são confrontados com as contradições da vida social, tanto formais quanto de conteúdo, o que as tornam “espaço privilegiado das aprendizagens, muitas vezes conflituosas e quase imperceptíveis, de valores e

atitudes ante a vida. Nisso consiste seu caráter formativo". (DIAS SOBRINHO, 2010, p.156) Assim, está implicado, na experiência universitária, um processo de aprendizagem. Segundo Josso (2009, p. 137),

a experiência universitária é produzida por uma vivência que escolhemos ou aceitamos como fonte de aprendizagem particular ou de formação de vida. Isso significa que temos que fazer um trabalho de reflexão sobre o que foi vivenciado e nomear o que foi aprendido.

Nesse sentido, a experiência universitária passa também pela consideração da qualidade da aprendizagem que o estudante atribui ao ato de aprender, que, por sua vez, remete à relação com o aprender e com saber na universidade.

Com ajuda de Paivandi (2012), podemos compreender que, no ensino superior, espera-se que o estudante desenvolva sua capacidade de mobilizar, exploratória e criticamente, as noções aprendidas ao longo do seu percurso. "É esperado que o aprendiz aborde e examine textos acadêmicos, as teorias e os discursos de uma maneira ativa. Ele precisa, igualmente, aprender a se exprimir e defender sua opinião, escrever, explorar, questionar, comentar e duvidar" (PAIVANDI, 2012, p. 33). Isto tudo, compreendendo que o ambiente acadêmico é um espaço de confrontação de ideias e de debates contraditórios.

Esses aspectos exigem que o estudante atribua um sentido para sua aprendizagem, considerando o que tem relação com seu projeto pessoal, intelectual, profissional, articulando saberes acadêmicos, conhecimentos anteriores e a própria percepção da sua experiência universitária que pode ir de desde vê-la como um aumento quantitativo do saber (aprender é saber muitas coisas) até uma mudança qualitativa de si que implica ver o mundo e sua posição nele de forma diferente. (PAIVANDI, 2012)

Considerando esses aspectos, entendo por experiência universitária todas as situações que, direta ou indiretamente, estão relacionadas ao fato do jovem seguir um curso universitário (PACHANE, 1998), sejam atividades ligadas à formação acadêmica (aulas, relação com colegas, professores, administradores; extensão, pesquisa, estágio, avaliação etc.), ou aquelas extra-acadêmicas, como as atividades culturais, sociais, políticas, esportivas, de lazer, amoroso-sexuais, etc. Assim, para a formação existencial que a universidade possibilitaria, conta algo que supera as aulas e as atividades formais requeridas por cada currículo, o que Larrosa (2010) chama de espaços intersticiais: as escadas, os pátios, a cantina, o restaurante universitário, os corredores, a biblioteca, enfim, todos os espaços de convivência possíveis ao longo da experiência universitária.

Mas, como já afirmado, para que uma situação possa ser tomada como uma experiência propriamente dita, é preciso que a pessoa lhe atribua sentido. "A experiência é aquilo que "nos passa", ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao passar, nos forma e nos transforma", diz-nos Bondía (2002, p.21). Ela é singular e deve ser sempre tomada como sendo a experiência de alguém, algo que se passa em suas ideias, representações, sentimentos, projetos, intenções, interesses. E por implicar formação e transformação, acrescenta Bondía (2002), deixa marcas, vestígios, rastros, feridas.

Referências

- ARAÚJO, Alberto Felipe; RIBEIRO, José Augusto Lopes. **Educação e formação do humano: bildung e romance de formação**, 2009. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/...Educação/.../Alberto%20Filipe/20%Araujo>. Acesso em: 27 de novembro de 2012.
- ARDOINO, Jacques. **Les avatares de l'education**. Paris: PUF, 2000.
- ARDOINO, Jacques. **Politique contractuelle, contrat, contrats d'objectifs, contrats de développement, note pour la direction des enseignements supérieurs**, [ca.1999]. Disponível em : <http://jacques.ardoino.perso.sfr.fr/pdf/contrat.pdf>.]. Acesso em: 24 de junho de 2013.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília: Liber Livro, 2010.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, vol.19, p. 20-28, 2002.
- BRITTO, Fabiano de Lemos. Identidade cultural e formação individual: a Alemanha do século XIX e a fundação da pedagogia moderna. **Educação e Sociedade**, vol.33, n.118, p. 217-233, 2012. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 27 de novembro de 2012.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Universidade e formação de professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares(org.). **Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade**. São Paulo: Papyrus, 2006, p.43-63.
- DIAS SOBRINHO, José. Políticas y conceptos de calidad: dilemas y retos. **Avaliação**, vol.17, n. 3, p.601-618, 2012.

Dias Sobrinho, José. Formação, educação e conhecimento. In: Pereira, E. M. de A. (org.). **Universidade e currículo: perspectivas de educação geral**. SP: Mercado de letras, 2010, p.155-170.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOERGEN, Pedro. Formação superior: entre o mercado e a cidadania. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. (org.). **Universidade e currículo: perspectivas de educação geral**. SP: Mercado de letras, 2010, p.17-40.

GOERGEN, Pedro. O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. **Eccos Revista Científica**, vol. 28, p.149-169, 2012.

GOERGEN, Pedro. Da formação ao ensino: um ponto cego nas políticas de pós-graduação. **Avaliação**, vol.18, n.1, p.45-68, 2013.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e professores. **Revista ambiente e educação**, vol. 2, n. 2, p.136-139, 2009.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: dança, piruetas e mascaradas (5a edição)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, vol.19, n. 2, p. 01-24, 2011.

LE BRETON, David. **L'interactionnisme symbolique (2a edição)**. Paris: PUF, 2008.

MÖLLMANN, Andre Dorothee Stephan. **O legado da Bildung**. Rio Grande do Sul: Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, 2011.

PACHANE, Graziel Giusti. **A universidade vivida: a experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal a partir da percepção do aluno**. Campinas, São Paulo: Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

PAIVANDI, Saeed. A qualidade da aprendizagem dos estudantes e a pedagogia da universidade. In: SANTOS, Georgina Gonçalves; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha.

Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e cultura universitárias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 31-59.

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade e a vida atual: Felinni não via filmes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Integrar cultura e humanismo: desafio pedagógico da filosofia no ensino superior. **Educar em Revista**, v. 46, p. 21-35, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, vol.31, p.73-89, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educação e Pesquisa**, vol.32, n.3, p. 619-634, 2006.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

VERRIER, Christian. Expérience réfléchie et expérience non réfléchie. In: BEZILLE, Héléne; COURTOIS, Bernadette. (org.). **Penser la relation expérience-formation**. Lyon, Chronique Sociale, 2006, p. 70-79.